

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

ATA N.º 7/2016

A O primeiro dia do mês de abril do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila e Sala de Reuniões dos Paços do Município de Mafra, reuniu-se a Câmara Municipal, sob a presidência de Hélder António Guerra de Sousa Silva, Presidente da Câmara, estando presentes os Vereadores Elísio Costa Santos Summavielle, Joaquim Francisco da Silva Sardinha, Aldevina Maria Machado Rodrigues, Sérgio Alberto Marques dos Santos, Rogério Monteiro da Costa, Hugo Manuel Moreira Luís, Célia Maria Duarte Batalha Fernandes e Maria Antonieta Mendes Lourenço. Assistiu à reunião Milene Alexandre Mourato Leitão, Licenciada em Direito, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças. Da reunião consta a seguinte ordem de trabalhos: **I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: 1.** Competência delegada e subdelegada; **2.** Intervenção dos membros do Executivo e assuntos para conhecimento; **II – ORDEM DO DIA: 1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS: 1.1.** Ata; **1.2.** Atribuição de Voto de Louvor; **1.3.** Relatório e Contas do exercício de 2015 e composição da nova Direção – Tapada Nacional de Mafra – Indicações ao representante do Município – Ratificação de despacho; **1.4.** Relatório e Contas do exercício de 2015 – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S – Indicações ao representante do Município – Ratificação de despacho; **1.5.** Aquisição de frações autónomas de prédio urbano para instalação de serviços municipais – Aprovação da minuta da escritura – Ratificação de despacho; **1.7.** Alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento lavandaria Self Service “Washstation” – 24 horas; **2. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE: 2.1.** Pedido de isenção de taxas – Centro Social Paroquial do Milharado – Proc.º OP-23/2016; **2.2.** Pedido de isenção de taxas – Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de São Pedro da Ericeira – Proc.º OP-13/2016; **2.3.** Pedido de isenção de taxas – Centro Social Paroquial do Milharado – RO – 10/2016; **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA.** -----

--- ABERTURA DA REUNIÃO: -----

--- Verificando-se a existência de quórum foi declarada aberta a reunião quando eram nove horas e trinta e cinco minutos. -----

--- I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

--- Neste período foram tratados os seguintes assuntos: -----

--- 1. COMPETÊNCIA DELEGADA E SUBDELEGADA: -----

--- O Presidente da Câmara deu informação sobre as decisões proferidas por si, no uso das competências delegadas, conforme listagem em anexo (anexo I). -----

--- 2. INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO E ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- INTERVENÇÕES: -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente da Câmara deu notícia dos seguintes eventos: a abertura da Estrada da Mangancha, no dia 19 de março; no dia 20 de março, a apresentação pública do projeto "Ecos de Cor. Mafra em Flor", na Casa da Música Francisco Alves Gato; a visita de Sua Excelência o Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, a Mafra, no dia 21 de março, para presidir à cerimónia militar pública de receção ao Comandante Supremo das Forças Armadas, que se realizou no Terreiro D. João V, contando com a participação dos jovens alunos das escolas do Concelho. -----

--- Informou, ainda, que se realizou uma reunião com o Secretário de Estado das Pescas, Dr. José Apolinário, onde estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal e elementos da Associação dos Pescadores Profissionais da Ericeira (APPER), com vista a encontrar soluções para a resolução do assoreamento do Porto de Pesca da Ericeira. Deu nota de que solicitou uma audiência à Ministra da Justiça, relativamente à instalação de uma Secção de Família e Menores no Tribunal de Mafra.-

--- Mais informou sobre os seguintes eventos que se realizam nos próximos dias: nos dias 2 e 3 de abril, "Mafra Lan Party 2016", no Parque Desportivo Municipal de Mafra; nos dias 2 e 3 de abril, o reinício da Feira de Artesanato e Produtos Regionais, no Terreiro D. João V, sendo as flores o produto em destaque; no dia 3 de abril, com início em frente ao Parque Desportivo Municipal de Mafra, a 34.ª Corrida dos Sinos e a 14.ª Prova dos Sininhos; no dia 5 de abril, no âmbito das Jornadas da Juventude, a "Feira das Profissões"; entre 7 e 10 de abril, o 2.º Festival do Ouriço-do-mar, na Vila da Ericeira; no dia 10 de abril, no âmbito do "Ciclo de Música - Bandas Filarmónicas e

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

Orquestra do Concelho de Mafra”, na Casa da Música Francisco Alves Gato, o 4.º concerto interpretado pela Escola de Música Juventude de Mafra e o 5.º concerto pela Sociedade Recreativa e Musical de Vila Franca do Rosário; a partir de 15 de abril, na Casa da Música Francisco Alves Gato, em Mafra, o “Ciclo de Música Jazz de Mafra”. ----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- No uso da palavra, o Vice-Presidente deu nota da reunião com o Secretário de Estado das Pescas, Dr. José Apolinário, realizada na sequência do pedido urgente de audiência formulado pela Câmara Municipal de Mafra e pela APPER, na qual foi apresentada a situação calamitosa do Porto de Pesca da Ericeira, nomeadamente o assoreamento e as atuais condições de segurança que impossibilitam o trabalho da comunidade piscatória, mas também o próprio socorro, na medida em que a embarcação do Instituto de Socorros a Náufragos que está sediada na Ericeira se vê, em determinadas condições, impossibilitada de sair para o mar. Não obstante a necessidade do lançamento de um concurso para a realização de uma intervenção mais profunda, em cerca de dois milhões e meio de euros, e considerando que a Docapesca – Portos e Lotas, SA já havia adjudicado os trabalhos relativos à reparação da rampa, foi avaliada a possibilidade de realizar uma intervenção mais rápida, conjugando esta obra com a retirada de areia. Por outro lado, foram apresentadas soluções alternativas, tais como a colocação de uma grua para os barcos de fibra, enquanto que para os barcos de madeira foi suscitada a possibilidade de se averiguar soluções, tais como as que existem na Apúlia e na foz do rio Neiva, pelo que foi feito o agendamento de uma deslocação aos locais. Terminou, informando que o Secretário de Estado manifestou abertura para estudar soluções, tendo-se comprometido em dar, até ao dia de hoje, uma resposta aos anseios dos pescadores. -----

--- **DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA:** -----

--- O Vereador Rogério Costa congratulou-se pelo facto do Município estar a tentar solucionar o problema do Porto da Ericeira, dando nota que lhe foi entregue, por alguns pescadores, um *dossier* com diversa documentação desde o ano de 1988. Sublinhou que, de acordo com as alegações feitas por alguns pescadores, a retirada de areias não constitui uma solução definitiva, tendo o problema origem em erros de

construção. -----

--- Alertou para a necessidade de uma intervenção de consolidação nas arribas norte da Vila da Ericeira, junto à praia do Algodio, de modo a garantir condições de segurança. -----

--- De seguida, informou ter verificado que no Parque de Santa Marta, na Vila da Ericeira, no espaço ocupado pela advogada Rute Esteves Cardoso, se encontra agora uma empresa espanhola com a designação Conflotec – Reparções Eletrónicas, questionando se existe algum contrato com esta empresa. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- No que diz respeito às arribas da praia do Algodio, o Presidente informou que, por diversas vezes, a situação foi reportada à Agência Portuguesa do Ambiente. Aditou que se trata de uma zona-limite de responsabilidade entre aquela Agência e a Docapesca – Portos e Lotas, SA e que, pese embora a intervenção de consolidação realizada no passado, aquela zona em concreto não foi intervencionada. -----

--- Quanto à questão do espaço no Parque de Santa Marta, informou que iria solicitar aos serviços que verificassem a situação. -----

--- **AUSÊNCIA DE VEREADORA:** -----

--- Quando eram nove horas e cinquenta minutos, ausentou-se da sala onde decorria a reunião a Vereadora Aldevina Maria Machado Rodrigues. -----

--- **DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO:** -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço congratulou-se pelos esforços desenvolvidos pela autarquia para solucionar os problemas do Porto da Ericeira, pelo apoio dado à receção ao Presidente da República, assim como pelo 2.º Festival do Ouriço, a realizar entre 7 e 10 de abril. Sobre este evento, declarou não ter visto nenhum cartaz a anunciá-lo. --

--- De seguida, indagou qual a possibilidade de escolha de escolas, por parte do encarregado de educação, em função da sua morada de residência. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente informou que os materiais de divulgação do 2.º Festival do Ouriço-domar, nomeadamente os cartazes e *flyers*, já tinham sido distribuídos, mostrando-os. --

--- Seguidamente, informou que as áreas de influência dos estabelecimentos de ensino e de educação estão definidas, não tendo conhecimento de qualquer alteração. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- No uso da palavra, o Vereador Sérgio Santos solicitou informações sobre quais os problemas na cabeça do molhe e há quanto tempo começou a existir o problema do

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

assoreamento na entrada e saída dos barcos, após a reconstrução do molhe principal.

--- De seguida, atendendo a que o Partido Socialista apresentou uma proposta de oferta de livros escolares para os alunos do 1.º ciclo do Concelho, aprovada pelo Executivo, e que considera ultrapassada a questão a partir do momento em que o Orçamento de Estado esteja aprovado, passando a própria tutela a dar os livros no 1.º ciclo, o Vereador propôs a transferência dessas verbas, devidamente ajustadas, para a oferta de livros escolares aos alunos do 2.º ciclo do Concelho. -----

--- Sendo intenção deste Governo proceder à reestruturação do setor das águas, revertendo a sua privatização, lançada pelo anterior governo, questionou se é intenção desta Câmara Municipal voltar a ter a posição que tinha na empresa Simtejo e que foi alineada à sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.. -----

--- O Vereador solicitou esclarecimentos quanto à listagem de adjudicação de prestações de serviços ínsita na Informação Interno/2016/3984 e presente na última reunião de Câmara, sobre a prestação de serviços de representação do Município na ação a intentar em Tribunal Arbitral contra a IP – Infraestruturas de Portugal, S.A., a Luís David Nobre e Associados – Sociedade de Advogados, RL. -----

--- Questionou, ainda, se existe alguma novidade quanto ao processo de expropriação relativo a Ribeira d'Ilhas. -----

--- Para terminar, e considerando a afirmação do Presidente da Câmara Municipal, constante da página 10 da ata n.º 5/2016 – “... Acrescentou que, sempre que se tratam de eventos organizados pelo Município, pugnou para que fosse distribuída a devida informação, convite ou bilhete.” – indagou se a abertura da Estrada da Mangancha e o projeto “Ecos de Cor. Mafra em Flor” não são consideradas iniciativas municipais, uma vez que os Vereadores da Oposição não foram convidados. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- No que se reporta ao Porto da Ericeira, o Presidente aditou que, no ano seguinte à conclusão da reconstrução do molhe, começaram a verificar-se problemas de assoreamento, que se mantêm constantes. Informou que, por sua vez, os problemas na cabeça do molhe são derivados das diversas intempéries que têm ocorrido desde a sua reconstrução, constatando-se que a deslocação dos tetrapolos e dos cubos de

betão se tem vindo a agravar ao longo dos últimos anos. Assim, deu nota de que, desde o início do mandato, o Executivo tem vindo a acompanhar estas duas situações, que são distintas, e a apelar à intervenção da tutela. -----

--- Quanto à questão da oferta de livros escolares aos alunos do 1.º ciclo do Concelho, o Presidente clarificou que a proposta sempre fez parte do programa eleitoral proposto pela equipa por si liderada, pelo que, fazendo a mesma também parte das propostas do Partido Socialista, apenas pode saudar a convergência de ideias. Do ponto de vista operacional, esclareceu que o atual Governo vem propor a oferta de livros ao 1.º ano do 1.º ciclo e não à totalidade dos alunos daquele nível de ensino. Portanto, declarou que a Câmara Municipal vai continuar a assumir o compromisso de disponibilizar gratuitamente os manuais a todos os alunos do 1.º ciclo. -----

--- Relativamente à reestruturação do setor da água, informou que o Executivo está a acompanhar o processo e que apenas quando existir decisão governamental a matéria será devidamente avaliada e decidida, declarando que qualquer tomada de posição neste momento será sempre extemporânea. -----

--- O Presidente esclareceu que, no que diz respeito aos processos pendentes com o IP, S.A. – Infraestruturas de Portugal, antiga EP – Estradas de Portugal, SA., estes estão a ser objeto de decisão por um Tribunal Arbitral. Considerando que a citada sociedade de advogados tem vindo, desde o início, a acompanhar o processo da Mafratlântico, entendeu-se ser oportuno que o Município fosse patrocinado por esta sociedade de advogados na ação a intentar junto do Tribunal Arbitral. Quanto à prestação de serviços, explicou que se trata de um ajuste direto e que esse montante é o limite máximo autorizado, podendo o valor despendido ficar muito aquém do mesmo. -----

--- Quanto ao processo de Ribeira d'Ilhas, informou que a contraparte tinha intentado uma ação para declarar a caducidade da declaração de utilidade pública (DUP), tendo o Município ganho a ação no Supremo Tribunal de Justiça. -----

--- Relativamente à abertura da "Estrada da Mangancha" e ao projeto "Ecos de Cor. Mafra em Flor", o Presidente lembrou que, na reunião anterior, tinha transmitido a todos os Vereadores informação sobre os eventos a realizar, incluindo estes. Esclareceu, ainda, que não foram feitos quaisquer convites. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos alegou que a primeira proposta de oferta de livros aos alunos do 1.º ciclo do Concelho foi do seu Partido, tendo sido aprovada pelo Executivo,

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

a bem de todos os munícipes. Considerou que, pela mesma ordem de razão, seria oportuno alargar esta oferta ao 2.º ciclo, pois as crianças são o futuro do país. -----

--- No que concerne à reestruturação do setor das águas, indagou qual era a melhor posição que, no entender do Presidente, poderia servir os interesses do Município, ou seja, reverter a alienação ou manter-se como está. -----

--- Por último, atendendo a que, quando os utilizadores acedem ao portal eletrónico do Concelho, são informados da utilização do serviço de geolocalização, questionou para que serve e quem faz o tratamento desses dados. -----

--- **DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Vice-Presidente aditou que, para além da construção do molhe norte, o projeto elaborado pelo Ministério, então sob a tutela do Eng.º Mário Lino, contemplava também um molhe sul, o qual não foi construído e que seria fundamental no sentido de impedir que todas as marés de sudoeste carregassem quantidades muito significativas de areia para o porto. -----

--- **DO PRESIDENTE DA CÂMARA:** -----

--- O Presidente reafirmou que, relativamente à reestruturação do setor das águas, só tomará posição quando for conhecida a decisão do Governo sobre a matéria. -----

--- No que se refere ao portal da Câmara Municipal, informou que a georreferenciação dos utilizadores permite direcioná-los para as áreas "Município" (no caso de utilizadores com IP local), do "Turismo" em português (no caso de utilizadores com IP nacional) e do "Turismo" em inglês (no caso de utilizadores com IP internacional). Mais referiu que esta informação não é objeto de qualquer arquivo ou tratamento. -----

--- **DO VEREADOR SÉRGIO SANTOS:** -----

--- O Vereador Sérgio Santos referiu que compreendia a falta de resposta do Presidente, mas que questionara qual a visão concreta para o Concelho sobre esta matéria. -----

--- Em relação aos pescadores, e declarando ter o maior respeito pelos mesmos, considerando que têm uma atividade dura e altamente desgastante, disse não compreender porque durante cinco anos nunca existiram manifestações e, de repente, aparecem agora as bandeiras negras. Na sua opinião, existe um problema que tem de

ser resolvido, fazendo votos para que o seja, de modo a dar condições para que os pescadores possam trabalhar. Por outro lado, acrescentou que a Câmara tem de exigir que se criem condições de fiscalização às pessoas que exercem atividade da pesca e que o peixe apanhado na Ericeira, tal como é imposto legalmente, seja vendido na lota da Ericeira. -----

--- DA VEREADORA ANTONIETA LOURENÇO: -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço chamou a atenção para o facto de que brevemente se assinala o 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 2 de abril de 1976, devendo os portugueses dedicar-se a conhecê-la, pois só se pode reivindicar direitos quando se tem conhecimento dos deveres. Recordou que o atual Presidente da República defendeu que o país está muito afastado das instituições políticas e que a sensibilização para a sua importância deve começar nos bancos das escolas. -----

--- DO VEREADOR ROGÉRIO COSTA: -----

--- O Vereador Rogério Costa congratulou-se pelo 40.º aniversário da Constituição da República Portuguesa, uma lei fundamental para todos e tantas vezes mal tratada por algumas figuras de Estado. Declarou ter esperança que nas gerações futuras esta venha a desempenhar o papel de importância que tem para o país. -----

--- Manifestou que, como mafrense, ficou orgulhoso com a visita de Sua Excelência O Presidente da República, cerimónia que engrandeceu o Concelho. Considerou que este tipo de iniciativas caracterizam bem o que deve ser um Presidente da República, que comunga, diariamente, dos problemas de todos os portugueses. -----

--- DO PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

--- O Presidente registou a intervenção proferida pelo Vereador Rogério Costa, comungando da oportunidade da cerimónia para o Concelho de Mafra. -----

--- ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO: -----

--- LISTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE ADJUDICAÇÃO: -----

--- O Presidente da Câmara Municipal deu conhecimento da lista de prestação de serviços objeto de adjudicação, no período compreendido entre 14 e 23 de março de 2016, em conformidade com a Informação Interno/2016/4595, em anexo (anexo II). -

--- II - ORDEM DO DIA: -----

--- Em conformidade com a ordem do dia foram analisados os seguintes assuntos: ----

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

--- **1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS:** -----

--- **1.1. ATA:** -----

--- Presente a ata n.º 5/ 2016, da reunião de Câmara, realizada no dia 4 de março de 2016. -----

--- Interveio o Vereador Sérgio Santos, solicitando que ficasse registado que, na décima página, fez uma intervenção que durou cinco minutos e que a mesma foi traduzida em vinte e quatro palavras. -----

--- O Vereador Elísio Summavielle não esteve presente na reunião de Câmara, realizada no dia 4 de março de 2016, pelo que não participa na aprovação da ata. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, face ao disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar a ata n.º 5/ 2016, da reunião de Câmara realizada no dia 4 de março de 2016. -----

--- **1.2. ATRIBUIÇÃO DE VOTO DE LOUVOR:** -----

--- Presente proposta de Voto de Louvor apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal em anexo (anexo III). -----

--- O Vereador Sérgio Santos disse não perceber a razão pela qual esta documentação não foi enviada com a restante documentação da Ordem de Trabalhos, afirmação esta que foi partilhada pela Vereadora Antonieta Lourenço. -----

--- O Presidente explicou que, considerando que está em causa a apreciação de pessoas, tanto na atribuição de louvores como de medalhas municipais, a prática tem sido não divulgar os documentos antes da reunião de Câmara, de modo a evitar a sua externalização, pois a documentação distribuída é pública. -----

--- O Vereador Sérgio Santos respondeu que tal prática viola a lei, a qual refere que todos os pontos da ordem de trabalhos têm de ser enviados com a devida antecedência. Declarou que se o pretendido é a não divulgação dos nomes, então poderão comprometer-se em não o fazer, mas pretendem conhecê-los antes da reunião de Câmara. Sugeriu que poderia ser marcada uma reunião com antecedência, de forma a informar sobre o conteúdo da proposta e dessa forma todo o Executivo

ficaria conhecedor da situação. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço propôs que, quando existam documentos que não sejam enviados pela internet, os mesmos sejam colocados na véspera nos gabinetes disponíveis no Edifício Municipal de Serviços. -----

--- O Vereador Rogério Costa exprimiu o seu desagrado quanto a esta situação, sugerindo que, em situações futuras, se dê conhecimento prévio da matéria à Vereação, no sentido de auscultar a sua opinião. -----

--- Face ao exposto, o Presidente entendeu as posições assumidas pelos Vereadores, assegurando que, de futuro, estas serão tidas em consideração. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com o teor da proposta apresentada e consequentemente atribuir o Voto de Louvor nos termos da mesma. ----

--- 1.3. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 E COMPOSIÇÃO DA NOVA DIREÇÃO - TAPADA NACIONAL DE MAFRA - INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, ofício da Tapada Municipal de Mafra, datado de 11 de março de 2016, no qual se encontra ínsito despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 29 de março de 2016, determinando que *"atendendo à data da AG, deverá ser votado o Relatório de Contas de 2015 favoravelmente, bem como a composição da Direção. A decisão deverá ser ratificada na próxima reunião de Câmara"*, que se encontra devidamente instruído com cópia do Relatório de Gestão de 2015 (anexo IV).-----

--- Em aditamento, o Presidente fez uma breve súmula da reunião realizada na passada semana com o Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, onde transmitiu o projeto que o Município de Mafra tem para Tapada, nomeadamente dando continuidade ao processo já iniciado, de modo a que a autarquia tenha um papel mais interventivo na sua gestão. Neste sentido, declarou que o atual Secretário de Estado demonstrou vontade de continuar o processo, de modo a que, até outubro deste ano, o mesmo esteja concluído. Deu nota que, também no contexto dessa reunião, o Secretário de Estado informou que era intenção do Ministério substituir a Dra. Alda Mesquita pela Dra. Paula Cristina Cabaço Simões, jurista, proveniente da FENCAÇA. Relativamente aos corpos sociais, foram introduzidas alterações. Na Assembleia Geral: Presidente: mantém-se o representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas - ICNF - Rui Manuel Felizardo Pombo; Vice-Presidente: mantém-se o representante da Câmara Municipal – Joaquim Filipe Abreu dos Santos;

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

Secretário: mantém-se o representante dos arqueiros e besteiros - Armando Jorge Guerra Lapa. Na Direção: Presidente: Paula Cristina Cabaço Simões; Vice-Presidente: mantém-se a representante da Câmara Municipal, a Vereadora Célia Maria Duarte Batalha Fernandes; Secretário: um representante do Clube de Português de Monteiros, a designar; Tesoureiro: Paulo Madeira, representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas; Vogal: um representante do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária - INIAV, a designar. No Conselho Fiscal: mantém-se todos os elementos - Presidente: Diogo de Faria e Silva; Vogal: Dália da Conceição Gralha Ribeiro; Vogal: Patrícia Alexandra Caetana Piteira. Elucidado o assunto, o Presidente propôs a ratificação do seu despacho, através do qual determinou que, atendendo à data da realização da Assembleia Geral da Tapada Municipal de Mafra, o representante do Município naquela empresa deveria votar favoravelmente o Relatório e Contas do ano de 2015, bem como a composição da Direção, no pressuposto de que a intenção que se tem para a Tapada venha a ser concretizada no horizonte temporal.

--- O Vereador Rogério Costa declarou que iria abster-se neste ponto, em virtude de já ter sido esse o seu sentido de voto aquando da composição da Direção agora extinta. Analisado o Relatório de Contas, congratulou-se pela atividade desenvolvida pela Direção liderada pela Dra. Alda Mesquita, que considerou ter sido uma pessoa dinâmica e interessada, fazendo votos de que quem a substitua possa contribuir para a abertura necessária por parte desta Cooperativa. Lamentou que a composição da Direção da Tapada não seja mais abrangente, pois, na sua opinião, os Vereadores da oposição também deveriam fazer parte integrante da mesma. -----

--- Não registando mais intervenções, o Presidente lamentou que os Vereadores não sejam mais interventivos, manifestando a necessidade de reforçar a ligação da Tapada à comunidade. -----

--- A Vereadora Antonieta Lourenço rejeitou que os Vereadores tenham uma posição de despreendimento face à Tapada, muito pelo contrário. Embora não concorde em absoluto com tudo o que foi feito pela Direção, registou positivamente o trabalho desenvolvido pela Dra. Alda Mesquita, permitindo colocar a Tapada no mapa nacional das ofertas turístico-ambientais. -----

--- O Vereador Sérgio Santos afirmou que "*somos saloios e mafrenses cuidadosos*", pelo que não existe qualquer despreendimento em relação à Tapada. -----

--- Face às intervenções efetuadas, o Presidente propôs a atribuição de um voto de louvor a Alda da Cruz Martins Mesquita, considerando meritório o trabalho desenvolvido, enquanto Diretora da Tapada Nacional de Mafra, no reforço da diversificação e da divulgação da oferta turística, o qual se traduziu na duplicação do número de visitantes. -----

--- De seguida, passou-se à votação do ponto 1.3. da ordem de trabalhos. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Elísio Summavielle e Sérgio Santos do PS, e do Senhor Presidente e as abstenções dos Vereadores Rogério Costa da CDU e Antonieta Lourenço do PS, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, no qual determinou que, atendendo à data da realização da Assembleia Geral da Tapada Municipal de Mafra, a representante do Município naquela empresa, deveria votar favoravelmente o Relatório de Contas do ano de 2015, bem como a composição da Direção. -----

--- Em relação à proposta apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atribuição do voto de louvor, foi o mesmo aprovado, por unanimidade.-----

--- 1.4. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015 - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO A2S - INDICAÇÕES AO REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, ofício da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S, datado de 24 de fevereiro de 2016, no qual se encontra ínsito despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado a 29 de março de 2016, determinando que "*atendendo à data da AG, deverá ser votado favoravelmente o Relatório de Atividades e Contas de 2015. Esta decisão deverá ser ratificada na próxima reunião de Câmara*", que se encontra devidamente instruído com cópia do Relatório de Gestão de 2015, datado de 10 de março de 2016 (anexo V). -----

--- Em aditamento, o Vereador Hugo Moreira Luís salientou que o presente Relatório e Contas da A2S - Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia se refere ao exercício de 2015, ano de início da atividade da associação, a qual tem sido reduzida, porque está dependente da contratualização com as Autoridades de Gestão,

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

contratualização que está prevista para o primeiro trimestre de 2016. A associação encontra-se em condições de elaborar candidaturas ao Portugal 2020 no âmbito da medida DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária e que será a sua grande atividade. As contas do exercício de 2015 apresentam um resultado líquido negativo de € 7.861,00, resultado que está influenciado pelas quotizações das associadas que em 2015 serviram para a realização do seu fundo social, metodologia que já não acontecerá no próximo ano, na medida em que a partir do momento que o fundo esteja realizado as quotizações passarão a ser receita. Por fim, deu nota que as contas foram presentes à Assembleia-Geral realizada no dia 31 de março de 2016, com um voto de louvor à Direção. -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Presidente da Câmara Municipal, exarado em 29 de março de 2016, no qual determinou que, atendendo à data da realização da Assembleia Geral da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região A2S, a representante do Município naquela empresa deveria votar favoravelmente o Relatório de Contas do ano de 2015, datado de 10 de março de 2016. -----

--- **1.5. AQUISIÇÃO DE FRAÇÕES AUTÓNOMAS DE PRÉDIO URBANO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO:** -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/4582, elaborada, em 28 de março de 2016, no Departamento de Administração Geral e Finanças, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Presidente, datado de 28 de março de 2016, devidamente instruída com a cópia da minuta da escritura de compra e venda intitulada "*Documento Autêntico Europeu – Escritura Pública - Compra e Venda*" (anexo VI). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, exarado a 22 de março de 2016, que aprovou a minuta da escritura de compra e venda a celebrar entre a

Sociedade ESTAMO - Participações Imobiliárias, S.A. e o Município de Mafra, relativa à aquisição de frações autónomas designadas pelas letras "C", "D" e "E" do prédio urbano sito no Largo da Boa Vista, na Vila de Mafra, destinado à instalação de serviços municipais. -----

--- 1.6. AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA VENDA DO PINHEIRO - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO: -----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/4580, elaborada, em 28 de março de 2016, no Departamento de Administração Geral e Finanças, sobre a qual recaiu o despacho de concordância do Presidente, datado de 28 de março de 2016, devidamente instruída com a cópia da minuta da escritura de compra e venda intitulada "*Documento Autêntico Europeu - Escritura Pública - Compra e Venda*" (anexo VII). -----

--- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ratificar o despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, exarado a 22 de março de 2016, que aprovou a minuta da escritura de compra e venda a celebrar entre a Sociedade MAFRIOBRA - Construção e Urbanizações, Lda. e o Município de Mafra, relativa à aquisição de prédio rústico sito na Freguesia do Milharado, destinado à instalação do futuro Parque Ecológico da Venda do Pinheiro. -----

--- 1.7. ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO LAVANDARIA SELF SERVICE "WASHSTATION", 24 HORAS:-----

--- Presente, em anexo, a Informação Interno/2016/4482, elaborada, em 23 de março de 2016, na Área de Licenciamentos Diversos, sobre a qual recaíram os pareceres de concordância da Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças bem como o despacho de concordância do Vereador Hugo Moreira Luís, datados de 28 de março de 2016 (anexo VIII). -----

--- O Vereador Hugo Moreira Luís, em aditamento, explicou que foi solicitado pela lavandaria self-service "*Washstation*", no lugar da A-da-Perra, freguesia de Mafra, um alargamento do horário. Informou que as autoridades deram parecer positivo, tendo o Destacamento Territorial de Mafra da Guarda Nacional Republicana salvaguardado que deva ser acautelado o cumprimento dos horários estipulados, o controlo do ruído para

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

o exterior das instalações e, ainda, a recomendação de adoção de um sistema de segurança, nomeadamente videovigilância, nos termos fixados em legislação própria. -
--- Considerando os fundamentos plasmados na Informação supra mencionada, e documentos anexos ao respetivo processo, que se dão por integralmente reproduzidos, para todos os efeitos legais, de que se destacam os pareceres favoráveis da Junta de Freguesia de Mafra, do Destacamento Territorial de Mafra da Guarda Nacional Republicana, da Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra (ACISM), da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - DECO, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com os votos a favor dos Vereadores do PPD/PSD, dos Vereadores Elísio Summavielle e Antonieta Lourenço do PS, do Vereador Rogério Costa da CDU e do Senhor Presidente e a abstenção do Vereador Sérgio Santos do PS, atento o n.º 1 do artigo 9.º e artigo 10.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra, deferir o alargamento do horário de funcionamento do estabelecimento lavandaria self - service "*Washstation*", em Mafra, para 24 horas por dia, passando, assim, o referido estabelecimento a funcionar de forma permanente, devendo ser acautelado o cumprimento das condicionantes indicadas pelo Destacamento Territorial de Mafra da Guarda Nacional Republicana. -----

--- **2. DEPARTAMENTO DE URBANISMO, OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE:** -----

--- **2.1. PROCESSO OP-23/2016 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS - CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO MILHARADO:** -----

--- Presente a fls. 98 o pedido de isenção de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística acima referenciada, sobre o qual é prestada informação pelo Atendimento Geral em 2016/02/05 e proferido despacho pelo Senhor Presidente em 2016/03/14. -----

--- Atento o pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística em apreço, apresentado pelo Centro Social Paroquial do Milharado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do

interessado ao abrigo do disposto n.º 4, do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município. -----

--- **AUSÊNCIA DE VEREADORA:** -----

--- Nesta altura, a Vereadora Maria Antonieta Mendes Lourenço declarou o seu impedimento, não tendo participado na discussão nem na votação. -----

--- **2.2. PROCESSO OP-13/2016 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS - FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DE SÃO PEDRO DA ERICEIRA:** -----

--- Presente a fls. 144 e 146 o pedido de isenção de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística acima referenciada, sobre o qual é prestada informação pelo Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos em 2016/02/10 e proferido despacho pelo Sr. Presidente em 2016/03/10. -----

--- Atento o pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística em apreço, apresentado pela Fábrica da Igreja da Freguesia de São Pedro da Ericeira, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do interessado ao abrigo do disposto n.º 4, do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município. -----

--- **2.3. PROCESSO RO-10/2016 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DO MILHARADO:** -----

--- Presente a fls. 48v o pedido de isenção de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística acima referenciada, sobre o qual é prestada informação pelo Serviço Administrativo de Obras e Loteamentos em 2016/03/01 e proferido despacho pelo Senhor Presidente em 2016/03/08. -----

--- Atento o pedido de isenção do pagamento de taxas devidas pelo licenciamento da operação urbanística em apreço, apresentado pelo Centro Social Paroquial do Milharado, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o pedido do interessado ao abrigo do disposto n.º 4, do artigo 5.º do Regulamento de Taxas do Município. -----

--- **III – APROVAÇÃO DE DELIBERAÇÕES EM MINUTA:** -----

--- Nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara decidiu, por unanimidade, aprovar em minuta os assuntos objeto de deliberação na presente reunião, a fim de as respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos. -----

--- **ENCERRAMENTO:** -----

ATA DA REUNIÃO DE 01.04.2016

--- Quando eram onze horas e trinta minutos, o Presidente deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que o mesmo vai assinar e que eu, Milene Alexandre Mourato Leitão, Chefe de Divisão de Recursos Humanos, em substituição da Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, redigi e subscrevo. -----

Milene Alexandre Mourato Leitão
Leitão



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**LISTA DE DECISÕES PROFERIDAS NO USO DE
COMPETÊNCIA DELEGADA**

Considerando as competências que me foram delegadas pela deliberação camarária de 2013/10/18, anexo a relação respeitante aos despachos por mim proferidos no período de 10 a 22 de março de 2016.

Mafra, 23 de março de 2016.

O Presidente da Câmara,

(Helder António Guerra de Sousa Silva)

PROCESSO		REQUERIMENTO		DESPACHO		REQUERENTE PRINCIPAL	DESCRIÇÃO/LOCAL DA OBRA
TIPO	NUMERO	DESCRIÇÃO	DATA ENT.	DATA	RESULTADO/RESUMO		
OP	553/1995	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/03/01	2016/03/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	AFONSO LOPES FERREIRA	CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO AGRÍCOLA BREJOS DA ROUSSADA-MILHARADO
OP	63/2015	ALTERAÇÕES	2015/09/11	2016/03/15	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	CARLOS ALBERTO RODRIGUES SANTOS	LEGALIZAÇÃO DE PISCINA PRÉ-FABRICADA, MUROS E ÁREA TÉCNICA PRACETA DO ARNEIRO-LOTE 3-CASALINHO DAS OLIVEIRAS
OP	313/2015	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/02/26	2016/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS JOÃO OLIVEIRA NUNES	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR PRACETA PERPENDICULAR À RUA DA ESTRADA VELHA-CHELEIROS
OP	134/2012	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/03/08	2016/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS MANUEL AFONSO DE SOUSA	CONSTRUÇÃO DE GARAGEM E PISCINA RUA NOSSA SENHORA DA CADEIRA, N.º 1-VENDA DO PINHEIRO
OP	50/2012	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2016/03/08	2016/03/18	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	CARLOS MANUEL AFONSO DE SOUSA	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA NOSSA SENHORA DA CADEIRA, N.º 1-LAPA
OP	13/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/03/04	2016/03/10	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DA FREG. DE S.PEDRO DA ERICEIRA	AMPLIAÇÃO DE SALÃO PAROQUIAL DA ERICEIRA LARGO DA PARADA-ERICEIRA
OP	449/1996	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/03/03	2016/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARIA DE FÁTIMA DUARTE ANTÓNIO	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR GALÉS
OP	22/2016	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/03/10	2016/03/22	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	MARTINHO JOAQUIM FIGUEIRA FRANCISCO - CABEÇA DE CASAL NA HERANÇA DE	PEDIDO DE RECONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR RUA CAPITÃO MARTINHO-ALCAINÇA
OP	280/2008	PROJECTOS DE ESPECIALIDADE	2016/03/02	2016/03/17	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO COM CONDICIONAMENTOS	TOMÁS EUGÉNIO DOS SANTOS SEQUEIRA	CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, GARAGEM, CHURRASQUEIRA, ARRUMOS E MUROS DE VEDAÇÃO RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 17-ERICEIRA
OP	224/2011	ALTERAÇÕES E TELAS FINAIS	2015/11/30	2016/03/14	D DEFERIDO O PEDIDO DE LICENCIAMENTO	VALTER EMANUEL PEREIRA LOPES CARDOSO	ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BARRACÃO PARA HABITAÇÃO E MUROS DE VEDAÇÃO RUA FONTE DOS CORVOS, N.º25-CASAIS DA SERRA



**CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA**

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Informo que se dá
deba conhecimento
do Departamento Executivo.

2016/03/28

O Vereador

(Hugo Moreira Luís)

Concordo com a presente informação

28/3/2016

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

concordo com a informação
submetida à consideração
28/03/2016

A Chefe de Divisão

(Dulce Lourenço)

DESPACHO

29/03/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/4595

ASSUNTO: Lista de Adjudicação de Prestações de Serviços no período compreendido entre 14 e 23 de Março de 2016.

Nos termos e para os efeitos previstos na Deliberação de Câmara de 12 de Junho de 2015 dá-se conhecimento ao Executivo da lista de **Prestações de Serviços** objeto de adjudicação no período de **14 a 23 de Março de 2016:**

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
JOSÉ ALBERTO RODRIGUES - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA	2 214,00 €	Fornecimento e Montagem de Diverso Material Elétrico, no Estádio Municipal da Venda do Pinheiro	14/03/2016
ANTÓNIO DA SILVA ESTEVES, LDA	140,50 €	Reparação de Viaturas	14/03/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
ANTONIO DUARTE FERNANDES DE CARVALHO, LDA	475,87 €	Reparação de Viaturas	14/03/2016
LUCIANO FILIPE REIS	2 460,00 €	Reparação de Viaturas	14/03/2016
PEDRO MIGUEL BAPTISTA CASTANHEIRA DINIS	500,00 €	Serviços de Atividades de Tempos Livres no âmbito do Projeto das "Férias (Cri) Ativas"	16/03/2016
HIDROENGENHO ESTUDOS E EQUIPAMENTOS LDA	2 840,03 €	Reparação dos vigilantes e bombas doseadoras das piscinas do Parque Desportivo Municipal de Mafra	16/03/2016
VITOR MANUEL MARTELEIRA CANOA	947,10 €	Reparação de Viaturas	17/03/2016
COPREL-COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS ENERGÉTICOS, LDA	439,97 €	Serviços de reparação de anomalias na rede de gás, em diversos estabelecimentos de ensino	17/03/2016
NOS COMUNICAÇÕES, S.A.	2 706,00 €	Serviços de Instalação e Configuração de equipamento informático, aquando da realização da <i>Lan Party</i>	18/03/2016
IMAGEM PLANA-PUBLICIDADE E DECORAÇÃO LDA	184,50 €	Execução de diversos trabalhos gráficos	18/03/2016
BARRAQUEIRO TRANSPORTES, SA	466,40 €	Aluguer de Autocarros, no âmbito das Férias da Páscoa	18/03/2016
ANTÓNIO DA SILVA ESTEVES, LDA	270,50 €	Reparação de Viaturas	21/03/2016
CONCEITO INÉDITO - SERVIÇOS DE CONTABILIDADE, LDA	5 535,00 €	Aquisição de serviços para a elaboração do "Estudo Económico para o Concelho de Mafra"	21/03/2016
ANTONIO DUARTE FERNANDES DE CARVALHO, LDA	1 005,49 €	Reparação de Viaturas	22/03/2016



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Gestão Financeira e Património

Fornecedor	Valor (c/IVA)	Descrição da Despesa	Data do Compromisso
AGROLEICO - LABORATORIO DE ANALISES QUIMICAS E BACTERIOLOGICAS, LDA	134,07 €	Execução de Análises Laboratoriais	22/03/2016
AUTOMAFRA - PNEUS, ACESSÓRIOS COMBUSTÍVEIS E VIATURAS, LDA	100,00 €	Reparação de Viaturas	22/03/2016
SIMÕES & SIMÕES LDA	2 755,10 €	Reparação de Viaturas	22/03/2016
AUTO MECÂNICA DA MURGEIRA, LDA	99,80 €	Reparação de Viaturas	22/03/2016
JOSÉ ALBERTO RODRIGUES - INSTALAÇÕES ELÉCTRICAS, LDA	1 951,40 €	Diversas reparações de avaria da Iluminação Pública	22/03/2016
ELETROZAMBUJAR, UNIPessoal, LDA	2 061,26 €	Reparações e Manutenções elétricas em diversos estabelecimentos de ensino	22/03/2016
ROGÉRIO MARTINHO GASPAR MIRANDA	643,70 €	Fornecimento e Montagem de vidros na EB/JI Dr. Sanches Brito - Salgados	22/03/2016
PINTO & CRUZ - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO S.A.	218,94 €	Reparação de Frigorífico da EB Hélia Correia, Mafra	22/03/2016
SOMBRAS PERFEITAS - TOLDOS E COBERTURAS LDA	332,10 €	Reparação de Cobertura da Praça de Táxis	23/03/2016

28 481,73 €

Á consideração Superior.

Mafra, 28 de Março de 2016

A Coordenadora Técnica,

(Paula Matos)



LOUVOR

O desporto é um fator reconhecido de desenvolvimento físico e de indução de estilos de vida saudáveis. Além disso, é uma forma de divulgação nacional e internacional do nome do Concelho de Mafra, considerando que se verifica a participação de muitos munícipes em competições das mais variadas modalidades – o que traduz a diversidade e a qualidade da oferta existente e, por outro lado, o mérito dos atletas locais, motivo de regozijo da comunidade.

No recente Campeonato do Mundo de Muay-Thai, realizado na Tailândia, os munícipes Rui Botelho, Carolina Silva e João Rebelo distinguiram-se pelas suas performances, numa competição exigente que reuniu centenas de participantes provenientes dos quatro cantos do mundo.

O mafrense Rui Botelho, de 21 anos, sagrou-se campeão do mundo Pro AM WMF na categoria de seniores masculinos, com -57kg. No âmbito do Campeonato do Mundo WMF Amadores, a jovem Carolina Silva, também residente em Mafra e com 22 anos de idade, alcançou a medalha de ouro na categoria de seniores femininos com -63,5kg e João Rebelo, com 20 anos e morador na Póvoa da Galega, conquistou a medalha de bronze na categoria de seniores masculinos com -63,5kg.

As vitórias destes atletas, integrados na DinaMite Team e treinados por Dina Pedro, são consequência de um longo percurso de prática de uma arte marcial que exige uma permanente e adequada preparação física, mas também disciplina mental.

Pelo seu sucesso desportivo alcançado, mas sobretudo pelo exemplo de perseverança na constante superação, Rui Botelho, Carolina Silva e João Rebelo honram o Município de Mafra, pelo que é de justiça prestar-lhe público LOUVOR.

Paços do Município, 1 de abril de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

(Hélder Sousa Silva)

Para o Senhor Presidente

Eloc/2016/13107

J.3.

015

Para conhecimento e para cumprir
com o dever de representação
do CMH no AG da TNP
segundo os pontos de
ordem do dia de
presente



2016.03.29

Câmara Municipal de Mafra
A/c Srª Dra Célia Batalha Fernandes
Praça do Município
2640-001 Mafra

A reunião

Atendendo à data do AG, deverá
ser votado o Relatório e Contas ²⁰¹⁵, favoravel-
mente, bem como a composição da Direcção
A decisão deverá ser ratificada na
próxima reunião de Câmara em
2016.03.29.

Exma. Senhora,

Venho por este meio convocar os sócios cooperadores da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra para a Assembleia Geral Ordinária a realizar no próximo dia 30 de março de 2016, pelas 15H00, na sede social da Cooperativa, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Apresentação, discussão e aprovação do Relatório e Contas do Exercício de 2015;
- 2 – Deliberação, nos termos da alínea b) do art.º 29.º dos Estatutos, sobre proposta de nova composição da Direcção;
- 3 – Outros Assuntos.

Se à hora marcada para a reunião não se verificar a presença dos membros da Assembleia - Geral que representem mais de metade do capital social, no mínimo de quatro membros, a Assembleia reunirá com qualquer número de membros, uma hora depois.

Com os meus cumprimentos

Mafra, 11 de março de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

(Eng. Rui M. F. Pombo)



RELATÓRIO E CONTAS 2015

PATRIMÓNIO
NATURAL
COM HISTÓRIA.

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

**Tapada Nacional de Mafra, CIPRL
Relatório e Contas 2015**

EDITOR

Tapada Nacional de Mafra, CIPRL

Portão do Codeçal, 2640-602 Mafra

Telef.: +351 261 81 7 050 (dias úteis)/+351 261 81 4 240 (fins de semana e feriados) Fax: +351 261 81 4 984

URL: <http://www.tapadademafra.pt/>

E-mail: geral@tapadademafra.pt

PERIODICIDADE

Anual

DATA DA EDIÇÃO

março de 2016

Al
Af.
En
PS

ÍNDICE

01. **Órgãos Sociais**
02. **Relatório de Atividades**
03. **Análise Económico-financeira
Proposta para Aplicação de Resultados**
04. **Demonstrações Financeiras
Anexos às Demonstrações Financeiras**
05. **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

01.

Órgãos Sociais



5
AF.
JBJ
AM

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Rui Manuel Felizardo Pombo

Vice-Presidente

Joaquim Filipe Abreu dos Santos

Secretário

Armando Jorge Guerra Lapa

Membro Substituto

António José Formiga de Almeida

Direção

Presidente

Alda da Cruz Martins Mesquita

Vice-Presidente

Célia Maria Duarte Batalha Fernandes

Secretário

Artur Ryder Torres Pereira

Tesoureira

Patrícia Isabel Salvado Bolotinha

Vogal

Alberto Macedo de Azevedo Gomes

Conselho Fiscal

Presidente

Diogo Supico de Faria e Silva

Vogal

Dália da Conceição Gralha Ribeiro

Vogal

Patrícia Alexandra Caetana Piteira

02.

Relatório de Atividades



INTRODUÇÃO

No ano de 2015 completou-se o triénio (2002-2015) de gestão da atual Direcção.

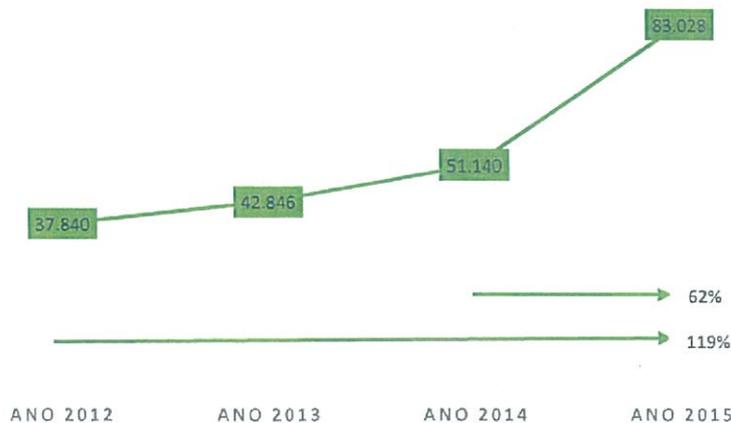
Ao longo dos últimos três anos a Tapada Nacional de Mafra (TNM) empreendeu um esforço para se afirmar enquanto entidade de referência no domínio da gestão, conservação e valorização de recursos naturais e culturais; como polo turístico alavancado pela biodiversidade e pela valência histórico-cultural que detém e, ainda, na potencialização da sua integração no conjunto histórico-cultural e territorial encabeçado pelo Palácio Nacional de Mafra.

A dinâmica de gestão e funcionamento empreendida contribuíram para que a Tapada Nacional de Mafra tivesse alcançado em 2015 um dos seus melhores anos no que concerne ao número de visitantes e em termos de receita e resultados líquidos do exercício.

Destacamos seguidamente alguns dos aspetos que mais evidenciaram a gestão e o desempenho da Tapada Nacional de Mafra no ano de 2015:

- Em 2015 a TNM recebeu **83.028 visitantes**, uma subida de cerca de **62%** face ao ano de 2014. Se tivermos como referência o ano de 2012 (37.840 visitantes), a Tapada Nacional de Mafra teve um **acréscimo superior a 119%** no seu número de visitantes ao longo dos últimos três anos.

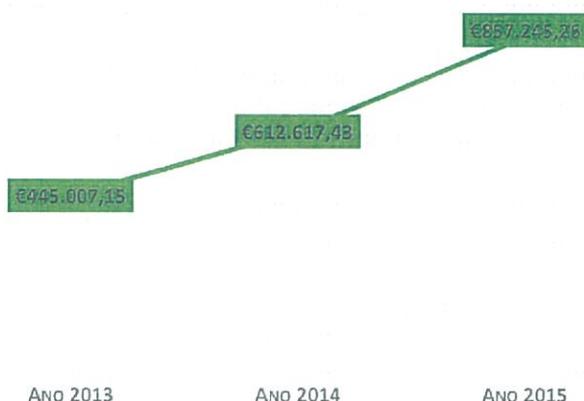
VISITANTES



- Apesar de algumas contrariedades, nomeadamente de natureza climatérica - Outono/Inverno com períodos muito chuvosos – que influenciam muito diretamente a sua atividade, a TNM conseguiu continuar a evoluir positivamente nos seus resultados de exploração tendo alcançado um **resultado líquido positivo de 42.104,38€** (aumento de 15% face ao ano anterior).

- O investimento no desenvolvimento de novos produtos, na promoção e na divulgação da sua oferta turística veio a repercutir-se muito positivamente nas contas da TNM tendo contribuído muito significativamente para um **acréscimo acentuado na sua receita**.
- Em 2015, as Visitas e as vendas ocorridas no Núcleo de Apoio/Bar representam o maior peso do total das prestações de serviços realizadas correspondendo a 89% do total das mesmas. Comparativamente com o ano anterior destaca-se um aumento da receita nas rubricas de Visitas (+50,72%), da Casa de Campo (+13,85%), da Venda de Carne (+10,17%), da Atividade Cinegética (+42,71%) e do Núcleo de Apoio/Bar (+20,72%). O total de rendimentos em 2015 aumentou 42,17 % relativamente a 2014.

RECEITAS (€)



- A criação e/ou consolidação de laços estratégicos com várias instituições ajudaram a reforçar a posição e imagem da TNM a nível regional e nacional como uma entidade de referência no domínio da gestão, conservação e valorização de recursos naturais e culturais e do Turismo de Natureza.

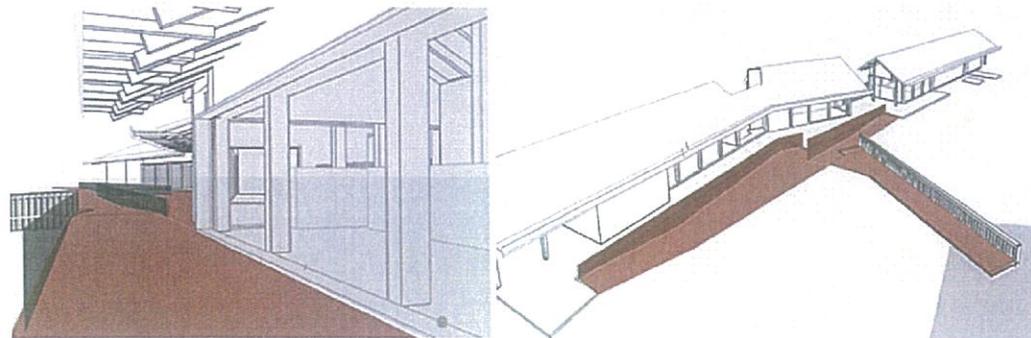
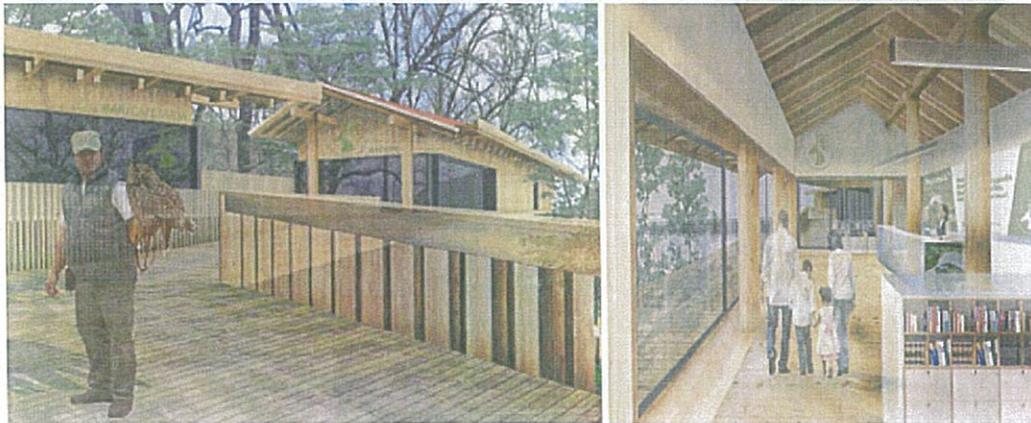
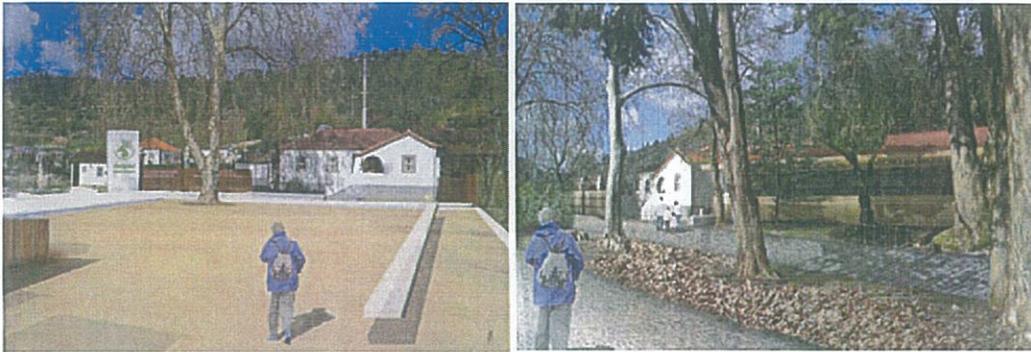
020
R2
Ome

TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Atividades mais marcantes de 2015

Plano de Requalificação da Entrada da Tapada Nacional de Mafra

Tendo como objetivo a melhoria das condições de receção dos visitantes da Tapada Nacional de Mafra e a promoção de melhores condições de trabalho para os seus trabalhadores foi elaborado um projeto de requalificação arquitetónica e paisagística para a entrada da Tapada Nacional de Mafra. Está previsto neste projeto a criação de uma área de Receção e Loja com Centro de Interpretação ambiental associado, uma área de Cafetaria/Restauração, Instalações Sanitárias e adaptação e ampliação da Casa Florestal existente para Serviços Técnicos da TNM. No que se refere a intervenções previstas para os espaços exteriores estão contempladas as seguintes: requalificação paisagística de toda a área de entrada da TNM, nomeadamente, da linha de água, do parque de merendas e, ainda, a reorganização do parque de estacionamento.



Implementação de Plano de Sinalética Bilingue na Tapada Nacional de Mafra

Como forma de colmatar uma das lacunas recorrentemente apontadas pelos visitantes da TNM, ao longo de 2015 foram elaborados conteúdos interpretativos e instalado um novo plano de sinalética.



Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the number '021' and several illegible signatures.



Implementação de novo sistema de bilhética e melhoria da atividade comercial

Procedeu-se à implementação de um novo *software* de bilhética que dá suporte à atividade comercial, através instalação de novos equipamentos adquiridos à Blueticket (venda online de bilhetes e na Bilheteira) e Artsoft, na gestão comercial. Através da capacidade instalada da fibra, permitiu-se fazer a ligação da gestão comercial nos escritórios aos serviços da bilheteira, loja e cafeteria.





Reformulação do Website da Tapada Nacional de Mafra

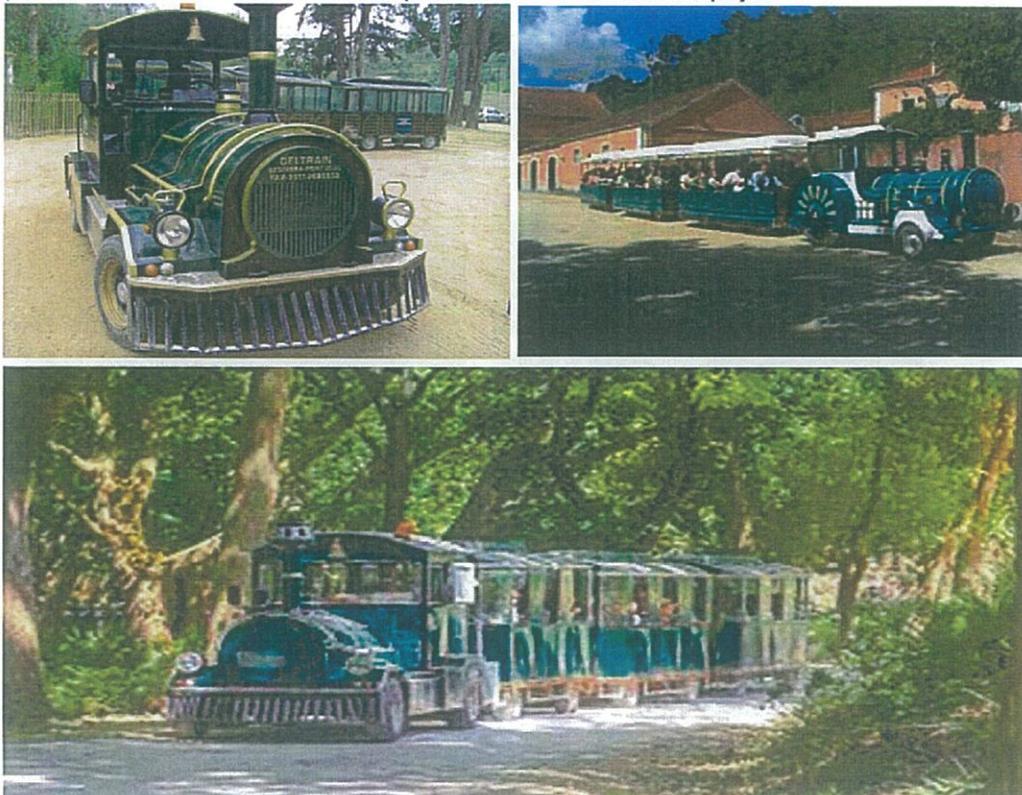
Ao longo de 2015 o website da TNM foi alvo de uma reformulação total. Pretendeu-se desenvolver um site responsivo (compatível com todos os tamanhos de telas utilizadas), mais apelativo visualmente, bilingue e com mais informação disponível para o potencial visitante. Foi ainda integrado no novo site um módulo que permite a venda *on line* de bilhetes.



JAR
Ajo
JOS
COP

Remodelação dos Comboios Turísticos

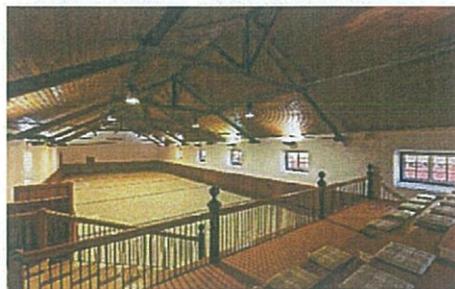
Procedeu-se à remodelação dos dois comboios turísticos no decorrer do ano de 2015. Dada a avançada idade destas duas viaturas, a manutenção permanente das mesmas tem sido uma preocupação constante. Otimizando os recursos, valorizou-se a estrutura original, melhorou-se parte substancial dos mecanismos e procedeu-se ao restauro de peças.



Intervenção no Salão Nobre e Salão Multiusos

Dado a diminuição das condições gerais para acolhimento nos Espaços para Eventos, procedeu-se, entre outras operações de manutenção, à intervenção no telhado, à pintura de paredes no interior do edifício, reposição de soalho, intervenções nas instalações sanitárias. No Salão Multiusos, as paredes foram igualmente intervencionadas.





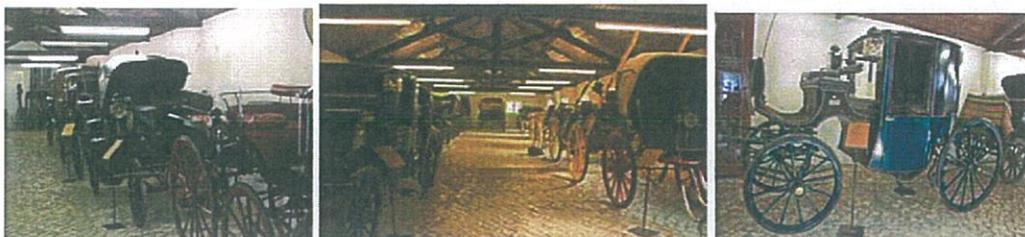
Intervenção na Casa de Campo

Procedeu-se à pintura de paredes no interior do edifício, mais concretamente na sala de jantar e estar, hall de entrada e alguns WCs, melhorias na canalização, madeiramento e nas instalações elétricas.



Intervenção no Museu de Coches e Charretes

Com vista a melhorar as condições de visitação, procedeu-se   pintura de paredes no interior do edifício do Museu de Coches e Charretes.



Interven o na Cafeteria, Loja e Bilheteira

Foram desenvolvidas na área conjunta Loja, Cafeteria e Bilheteira obras de melhoramento e de valoriza o que envolveram a pintura de paredes, instala o de novos apetrechos sanitários, novo mobiliário de esplanada e nova sinalética.



Reconversão de Casa do Jardim – Espaço para Eventos

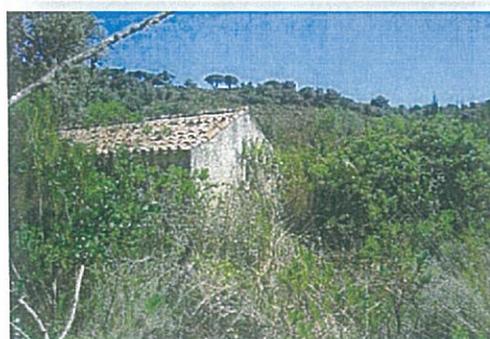
Visando a utiliza o deste espaço para eventos procedeu-se a um conjunto de interven es, designadamente, melhoramento nas instala es elétricas, coloca o de piso flutuante, pinturas, arranjo paisagístico na área envolvente, repara o de fechaduras e decora o do espaço.



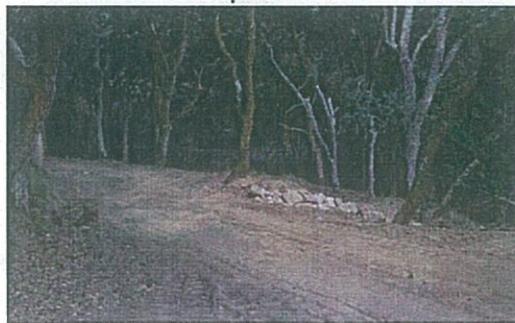
Beneficiação de Percurso Pedestre

No âmbito do Projeto “De Sintra a Mafra – A Natureza em Parques e na Grande Tapada” foi intervencionado um percurso pedestre de cerca de 4 km, para ser usado no programa de visitação conjunto *Duas Florestas, Uma experiência única* que liga o Parque e Tapada de Monserrate à Tapada Nacional de Mafra.

Antes



Depois



VISITAS GUIADAS, ALOJAMENTO E PROGRAMAÇÃO

Atividades permanentes

Com vista a responder às necessidades e preferências do visitante, foram promovidos três programas ao longo do ano: Primavera, Verão e Outono/Inverno – este último, com interesse especial em iniciar-se a comunicação de uma forma diferente, criando apenas dois programas por ano, agrupando as estações em Primavera/Verão e Outono/Inverno tornando a comunicação mais homogênea.

Programa Público-Geral

Descubram porque a Primavera é tão especial na Floresta Encantada!



DE 21 DE MARÇO A 5 DE JULHO
 Aproveitem a estação do ano em que tudo volta a crescer na natureza e os dias são mais longos!

São 15 semanas mágicas cheias de experiências e aventuras, desde passeios a pé de bicicleta, trilhos, cano silvático, charrete e cavalo, a espetáculos com aves de rapina, piqueteado, apicultura, tiro com arco, piqueteado, tal como observação de aves logo de manhã cedo e visitas à noite para ver pântanos. Todas estas experiências, a 30 minutos de Lisboa.



Ilustração Programas Público-Geral: Primavera, Verão e Outono/Inverno

- **Pack Conhecer a Tapada de Comboio:** atividade mantida em 2015 e que se caracteriza por um percurso de comboio ao encontro da floresta encantada e dos animais que a habitam. Inclui visita ao Museu dos Coches e das Charretes, Museu da Biodiversidade e espetáculo com aves de rapina. Esteve disponível entre março e julho.
- **Pack Circuito Encantado:** atividade criada em 2015 e que se caracteriza por um percurso de comboio ao encontro da floresta encantada e dos animais que a habitam. Inclui atelier de apicultura e espetáculo com aves de rapina. Esteve disponível todos os dias a partir de julho.
- **Pack Percursos 360°:** atividade criada em 2015 e inclui 1 passeio pedestre, espetáculo com aves de rapina e atelier de apicultura. Esteve disponível todos os dias a partir de julho.
- **Passeio de Carro Elétrico:** atividade iniciada 2015 e inclui um passeio ecológico descobrindo a floresta encantada ao ritmo do visitante. Esteve disponível todos os dias a partir de março.
- **Passeio de Charrete:** atividade mantida em 2015 e inclui um passeio calmo de charrete à descoberta dos animais que habitam o vale da floresta encantada. Esteve disponível todos os dias.

- **Passeio a Cavalos:** atividade mantida em 2015 e inclui um passeio calmo, guiado pela floresta encantada. Esteve disponível todos os dias.
- **Batismo Equestre:** atividade mantida em 2015 e inclui a primeira experiência guiada com cavalos. Esteve disponível todos os dias.
- **Bicicletas alugadas:** atividade mantida em 2015 e inclui um passeio de bicicleta alugando as existentes. Esteve disponível todos os dias.
- **BTT:** atividade mantida em 2015 e inclui um passeio de BTT desde que o visitante traga a sua bicicleta. Esteve disponível todos os dias.
- **Passeio Pedestre:** atividade mantida em 2015 e inclui caminhada a pé pela floresta encantada. Esteve disponível todos os dias.
- **Treinar Ave de Rapina:** atividade mantida em 2015 e inclui a aprendizagem de como treinar uma ave de rapina. Esteve disponível todos os dias.
- **Espetáculo Aves de Rapina:** atividade mantida em 2015 e inclui a descoberta pelas distintas personalidades e formas de viver das muitas aves de rapina que fazem parte do anfiteatro águia; Esteve disponível todos os dias durante a semana e ao fim-de-semana no Pack Percursos 360º, no Pack Conhecer a Tapada de Comboio e, ainda, ainda adquiridos individualmente;
- **Atelier de Apicultura:** atividade mantida em 2015 e inclui a aprendizagem do maravilhoso mundo das abelhas e a sua importância para a manutenção da espécie. Esteve disponível todos os dias.
- **Experiência Apícola:** atividade mantida em 2015 e inclui a experiência de ser apicultor, conhecer os pormenores da vida das abelhas, onde os diversos sabores do mel se fundem com a visita ao apiário. Esteve disponível todos os dias.
- **Corrida na Floresta:** atividade mantida em 2015 e inclui uma mini-maratona por um percurso criado para o efeito. Esteve disponível todos os dias.
- **Iniciação ao Tiro com Arco:** atividade mantida em 2015 e inclui a aprendizagem de se ser um verdadeiro arqueiro. Abordagem, postura e coordenação. Esteve disponível todos os dias.
- **À noite e ao amanhecer – época especial da brama:** atividade mantida em 2015 e inclui a experiência de ouvir e ver, ao amanhecer ou anoitecer, veados e gamos a bramar. Escutar aquilo que os maiores mamíferos da floresta fazem para atrair as fêmeas e marcar território. Disponível apenas nos meses Setembro, Outubro e Novembro.
- **Cesta de Piquenique:** atividade mantida em 2015 e inclui a experiência de uma refeição saudável ou tradicional, ao ar livre. Esteve disponível todos os dias.
- **Birdwatching:** atividade mantida em 2015 e inclui a observação de aves que habitam a floresta encantada. Disponível na primavera e verão, todos os dias.

Programação Específica

- **Caça às Hastes:** experiência que envolve o público na procura de hastes na época do desmoque – queda das hastes. Esteve disponível em Abril.
- **Espetáculo “Ilumes – Pirlampos”:** atividade realizada pela primeira vez em Maio e Junho de 2015. Espetáculo noturno ao ar livre inspirado na energia natural dos pirlampos com performance e vídeo arte itinerante da Companhia de Dança Amalgama.
- **Espetáculo “Comboio de Natal:** atividade mantida em 2015. Inclui um espetáculo de teatro e dança ao ar livre, remetendo para o natal da floresta. Esteve disponível apenas no mês de Dezembro.

572
 J.
 PSB
 OR

Programa Escolas



Programa para Escolas

2015/2016

PATRIMÓNIO
NATURAL
COM HISTÓRIA.



Ilustração Programa Escolas 2015/2016

Consoante os diferentes graus de escolaridade, promoveu-se atividades adequadas aos diferentes públicos escolares. Foram utilizados suportes de comunicação *offline* e digital. Desde o ensino Pré-Escolar até ao Secundário, disponibilizaram-se as seguintes atividades:

- **Experiências Pouca-Terra Pouca-Terra**
 - Circuito de Comboio
 - Circuito Completo de Comboio
 - Circuito Carro Elétrico
- **Aventuras Pedagógicas**
 - Exploradores da floresta
 - Descobridores das árvores
 - Bichos e bichinhos
 - À descoberta dos cheiros da floresta
 - CSI floresta
 - A floresta e o fogo
 - Rota da biodiversidade
 - Pedras rolantes
- **Caças ao Tesouro**
 - Caça ao tesouro pirata
 - Caça ao tesouro ambiental
- **Jogos Tradicionais**
 - Diversos jogos tradicionais
- **Percursos Pedestres**
 - Percorso Ribeirinho (azul)
 - Percorso Tojeira (verde)
 - Percorso Boavista (amarelo)
 - Percorso Taipas (vermelho)
- **Ver&Fazer**
 - Atelier de apicultura
 - Atelier com burrinhos

- Batismo equestre
- Espectáculo aves de rapina
- Workshop tiro com arco
- **A Floresta e muito mais**
 - Floresta&surf
 - Floresta&flash
 - Floresta&cultura
 - Floresta&lobo ibérico
 - Floresta&piquenique
 - Floresta&parque aventura
- **1 dia completo na Tapada**
 - Pack 1 aventura pedagógica + 1 pouca terra, pouca terra
 - Pack 1 percurso pedestre + 2 ver&fazer

Envolvimento das Escolas

Incentivando os Docentes para a realização de uma visita escolar com a respetiva instituição de ensino com a qual colaboram, procedeu-se à criação de uma campanha destinada a Professores e Educadores mediante a qual todos os interessados poderão realizar 1 atividade à escolha do Programa Público-Geral entre Outubro 2015 até Março 2016. Foram utilizados suportes de comunicação digital e off-line, tendo sido igualmente criadas peças de design no auxílio à comunicação.



Website TNM

Programa de Turismo Equestre em parceria com MoreThanFive

A More Than 5, em parceria com a TNM, criou um programa "Premium" de Turismo Equestre que se encontra a ser promovido no mercado nacional e internacional.

5/1/16
 AP
 JCB
 em



Programa Universidades Seniores

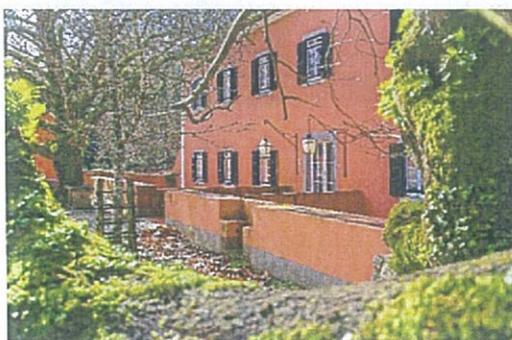
Foi iniciada a criação de um programa de atividades dedicado ao público sénior, nomeadamente para universidade seniores, que envolve um programa conjunto de visita ao Palácio e Tapada Nacional de Mafra.

Programa Corporativo

Apesar de ainda não ter sido criado um Programa Corporativo destinado às inúmeras empresas e organizações que nos procuram, a TNM foi respondendo às diferentes solicitações tendo acolhido cerca de 15 eventos corporativos ao longo de 2015.

Alojamento na Casa de Campo

Com as benfeitorias realizadas na Casa de Campo para a criação de melhores condições de acolhimento de hóspedes e a alteração do conceito de venda (alojamento com condições ideais para grupos familiares e de amigos) desta unidade de alojamento contribuíram para que 2015 tivesse alcançado a melhor taxa de ocupação dos últimos três anos.



OUTRAS ACTIVIDADES NA ÁREA DO PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL

Colaboração na candidatura do Monumento Palácio-Convento-Tapada Nacional de Mafra a Património Mundial da Unesco.

Em 2015 a TNM incluiu a equipa, coordenada pela Câmara Municipal de Mafra, que desenvolveu a candidatura para integrar o Monumento da Palácio-Convento e Tapada Nacional de Mafra na Lista Indicativa do Património Mundial, sendo expectável que em 2016 esta candidatura seja a escolhida para integrar a mencionada Lista e que seja dado início ao processo de elaboração do Dossier de Candidatura do Monumento a Património da Humanidade.

Acompanhamento e avaliação do estado sanitário da população de ungulados da TNM.

A população de ungulados tem continuado a ser monitorizada pelos técnicos da TNM e por investigadores pertencentes a diferentes instituições do ensino superior, nomeadamente, Universidade de Aveiro e Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de Lisboa. Do ponto de vista sanitário também esta população tem merecido um acompanhamento próximo, sublinhando-se o apoio incedível do Matadouro Regional de Mafra e da Universidade de Évora.



Monitorização da Avifauna

Em estreita colaboração com a Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA) temos continuado a desenvolver a monitorização das principais espécies de avifauna presentes na TNM, trabalho este que se encontra enquadrado num projeto de monitorização de espécies de aves de rapina na região Oeste que decorre há cerca de 8 anos.

Implementação do Plano Cinegético 2014/2015

A atividade cinegética sofreu um aumento em termos de procura face ao ano de 2014. O número de inscrições para o conjunto de modalidades de caça aumentou de 33 para 52, destacando-se a Caça Seletiva de Gamo e a Espera de Javali.

5/11/15
Ag!
Poz
Ora

Funcionamento da Equipa de Sapadores Florestais

A equipa de Sapadores Florestais da TNM teve, mais uma vez, o apoio financeiro do Fundo Florestal Permanente. Manteve-se em funcionamento durante todo o ano focando as suas intervenções na TNM e área envolvente. Realizou igualmente Serviço Público na Serra de Sintra.



Aprovação do novo Plano de Gestão Florestal da TNM

Foi aprovado em 2015 o novo plano de Gestão Florestal que apresenta como principal objetivo a manutenção e conservação sustentável de toda a área florestal da TNM, sendo dado especial enfoque à aposta na valorização de novos produtos florestais, designadamente, através da aposta na produção de pinha mansa, bem como, na certificação florestal da área de produção de eucalipto da TNM.

Eliminação da área de Eucaliptal (Barroca e Codeçal) e conversão para espécies autóctones.

Promoveu-se a recuperação e reconversão das áreas de eucaliptal do Codeçal e da Barroca (cerca de 11ha). Após o corte foram eliminados os rebentos de toiça, eliminados os sobrantes de exploração e reflorestada parte da área com espécies autóctones (carvalho-cerquinho, medronheiro, sobreiro e pinheiro-bravo).



Barroca



Codeçal

- Avaliação e quantificação do Reservatório de Sequestro de Carbono – Projeto Carbono Zero

Trabalho realizado com o apoio do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária e do Instituto Superior de Agronomia através do qual são apresentados os resultados do inventário e quantificação do reservatório de carbono das áreas florestais afetadas ao projeto Caixa CarbonoZero.



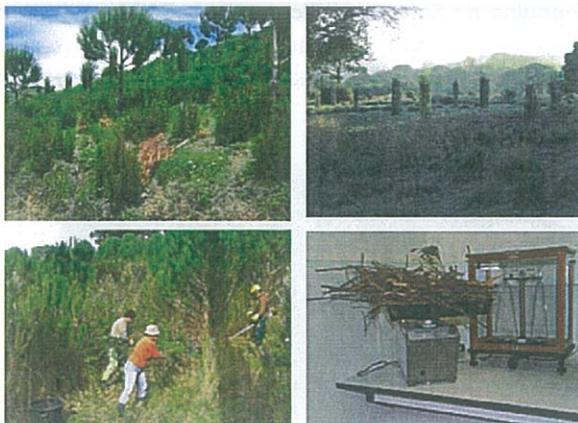
QUANTIFICAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE CARBONO NA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Projeto Célis CarbonZero



Autores:
Alexandra Correia, Instituto Superior de Agronomia
Alberto Almeida Gomes, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
Irene San Pedro Cadima, Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária

Colaboração da Tapada Nacional de Mafra:
João Naveira
Pedro Curinho
Vitorino Duarte



Ação de avaliação do potencial produtivo florestal

Em paralelo com o trabalho atrás mencionado procedeu-se ao início da avaliação do potencial produtivo existente na Tapada Nacional de Mafra, nomeadamente, das três espécies de produção: sobreiro, pinheiro manso e eucalipto.

Gestão dos combustíveis e defesa da floresta contra incêndios florestais

Numa lógica de prevenção a equipa de sapadores florestais efetuou faixas de redução de combustíveis com recurso a ferramentas moto-manuais.

Integrada no dispositivo municipal da defesa da floresta contra incêndios, a TNM realizou também ações de vigilância fomentando o trabalho conjunto com os vários agentes de proteção civil, quer na área da TNM, quer na sua envolvente.

Melhoria das condições da rede viária florestal

Durante 2015 foi promovida a recuperação de caminhos através da abertura de valetas, regularização do piso e da limpeza de pontões. Estas intervenções de beneficiação ocorreram em cerca de 24 km e a sua concretização deveu-se, em grande parte, ao apoio operacional prestado pela Câmara Municipal de Mafra/Giatul.

Venda de pinhas de pinheiro manso, de lenha de folhosas e de pinheiro bravo e manso.

No âmbito das ações de gestão florestal corrente, foram promovidas as vendas de produtos de origem florestal (pinhas mansas e lenhas proveniente de espécies folhosas, pinheiro manso e bravo).

028

5/1/12
JSE
gme

PROJECTOS SUBSIDIADOS OU CANDIDATOS A SUBSÍDIO

POR (Programa Operacional Regional) Lisboa:

- **De Sintra a Mafra: a Natureza em Paques e na Grande Tapada”**

Investimento aprovado: 145,838.92€ - participação 40%

Duração: Início 2014/08/11 Término 2015/06/30

Projeto, em parceria com a PSML (Parques de Sintra – Monte da Lua) através da qual se implementou uma estratégia conjunta de fruição das áreas geridas pelas duas instituições. A visita integrada a estes dois locais, Parque e Tapada de Monserrate e Tapada Nacional de Mafra, permite apresentar uma abordagem completa à biodiversidade da região.

Ações a destacar no projeto:

- Criação de programa de visita conjunta entre o Parque e Tapada de Monserrate e Tapada Nacional de Mafra.
- Projeto de requalificação arquitetónica e paisagística para a área de entrada da TNM;
- Implementação de plano de sinalética interpretativa e direcional bilingue;
- Reformulação do site da TNM.

PRODER/PDR (Programa de Desenvolvimento Rural do Continente Programa/Plano de Desenvolvimento Rural)

Manutenção e recuperação de galerias ripícolas (linhas de água) e corredores ecológicos – Medida 2.3.3.1 (candidatura apresentada em Abril de 2014)

Investimento proposto: 110.989,39€ - participação 100%

Duração: Início (a definir) Término (a definir)

Projeto que visa a implementação de ações de limpeza em 67.6 hectares de galerias ripícolas da TNM.

Ações a destacar no projeto:

- Limpeza com recurso a motorroçadora;
- Ações de desramação;
- Podas de formação.

PARCERIAS

Mostra Gastronómica “Sabores da Tapada Real”

A 9ª Mostra Gastronómica “Sabores da Tapada Real” manteve a sua exequibilidade no ano de 2015. A TNM, na sequência dos abates cinegéticos, fundamentais em determinadas situações para assegurar o equilíbrio ecológico e a renovação das espécies, dada a inexistência de predadores naturais neste espaço, disponibiliza carne de gamo e javali para diversas propostas de degustação na restauração concelhia aderente.

Palácio Nacional de Mafra

Todos os dias, o visitante do PNM pode usufruir de 10% desconto em qualquer atividade do Programa da TNM em vigor. Foram criados materiais de comunicação digital e *off-line*, sendo estes últimos colocados no Palácio Nacional de Mafra para divulgação da parceria.

Esta foi a forma identificada para se conseguir ultrapassar a impossibilidade de criação, a curto prazo, do bilhete único Palácio-Tapada Nacional de Mafra.

Caixa Geral de Depósitos

Todos os dias do ano, o colaborador e o cliente Caixa Geral de Depósitos podem usufruir de 50% desconto e familiares de 20% desconto, no Percurso Pedestre e no Passeio de BTT. Foram desenvolvidos materiais de comunicação digital entre ambas as entidades. A campanha não apresenta validade.

Projecto Uno – Visitas de Carros Elétricos

Foi desenvolvida uma parceria com um fornecedor de carros elétricos, através da qual se possibilita ao visitante a realização, de forma ecológica e amiga da floresta, de passeios guiados (ou não) pela TNM.

Blueticket

No âmbito da parceria estabelecida com a Blueticket foi possível iniciar a venda de bilhetes das atividades da TNM em diferentes pontos de venda distribuídos pelo país através da FNAC, Worten, El Corte Inglés, Media Markt e, diretamente, no site da Blueticket.

Blogues (Save the Date, As Viagens dos Vs, Weaving e Eye Love Fashion)

Promoveu-se uma associação a inúmeros blogues inspirados na vida familiar, em viagens, em moda e tempos livres que nos permitem atingir nichos de público específicos.

Amálgama – Companhia de Dança

O espetáculo do Comboio de Natal da TNM desenvolvido em parceria com alunos da ETPM teve como elenco profissional os bailarinos da Companhia de Dança Amalgama. Esta iniciativa focou-se numa viagem pela Floresta Encantada e a importância do Natal para os elementos da natureza – terra, água, fogo e ar.

5/1/2
 A.
 P. B.
 O.M.

O espetáculo Ilumes - Pirlampos, espetáculo de dança teatral, cujo elenco foi igualmente constituído pela Amalgama enalteceu uma vez mais a Floresta Encantada junto do visitante adquirente do espetáculo.

Sublinham-se ainda as seguintes entidades desenvolvidas no âmbito da parceria: Cafés Concerto e Bailes de Primavera.

VOLUNTARIADO

Programa Caixa Geral de Depósitos

A Caixa Geral de Depósitos e a Tapada Nacional de Mafra juntaram-se numa ação de reflorestação onde foram plantadas 700 árvores na área da Barroca, comemorando-se assim o Dia Mundial da Floresta Autóctone.



Publicação na Revista CGD - CX. nº21 Janeiro 2016
 Vídeo promocional da ação - CGD Youtube Brand Channel
 Ação conjunta e sinalética

Programa Campanha Bosque dos Sonhos & Sponsor ValorPneu – Sociedade de Gestão de Pneus

Ocorreu a ação de voluntariado com a marca associada Valor Pneu (donativo corporativo), cujo objetivo visou a reflorestação da área do Codeçal, contribuindo para a realização de sonhos de crianças e idosos carenciados. Plantação de 1000 Árvores = 1 Sonho realizado.



Sinalética
Ação conjunta
Embaixador da Ação Tó Romano e membro associado.

Programa Vieira de Almeida – Vieira de Almeida, Associados. Para compensar a pegada de carbono do ano de 2014, a Vieira de Almeida (VdA) juntou os seus colaboradores na Zona de Compensação Zero da VdA, na Tapada Nacional de Mafra e deu continuação à abertura de faixa



5/11/15
A.
202
Jm

de gestão de combustíveis na Rua da Boavista, com a proteção da regeneração natural de espécies arbóreas autóctones e com a plantação de novas árvores.



Programa Fundação EDP – Campanha Parte de Nós Ambiente 2015

Inserida no programa de Voluntariado Corporativo da Fundação EDP, esta iniciativa pretendeu remover espécies invasoras da floresta da TNM. Procedeu-se à limpeza e plantação da área junto à receção da TNM, após o corte e eliminação das toijas de eucalipto.



Programa REN (Share) – Redes Energéticas Nacionais

Esta iniciativa promovida pela REN teve como objetivo a limpeza manual de resíduos florestais resultantes de arvoredo tombado e a eliminação da vegetação concorrente, aproveitando a regeneração natural de espécies autóctones. Em paralelo procedeu-se à abertura de uma faixa de gestão de combustíveis de 4 hectares entre o Codeçal e o Celebredo.



Programa Laureate - Universidade Europeia, IADE e IPAM

A Ação de Responsabilidade Social envolveu mais de 350 estudantes, docentes e colaboradores que cumpriram o seu compromisso voluntário de apoio na limpeza do espaço florestal da TNM. Nesta iniciativa estiveram envolvidas as três instituições que integram o Grupo Laureate em Portugal (Europeia, IADE e IPAM).



15
12
12

Programa Geração ON – Câmara Municipal de Mafra (CMM)

A TNM e a CMM, juntos, possibilitaram aos jovens residente no município de Mafra a oportunidade de ocuparem os seus tempos livres, na interrupção letiva do verão, através da realização de diversas atividades e tarefas na TNM, desenvolvendo e explorando a sua vocação profissional.



ENCONTROS E CONFERÊNCIAS

Em 2015, a TNM foi espaço para a realização de eventos organizados pelas seguintes entidades:

- Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza e o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas;
- IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas;
- EDP – Makro EDP;
- USEMA – Universidade Sénior de Mafra;
- Vicira de Almeida;
- Abreu Advogados;
- Yamaha;
- Ordem de Santo Humberto.

PROJETO “DE SINTRA A MAFRA - A NATUREZA EM PARQUES E NA GRANDE TAPADA

De Sintra a Mafra: a Natureza em Parques e na Grande Tapada

De Sintra a Mafra – a Natureza em Parques e na Grande Tapada é um projeto que resulta de uma iniciativa conjunta da Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML) e da Tapada Nacional de Mafra (TNM). Com âmbitos de intervenção e capacidades diferenciadas de atração de públicos, as duas entidades partilham, no entanto, objetivos comuns, tais como, a constante preocupação em melhorar as condições de fruição pelo público e, neste âmbito, diversificar a oferta turística e de lazer que cada uma das entidades disponibiliza. Daqui nasceu a ideia da criação de um programa conjunto de visitação, tirando partido dos pontos comuns e das complementaridades que unem os territórios geridos pela PSML e a TNM.

Como principais resultados globais do projeto, até ao momento, registou-se um aumento de visitantes cujo interesse assenta em aprender a interpretar uma floresta madura e autóctone como uma ilha de Biodiversidade onde um elevado número de mamíferos será manifestamente explorado, para além dos muitos anfíbios, répteis e aves a observar. Foram, também, criadas ferramentas informativas sobre a importância dos valores naturais (fauna e flora) que as duas instituições gerem, contribuindo para a sensibilização e educação ambiental dos visitantes.

Branding do projeto



DO PARQUE À TAPADA

Produção de materiais de comunicação: brochura, poster, micro-site, vídeo e livro

Foram produzidos diversos materiais de apoio e divulgação da parceria assim como fotos do percurso interpretativo e de outros elementos de visita da TNM.



Brochura

032

5
A/A
FSA
EM



Poster

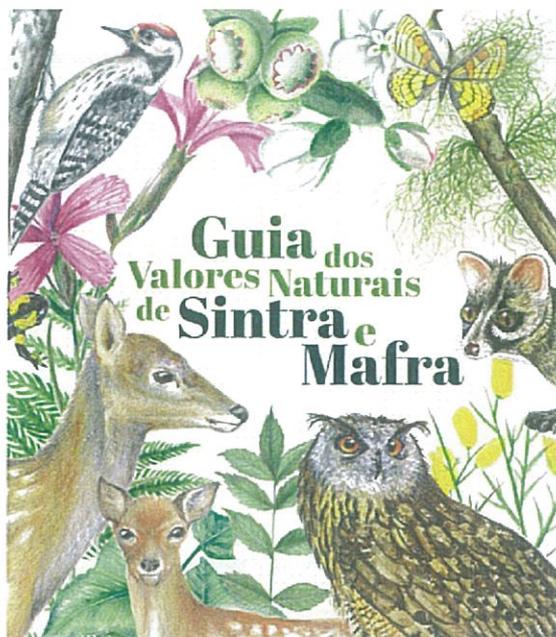


URL: <http://desintraamafra.pt/pt/>

Microsite



Video



Guia

Disseminação de resultados

Foi feita uma aposta mais forte na comunicação quer em meios off-line como digitais. Em resultado, a presença na rede social Facebook e no Website foram bastante consolidadas. Até ao momento, divulgaram-se comunicados de imprensa e o projeto obteve uma disseminação bastante significativa.

COMUNICAÇÃO

Comunicação social

Ao longo do ano foram recebidos vários jornalistas não só por contacto direto da TNM mas também através de parcerias. A TNM foi utilizada para Reportagens com fins comerciais e documentários.

Publicidade

2015 representou uma maior consolidação de algum espaço publicitário tradicional e digital. A promoção da TNM em *mupies* (publicidade exterior) distribuídos pelo Concelho de Mafra permitiu comunicar TNM em vários polos atrativos da região. Foi igualmente utilizada a plataforma de publicidade do *Facebook* para promoção de *posts* e parcerias, relacionadas com temas dos vários projetos. Manteve-se o procedimento relativo à produção de materiais impressos para divulgação dos espaços, atividades, projetos e parcerias – distribuídos não só na bilheteira da TNM mas em parceiros e rede de contactos.

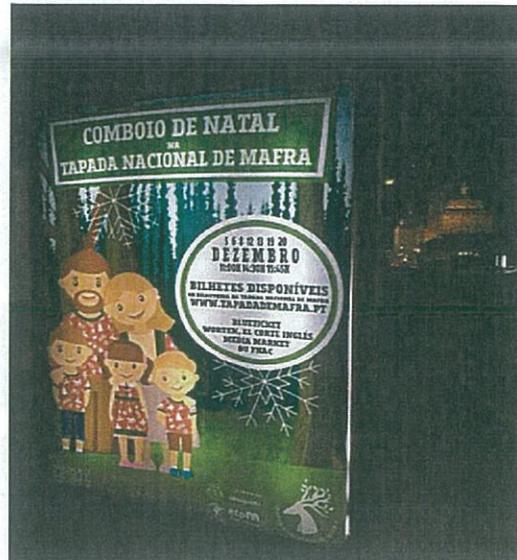
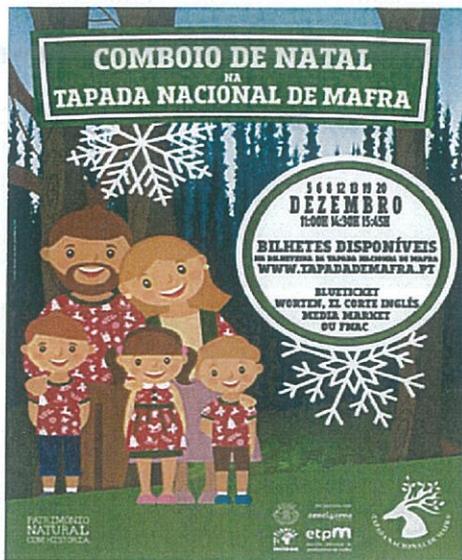
5/1/16
FSE
DM



Banners – Facebook



Website



Publicidade exterior (Mupie) distribuída pelo Concelho de Mafra



Publicidade Exterior (Outdoor) com patrocínio da entidade CCMMafra.

Publicidade em veículos Mafrense com patrocínio da entidade CCAMMafra.

Comunicação digital

A página de Facebook da TNM registava, ao momento, 16.727 fãs/likes. Foi realizada a monitorização online em tempo real de posts e discussões veiculados em blogues e redes sociais, o que permite à TNM ter uma atitude proactiva no controlo de reclamações e/ou comentários. Realizou-se envio de newsletters temáticas, mantendo-se a programação e as notícias.

Design e produção gráfica

Foram realizados vários trabalhos de design e produção gráfica, destacando-se a sinalética interpretativa e direcional, assim como materiais de apoio a toda a comunicação digital. Foi criada uma linha de merchandising – t-shirts, polos, camisolas, canecas, porta-chaves, lápis, cadernos e marcadores - TNM integrando o logotipo em novos produtos para venda na Loja física e on-line.

SA
A
PSB
QMB

Vende-se Lenha e Pinhas da TAPADA NACIONAL DE MAFRA

GR: Transporte / Descaixa (preço não incluído)

LENHA 1ª QUALIDADE RACHADA	Carvalho, Sobreiro, Freixo, Oliveira, Tambojeiro, Acácia, Escalpo e Carroço	40,00 €/M ³
LENHA 2ª QUALIDADE RAMAS E FENHADAS	Escalpo, Pinheiro e Choço	10,00 €/M ³
PINHAS	Saca com Pinhas	5,00 €/10kg

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Este Natal ofereça experiências na Tapada Nacional de Mafra!

4,5€

Cheque-Presente*

- Passo a Cavalos/Chicote/TTT/Comboio
- Espectáculo com Aves de Rapina
- Parcurso Pedestre/Geocaching
- Banhamo Equívoco
- Expedição Agrícola/Anel de Aprendizagem
- Tiro com Arco
- Fiquitanga
- Estadias na Casa de Campo

*Válido para atividades de 04 de 01 de Dezembro de 2015

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Vendem-se Pinheiros de Natal da TAPADA NACIONAL DE MAFRA

PREÇO: 10,00 €/unidade

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

É Professor ou Educador? Sejam bem-vindos!

OFERTA Entrada gratuita

APROVEITE AS CONDIÇÕES DE 09/2015 ATÉ 03/2016

Tenha entrada **GRATUITA** em qualquer atividade do Programa. Mediante disponibilidade, marcação prévia e exibição da credencial identificativa de exercício ativo da função, no estabelecimento de ensino atual.

PRÉ-RESERVAS | geral@tapadademafra.pt

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Sabia que o Natal na Floresta Encantada da Tapada Nacional de Mafra é mágico?

MILANES DE ANTONAIS
E UMA SURPRESA ESPECIAL QUE NEM VAI ACESSAR!

NESTE NATAL SURPREENDA OS SEUS FILHOS

COMBOIO DE NATAL

Garanta à sua família um Mágico-Comboio de Natal, onde a magia é mágica e a magia do Natal vem de um país Encantado!

Dias: 1, 4, 8, 12, 15 e 20 de Dezembro. Horário: 10h00, 14h30 e 18h00

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

ABERTO Open

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

LUZES Pirlampicos

29 e 30 Maio
5 e 6 Junho
às 21h30

BILHETES À VENDA em blueticket.pt

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Café-concerto à lareira

ESTABELECIMENTO NATURAL DA TAPADA NACIONAL DE MAFRA

Cartazes



Linha de Merchandising

Realização de vídeos

Englobado no Projeto “De Sintra a Mafra: a Natureza em Parques e na Grande Tapada” foi desenvolvido um vídeo promocional como aposta na comunicação do projeto e, designadamente, do programa de visitação conjunto, sendo este formato, uma forma envolvente e estimulante de captar a atenção do potencial do visitante.



Vídeo

5/11/15
 AF
 PSML
 JMR

PUBLICAÇÕES



EDITADAS EM 2015

“De Sintra a Mafra - Do Parque à Tapada”

Autoria: TNM + PSML

Edição: TNM, Outubro 2015

Formato: Poster

Idioma: Português

Tiragem: 500 exemplares

Tese de Mestrado – Universidade de Lisboa, Faculdade de Medicina Veterinária

Atividade de fungos sobre ovos, larvas e oócistos de parasitas de ungulados silvestres e do cão.

Autoria: Rita Magalhães da Cruz

Edição: 2015, Lisboa

Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Faculdade de Ciências – Departamento de Biologia Animal

Regeneração do Eucalipto. O caso da Tapada Nacional de Mafra

Autoria: Tânia Sofia Fernandes Lúcio

Edição: 2015, Lisboa

EM PRODUÇÃO DURANTE 2015

Obra Infanto-Juvenil

Autoria: Cristina Carvalho

Data prevista de edição: Maio 2016

Formato: A5

Idioma: Português

Obra integrada no Plano Nacional de Leitura

EM DESENVOLVIMENTO DURANTE 2015

Obra Infanto-Juvenil – Caixa Geral de Depósitos

Autoria: Caixa Geral de Depósitos

Data prevista de edição: Maio 2016

Formato: A5

Idioma: Português

Mapa de apoio à visita da Tapada Nacional de Mafra

Texto: Tapada Nacional de Mafra

Edição: Tapada Nacional de Mafra

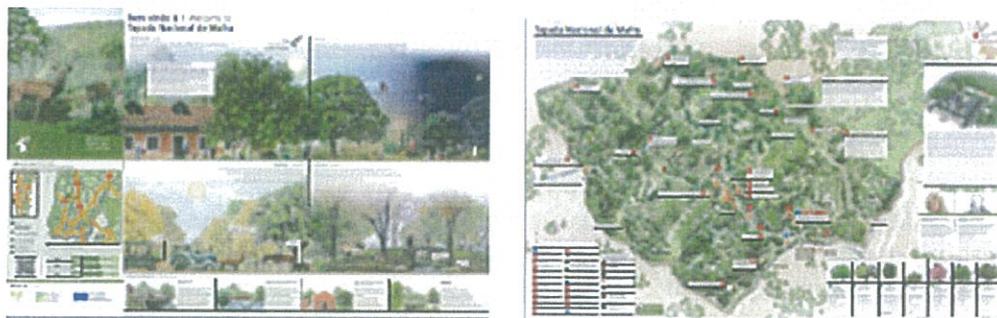
Data prevista de edição: 2015

Formato: Desdobrável A3

Idioma: Edição Bilingue Português-Inglês

Tiragem: 25.000 exemplares

Renovação completa do mapa de distribuição gratuita da TNM



Frente e Verso – Mapa de apoio à visita da TNM

PROMOÇÃO COMERCIAL

Participação em feiras e workshops de turismo

BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa | Lisboa, 12 a 16 de março

Presença em stand da Câmara Municipal de Mafra para promoção das atividades e parcerias. Permiteu trabalhar ativamente a instituição bem como angariação de novos contactos.

Divulgação comercial

Foi mantido o registo de contactos comerciais, atualizada a respetiva base de dados e alargada a rede distribuição de informação.

Efemérides comemoradas

Dia do Pai, Dia Mundial da Floresta, Dia da Água, Dia da Mãe, Dia internacional de Biodiversidade, Dia Mundial das Aves, Dia Mundial da Criança, Dia da Floresta Autóctone, Carnaval, Páscoa e Natal.

Foram utilizados suportes digitais e *off-line* para comunicação das efemérides.

SA
AF
BB
EM

RECURSOS HUMANOS E FORMAÇÃO

Formação dos recursos humanos da TNM

A TNM manteve aposta na formação dos seus colaboradores. Foram realizadas várias formações com vista a reforçar a melhoria das competências de atendimento e contato com o público por parte de todos os que têm essas funções. Foram também realizadas formações com vista à aprendizagem do modo de funcionamento dos novos equipamentos de bilhética mais especificamente destinadas aos colaboradores que trabalham diretamente na Bilheteira, Cafeteria e Loja.

Promoveu-se uma visita formativa à Companhia das Lezírias e à Aldeia da Mata Pequena com o propósito de conhecer outras realidades/casos de sucesso, partilha e intercâmbio de experiências.

Como forma de melhorar o nosso serviço na área da gestão cinegética e florestal procedeu-se à acreditação de um trabalhador como Guarda de Recursos Florestais e, ainda, à Formação de um Sapador Florestal.



Parcerias com entidades de formação

No ano 2014 e 2105, a TNM manteve a colaboração com entidades de formação profissional nacionais promovendo a formação prática em contexto de trabalho nas áreas de operadores florestais e ambientais, turismo e meio ambiente. Em destaque a Escola Profissional Agrícola Fernando Barros Leal, Escola Profissional e Agrícola Fernando Barros Leal, Escola Técnica e Profissional de Mafra, Escola Secundária José Saramago, Escola Profissional da Ericeira, Agrupamento de Escola Prof. Armando de Lucena, entre outras. No âmbito destas parcerias foram acolhidos 25 alunos.

Projetos no âmbito de candidaturas e estágios profissionais

Durante 2015 foram aprovadas 2 candidaturas ao programa Estágio-Emprego e outras duas à Medida Contrato Emprego-Inserção, ambas promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Acolhimento de estagiários do Município de Mafra – Programa Geração ON

Durante 2014-2015 foram aprovadas candidaturas ao programa de estágios para candidatos com vínculo ao concelho de Mafra, potenciando assim a empregabilidade no Concelho de Mafra. A concretização destes estágios possibilitaram a viabilização de projetos específicos nas áreas de conservação preventiva, turismo ambiental e rural, meio ambiente e comunicação.

Aquisição de novas Fardas

Foi adquirido novo fardamento para toda a equipa da TNM para utilização nas diferentes estações do ano.



COMUNICAÇÕES E ENERGIA

Contratos de comunicações e cobertura de rede *WIFI*

Após consulta ao mercado, foi celebrado um novo contrato com a Vodafone relativo a comunicações, tendo nesse âmbito sido adquiridos 10 equipamentos fixos e 8 móveis e 3 *routers* de *wireless*. Por via desta nova contratualização passou a ser possível a ligação informática em rede através de fibra ótica entre a receção e os serviços técnicos situados no Celebredo. Também os Espaços de Eventos, Casa de Campo e a Receção passaram a ter cobertura total de internet, serviço disponível para os visitantes/clientes da TNM.

Contratos de fornecimento de energia

Foram celebrados novos contratos de fornecimento de energia com a EDP e a Galp após consulta a diferentes fornecedores.

03.

**Análise
Económico-financeira
Proposta para
Aplicação de
Resultados**

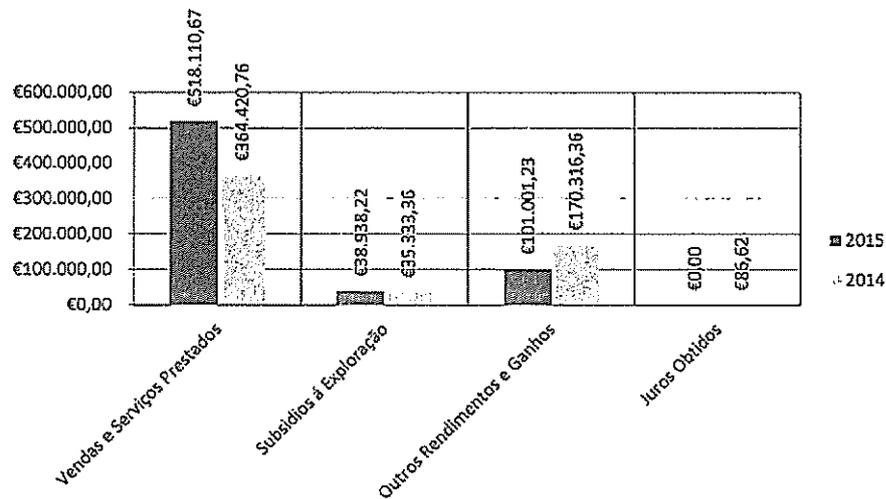


A Tapada Nacional de Mafra apresenta um resultado líquido do período positivo de 42.104,38€.

Este resultado líquido positivo espelha de uma forma geral um incremento das receitas, que com exceção das refeições, aumentaram todas elas de forma consistente com os objetivos traçados pela Direcção.

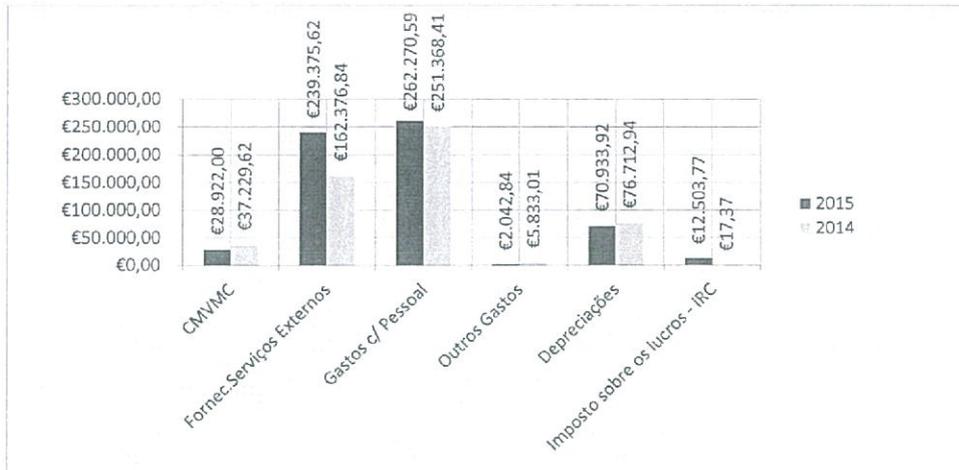
No período de 2015 os rendimentos ascenderam a 658.053.12€, mais 15,42% do que no período de 2014, onde os rendimentos foram no valor de 570.157,10€:

Análise de Rendimentos



Por sua vez, os gastos foram de 615.948,74€, em 2015, mais 15,45 % do que no período de 2014, onde os gastos foram de 533.538,19€, este aumento dos gastos está em linha com o aumento dos rendimentos provenientes da visitação.

Análise de Gastos



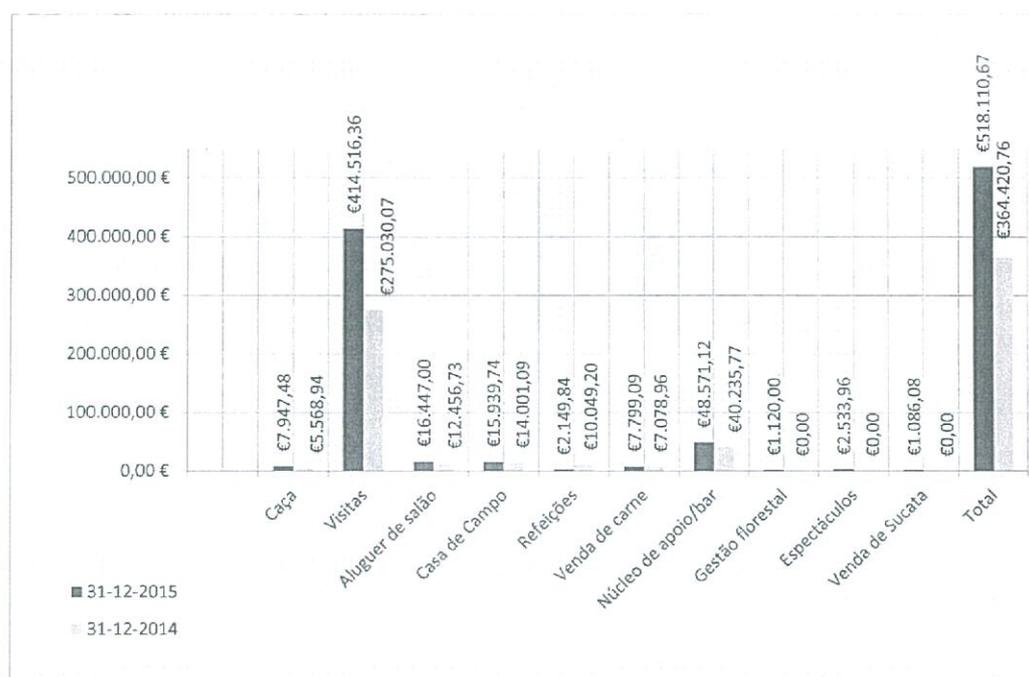
O número de trabalhadores, à data de 31 de dezembro de 2015, era de 15 repartidos pelas seguintes categorias:

Nº de Trabalhadores	2014/2015	
	Tapada Nacional de Mafra	Presidente da Direção
Técnicos Superiores	4	1
Administrativos	4	
Limpeza e Manutenção	1	
Sapadores Florestais	5	
Subtotal	15	1
Total	15	

A TNM dispôs, ainda, de um conjunto de 49 prestadores de serviços (46 colaboradores na área das visitas, 1 colaborador no apoio jurídico e 1 Técnico Oficial de Contas).

Análise comparativa detalhada das Vendas e Prestações de Serviços

Em 2015, as Visitas e o Núcleo de Apoio/Bar representam o maior peso do total das prestações de serviços, correspondendo a 89% do total das mesmas. Comparativamente com o ano anterior destaca-se um aumento nas rubricas de Visitas (+50,72%), da Casa de Campo (+13,85%), da Venda de Carne (+10,17%), da Caça (+42,71%) e do Núcleo de Apoio/Bar (+20,72%). O total de rendimentos em 2015 aumentou 42,17 % relativamente a 2014.



Análise comparativa detalhada dos Subsídios à Exploração e Outros Rendimentos

Para efeitos de comparabilidade, verifica-se que os Outros Rendimentos de 2015, no valor de 101.004,23€, diminuiram 15,37%, face a 2014 onde foram de 169.381,39€, devido aos seguintes factos:

Redução na rubrica Imputação de Subsídios para o Investimento no valor de 8.890,25€, devido ao fim da amortização dos bens a que correspondia o Subsídio;

Redução dos valores referentes à rubrica Carbono Zero (contabilizado em 2014) no valor de 18.646,62€ (corresponde ao reconhecimento da repartição do valor da quota-parte do Carbono Zero (723,34€) e ao reconhecimento do valor do contrato de compra e venda de créditos de carbono gerados em áreas florestais com a entidade E. Value – Estudos e Projetos de Ambiente e Economia, SA. (17.923,28€), dado que a entidade atrás mencionada foi decretada como insolvente.

039

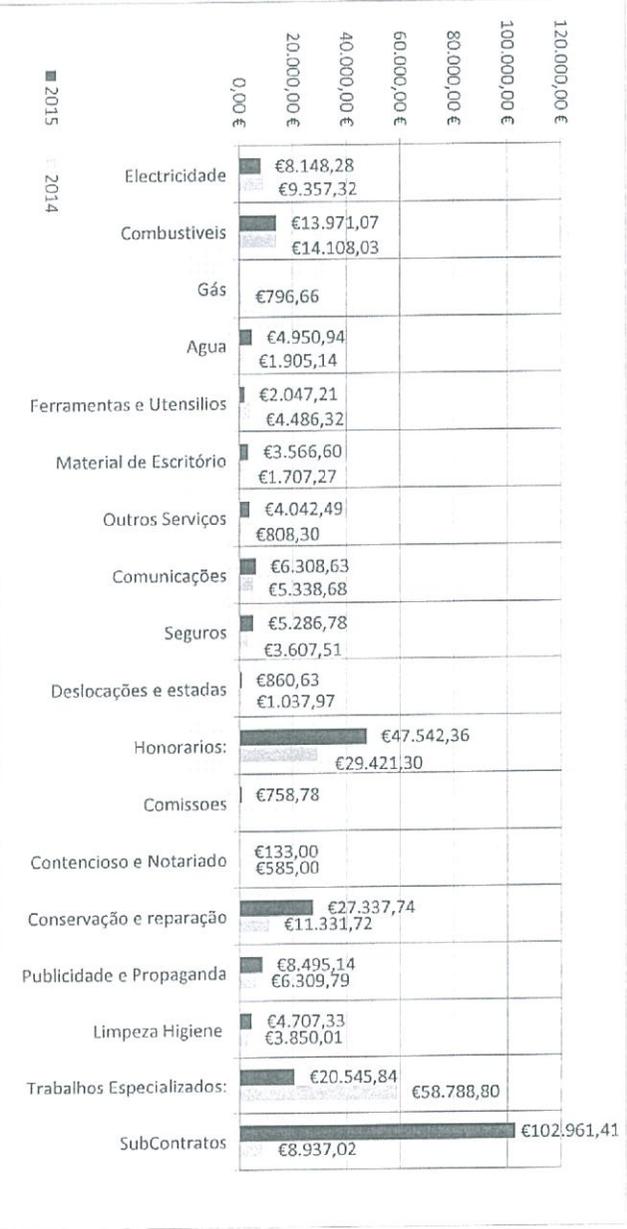
5
 J.P.
 J.P.
 J.P.



Análise detalhada da Rubrica Fornecimento e Serviços Externos

Em relação ao ano anterior, em 2015 destaca-se um aumento generalizado dos gastos, mais 47,42 % do que em 2014.

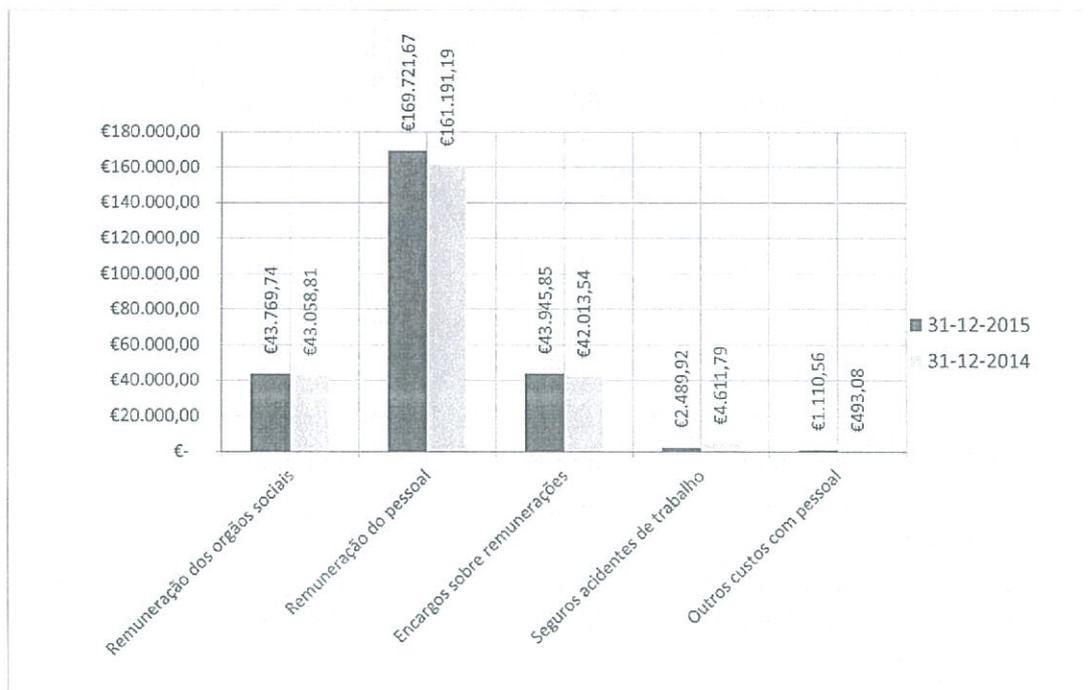
As rubricas com maior aumento percentual foram publicidade e propaganda (+190,46%), subcontratos (+1100,97%), água (+159,87%), material de escritório (+106,53 %) e conservação e reparação (+80,51%).



No entanto, as rubricas de ferramentas e utensílios e trabalhos especializados viram os seus gastos anuais diminuir, em -67,49% e -86,18 %, respetivamente.

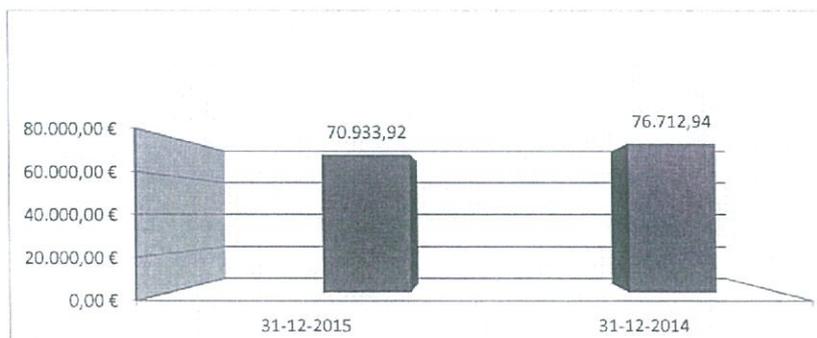
Análise detalhada da Rubrica Gastos com o Pessoal

Os gastos com pessoal em 2015 aumentaram 4,34% relativamente ao ano anterior. Este aumento deve-se à reposição de salários efetuada e atualização do salário mínimo em 2015.



Análise detalhada da Rubrica Gastos de Depreciação e de Amortização

Os gastos em depreciações e amortizações em 2015 sofreram uma redução de 5.779.02 €, menos 7,53% do que em 2014.



5 Al d
A.
PS2
am

Balanço

A conta caixa a 31/12/2015 registou um saldo de 217,65 € e o valor de mercadorias em inventário ficou em 37.776,21€, do qual fazem parte os serviços Vista Alegre, no montante de 17.446,32 € e 20.329,89 € de material do Núcleo de Apoio/Bar.

Capitais Próprios

Em 2015 os capitais próprios sofreram um aumento de 67.108,54 € (+23,79%). Esta variação deve-se por um lado à rubrica de outras variações no capital próprio, que aumentou 25.004,76€, e por outro devido à transferência do resultado do período de 2014 e do resultado do ano de 2015.

A conta de capital Social a 31 de Dezembro de 2015 tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Câmara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

Outras variações no capital próprio

A conta subsídios regista um saldo de 137.882,88 €, que resulta do reconhecimento dos subsídios ao investimento, cujo proveito será contabilizado em simultâneo com as amortizações dos respetivos investimentos.

Passivo

No Passivo, o montante mais significativo resulta da conta de Estado e Outros Entes Públicos que tem um saldo credor de 33.231,43 €, referente ao IVA, à Segurança Social, IRS dos trabalhadores e ao imposto estimado sobre o rendimento do exercício.

Rácios Económicos e Financeiros

Do cálculo dos Rácios Económicos e Financeiros, resulta, em termos percentuais:

Rádios Económicos e Financeiros	2015	2014
Solvabilidade (Capital Próprio/Passivo)	4,29	3,38
Autonomia Financeira (Capital Próprio/Ativo)	0,81	0,77

Resultados do Exercício

A Demonstração de Resultados do exercício de 2015 evidencia um resultado líquido do período positivo de 42.104,38 €, quando em igual período do ano de 2014 foi de 36.618,90 €. De salientar que os resultados antes de **Depreciações, gastos de financiamento e impostos**, são positivos em 125.542,07 €, quando em igual período do ano de 2014 foram 113.262,59 €.

Proposta de aplicação de resultados

Face aos resultados positivos de **42.104,38 €**, a Direcção propõe:

- Transferir 20% dos excedentes líquidos para reserva legal, destinada a cobrir eventuais perdas do exercício 8.420,88 Euros;
- Transferir 5% dos excedentes líquidos para cobrir despesas com a educação cooperativa e formação técnico profissional dos titulares dos órgãos sociais, dos trabalhadores da cooperativa e da comunidade, à luz do cooperativismo e das necessidades da cooperativa 2.105,22 Euros;
- Transferir o valor de 664,32 € para a conta de resultados transitados.
- E transferir os restantes 30.919,96 € para a conta de reservas livres.

Mais se declara para os devidos efeitos que a Tapada Nacional de Mafra – Cooperativa de Interesse Público e Responsabilidade Limitada – não possui qualquer pagamento em mora ao Estado e a outras entidades públicas (Autoridade Tributária e Segurança Social).

Perspetivas Futuras

A estratégia de desenvolvimento da TNM continuará a basear-se:

- na sua afirmação enquanto organismo de referência no domínio da gestão, conservação e valorização de recursos naturais e culturais;
- na identificação como polo turístico alavancado pela biodiversidade e pela valência histórico-cultural que tem associado;
- no valor intrínseco decorrente da sua integração no conjunto histórico-cultural e territorial encabeçado pelo Palácio Nacional de Mafra;
- na sua sustentabilidade económico-financeira, continuando a promover o aumento da capacidade de geração de receitas que garantam a estabilidade e a prossecução dos seus objetivos.

5/11/12
Dm

041

04.

**Demonstrações
Financeiras
Anexas às
Demonstrações
Financeiras**



Execução Orçamental

A TNM como Entidade Pública Reclassificada é equiparada, para efeitos de contas nacionais, a um Serviço com Autonomia Administrativa e Financeira da Administração Central do Estado, e pugna por cumprir as seguintes disposições legais, associadas à gestão administrativa, financeira e orçamental:

- Regime da Administração Financeira do Estado – Decreto-lei n.º 155/92, de 28 de julho;
- Lei de enquadramento orçamental;
- Lei dos Compromissos - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho de 2012;
- Circulares da DGO relativas à elaboração e execução anual do orçamento;
- Prestação de informação nos termos da Lei do Orçamento de Estado e Normas de Execução Orçamental.

Nos termos do DL nº 36/2015, diploma que estabelece as disposições necessárias ao Orçamento de Estado para 2015, a TNM adotou o regime simplificado para prestação de informação em matéria de controlo orçamental, que se traduz, entre outras regras, na utilização de uma versão simplificada do classificador económico das receitas e despesas públicas.

Tendo em consideração o Orçamento de Funcionamento, a execução orçamental de 2015 apresenta-se nos seguintes quadros.

Receita

Rubrica Económica	Descrição	Previsão	Previsão corrigida após autorização de transição de saldo da conta de gerência 2014 no valor de 62.150,14€.	Previsão corrigida após indicação da DGO para retirar 25.000,00€ referente ao projeto Proder	Crédito Especial	Previsão Corrigida	Total da Receita Bruta
06 01 02	Transferências Correntes	35.000 €	35.000 €	10.000 €		10.000 €	5.351,24 €
07 01 99	Vendas de Bens - Outros	80.000 €	80.000 €	80.000 €	70.731 €	150.731 €	150.730,85 €
07 02 99	Vendas de Serviços - Outros	446.358 €	446.358 €	446.358 €	170.548 €	616.906 €	636.241,47 €
07 03 99	Rendas - Outras	5.100 €	5.100 €	5.100 €		5.100 €	2.771,70 €
16 01 01	Saldo da gerência anterior		62.150 €	62.150 €		62.150 €	62.150,00 €
Receita Total		566.458,00 €	628.608,00 €	603.608,00 €	241.279,00 €	844.887,00 €	857.245,26 €

5
 JSE
 QM

Despesa

Rubrica Económica	Descrição	Orçamento aprovado em AG para 2015	Orçamento corrigido após transição de saldo da conta de gerência 2014 no valor de 62.150,14€ Reforço das linhas a amarelo	Orçamento corrigido após indicação da DGO para retirar 25.000,00€ referente ao projeto Proder	Dotação após Especial	Corrigida Crédito	Dotação corrigida com alterações orçamentais entre rubricas	Total das despesas pagas
01 01 04	Despesas c/Pessoal - Pessoal dos quadros	157.730 €	179.457 €	179.457 €	179.457 €		179.457 €	179.423,02 €
01 01 14 SF	Despesas c/Pessoal - Subsídio de férias	13.264 €	14.974 €	14.974 €	14.974 €		13.309 €	13.308,13 €
01 01 14 SN	Despesas c/Pessoal - Subsídio de natal	9.845 €	11.555 €	11.555 €	11.555 €		13.220 €	13.167,27 €
01 02 14	Despesas c/Pessoal - outros abonos	1.000 €	1.000 €	1.000 €	1.000 €		3.084 €	3.083,75 €
01 03 10	Despesas c/Pessoal - Segurança Social	58.160 €	58.160 €	58.160 €	58.160 €		56.076 €	43.303,47 €
1	Pessoal	240.000 €	265.146 €	265.146 €	265.146 €		265.146 €	252.285,64 €
02 01 21	Aquisição de bens - Outros Bens	60.030 €	67.373 €	67.373 €	108.133 €		108.133 €	108.132,24 €
02.01.	Aquisição de bens	60.030 €	67.373 €	67.373 €	108.133 €		108.133 €	108.132,24 €
02 02 25	Aquisição de Serviços - Outros	189.076 €	218.737 €	193.737 €	386.652 €		386.652 €	386.651,17 €
02.02.	Aquisição de serviços	189.076 €	218.737 €	193.737 €	386.652 €		386.652 €	386.651,17 €
	Aquisição de Bens e Serviços	249.106 €	286.110 €	261.110 €	494.785 €		494.785 €	494.783,41 €
03 06 01	Juros e Outros encargos financeiros	720 €	720 €	720 €	720 €		354 €	353,33 €
04 08 02	Outras despesas correntes (Impostos e Taxas)	62.500 €	62.500 €	62.500 €	70.104 €		70.470 €	70.469,81 €
	Despesa Total	552.326 €	614.476 €	589.476 €	830.755 €		830.755 €	817.892,19 €

Saldo final a transitar para 2016 = Receita Total - Despesa Total = 39.353,07€

Tal como em 2014 constatou-se ao longo de 2015 um aumento da receita da TNM em resultado do aumento de visitação e dos serviços oferecidos, o que implicou, inerentemente, um aumento dos encargos com a aquisição de bens e serviços associados à sua atividade operacional.

Nesta sequência, e em cumprimento das disposições legais aplicáveis em matéria orçamental às Entidades Públicas Reclassificadas foi registado um crédito especial.

Balanco

BALANÇO MODELO REDUZIDO
Dezembro 2015

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	ACTIVO	NOTAS	PERIODOS	
			2015	2014
Activo não corrente:				
Activos fixos tangíveis.....		5	183.227,06	169.303,26
Ativos de investimento.....		5	433,97	
Activos intangíveis.....		6	42.185,94	
Investimentos financeiros.....		11.1	498,80	498,80
Acionistas/sócios.....				
Activos por impostos diferidos.....				
			226.345,77	169.802,06
Activo corrente:				
Inventários.....		7	37.776,21	26.698,54
Clientes.....		11.3	55.110,65	100.799,60
Adiantamentos a fornecedores.....				
Estado e outros entes públicos.....		13	4.977,51	4.790,33
Acionistas/sócios.....				
Outras contas a receber.....		11.4	59.700,11	1.932,45
Diferimentos.....		11.6	6.015,77	4.589,46
Outros activos financeiros.....				
Caixa e depósitos bancários.....		11.2	40.724,72	57.084,72
			204.304,97	195.895,10
			430.650,74	365.697,16
Total do Activo				

Página 1 de 2

A DIRECÇÃO:

[Handwritten signature]

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

[Handwritten signature]
168814099
40261

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

Balanço (continuação)

BALANÇO MODELO REDUZIDO
Dezembro 2015

Montantes expressos em Euro

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital realizado.....	11.5	80.000,00	80.000,00
Acções (quotas) próprias.....			
Outros instrumentos de capital próprio.....			
Prémios de emissão.....			
Reservas legais.....		70.146,67	62.822,89
Outras reservas (Reservas de Educação).....		19.778,75	17.947,81
Resultados transitados.....		(664,32)	(28.128,50)
Reserva de Fusão			
Outras variações no capital próprio.....		137.882,88	112.878,72
		307.143,98	245.520,92
Resultado líquido do período.....		42.104,38	36.618,90
Total do capital próprio		349.248,36	282.139,82
Passivo:			
Passivo corrente			
Fornecedores.....	11.4	10.717,24	19.463,81
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos.....	13	33.231,43	28.492,94
Accionistas/sócios.....			
Financiamentos obtidos.....			
Diferimentos.....	11.6	3.723,79	718,18
Outras contas a pagar.....	11.4	33.729,92	34.882,41
Outros passivos financeiros.....			
		81.402,38	83.557,34
Total do passivo		81.402,38	83.557,34
Total do Capital Próprio e do Passivo		430.650,74	365.697,16

A DIRECÇÃO:

Handwritten signature of the Director.

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

Handwritten signature of the Certified Accountant.
168814099
40261

Demonstração dos Resultados por Naturezas

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2015	2014
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados.....	13	518.110,67	364.420,76
Subsídios à exploração.....	9	38.938,22	35.333,36
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos.....			
Variação nos inventários da produção.....			
Trabalhos para a própria entidade.....			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.....	13	(28.822,00)	(37.229,62)
Fornecimentos e serviços externos.....	13	(239.375,62)	(162.376,84)
Gastos com o pessoal.....	13	(262.270,59)	(251.368,41)
Imparidade de inventários (perdas/reversões).....			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões).....			
Provisões (aumentos/reduções).....			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Aumentos/reduções de justo valor.....			
Outros rendimentos e ganhos.....	13	101.004,23	170.316,35
Outros gastos e perdas.....	13	(2.042,84)	(5.833,01)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		125.542,07	113.262,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização.....	5	(70.933,92)	(76.712,94)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões).....			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		54.608,15	36.549,65
Juros e rendimentos similares obtidos.....			86,62
Juros e gastos similares suportados.....			
Resultado antes de impostos		54.608,15	36.636,27
Imposto sobre o rendimento do período.....	10	(12.503,77)	(17,37)
Resultado líquido do período		42.104,38	36.618,90

A DIRECÇÃO:

O CONTABILISTA CERTIFICADO:

João
138814099
40261

5/1/10
A
B2
am

NOTA INTRODUTÓRIA

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, foi criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/98 (2ª Série) de 21 de Janeiro, com sede no Portão do Codeçal, em Mafra. A sua atividade principal é a prestação de serviços diversos ligados a atividades associativas, bem como, atividade cinegética, parques de diversão e atividades temáticas.

O capital social é representado por 16.000 quotas com valor nominal de 0,20 € (vinte cêntimos), cada, num total de 80.000,00 € (Oitenta mil euros) encontrando-se realizado na totalidade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 - As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Cooperativa, mantidos de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites em Portugal. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as retificações da Declaração de Rectificação n.º 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/120, de 23 de Agosto. O SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro (Código de Contas);
- Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Aviso n.º 15654/2009, de 7 de Setembro (Norma Contabilística e relato Financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro (Normas interpretativas).

2.2 - Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 - O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

NOTA 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 – BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

3.1.1. - PRESSUPOSTO DA CONTINUIDADE

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

3.1.2. – PRESSUPOSTO DO ACRÉSCIMO

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

3.1.3.- CONSISTÊNCIA DE APRESENTAÇÃO

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro

3.1.4.- MATERIALIDADE E AGREGAÇÃO

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, ou no anexo.

3.1.5. - COMPENSAÇÃO

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-PE. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação.

3.1.6. - INFORMAÇÃO COMPARATIVA

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-PE o permita ou exija de outra forma.

5 A
B2
em
f.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

3.2.- POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

3.2.1.- ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quotas anuais durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	- 10 a 50 anos
Equipamento básico	- 2 a 15 anos
Equipamento de transporte	- 2 a 10 anos

Equipamento administrativo - 2 a 10anos

3.2.2.– ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	- 3 a 6 anos
Estruturação Imagem Tapada	- 5 a 10 anos

3.2.3. – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto corrente. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros períodos, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.2.4. – INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao custo médio de aquisição.

3.2.5. – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo.

- a) Custo: estão os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características:
 - i) Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
 - ii) Tenham associado um retorno fixo ou determinado;

5/11/11
B2
GMR

iii) Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros:

- Clientes e outras dívidas de terceiros (deduzido de perdas por imparidade);
- Outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades);
- Contratos para conceder empréstimos (deduzidos de eventuais perdas por imparidade).
- Caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses);

Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros:

- Fornecedores e outras dívidas de terceiros;
- Financiamentos obtidos;
- Outros passivos financeiros
- Contratos para contrair empréstimos.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do “custo” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.6. – RECONHECIMENTO DO RÉDITO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

3.2.7. – SUBSÍDIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.2.8. – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos emprego classificam-se em:

a) Benefícios de curto-prazo

Os benefícios de curto prazo incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social, licença por doença, participação nos lucros e gratificações (pagos dentro dos 12 meses) e benefícios não monetários (cuidados médicos, alojamento, formação, automóveis e bens ou serviços gratuitos).

NOTA 4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.

4.1 – APLICAÇÃO INICIAL DA DISPOSIÇÃO DA NCRF-PE COM EFEITOS NO PERÍODO CORRENTE OU EM QUALQUER PERÍODO ANTERIOR, OU COM POSSÍVEIS EFEITOS EM PERÍODOS FUTUROS:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes da adoção inicial da NCRF-PE.

NOTA 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2014

	Saldo em 01-Jan-14	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-14
Custo:						
Terrenos	13.208,61	0,00	0,00	0,00	0,00	13.208,61
Edifícios e outras construções	1.435.810,85	30.527,40	0,00	0,00	0,00	1.466.338,25
Equipamento básico	82.093,70	0,00	0,00	0,00	0,00	82.093,70
Equipamento de transporte	251.399,43	0,00	0,00	0,00	0,00	251.399,43
Equipamento administrativo	59.202,25	446,34	0,00	0,00	0,00	59.648,59
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.394,86
	<u>1.849.109,70</u>	<u>30.973,74</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.880.083,44</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.289.377,17	66.006,80	0,00	-690,00	0,00	1.354.693,97
Equipamento básico	57.219,91	1.699,17	0,00	0,00	0,00	58.919,08
Equipamento de transporte	240.249,48	7.524,58	0,00	0,00	0,00	247.774,06
Equipamento administrativo	40.515,82	1.482,39	0,00	0,00	0,00	41.998,21
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	0,00	0,00	0,00	0,00	7.394,86
	<u>1.634.757,24</u>	<u>76.712,94</u>	<u>0,00</u>	<u>-690,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.710.780,18</u>

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-15
Custo:						
Terrenos	13.208,61	0,00	0,00	0,00	0,00	13.208,61
Edifícios e outras construções	1.466.338,25	23.825,76	0,00	0,00	0,00	1.490.164,01
Equipamento básico	82.093,71	21.988,09	0,00	0,00	0,00	104.081,80
Equipamento de transporte	251.399,43	11.190,00	0,00	0,00	0,00	262.589,43
Equipamento administrativo	59.648,59	0,00	0,00	0,00	0,00	59.648,59
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	14.155,80	0,00	0,00	0,00	21.550,66
Ativos de Investimento	433,97	0,00	0,00	0,00	0,00	433,97
	<u>1.880.517,42</u>	<u>71.159,65</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.951.677,07</u>
Depreciações acumuladas						
Terrenos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	1.354.693,97	39.757,92	0,00	0,00	0,00	1.394.451,89
Equipamento básico	58.919,08	7.105,60	0,00	0,00	0,00	66.024,68
Equipamento de transporte	247.774,06	4.609,97	0,00	0,00	0,00	252.384,03
Equipamento administrativo	41.998,21	0,00	0,00	0,00	0,00	41.998,21
Outros activos fixos tangíveis	7.394,86	5.762,37	0,00	0,00	0,00	13.157,23
	<u>1.710.780,18</u>	<u>57.235,86</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>1.768.016,04</u>

NOTA 6. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31/12/2014 e em 31/12/2015 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2015

	Saldo em 01- Jan-15	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por imparidade	Saldo em 31- Dez-15
Custo						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	0,00	18.914,00	0,00	0,00	0,00	18.914,00
Estruturação Imagem Tapada	0,00	36.970,00	0,00	0,00	0,00	36.970,00
	0,00	55.884,00	0,00	0,00	0,00	55.884,00
Depreciações Acumuladas						
Imagem, Promoção e Comunicação da TNM	0,00	6.304,06	0,00	0,00	0,00	6.304,06
Estruturação Imagem Tapada	0,00	7.394,00	0,00	0,00	0,00	7.394,00
	0,00	13.698,06	0,00	0,00	0,00	13.698,06

NOTA 7. INVENTÁRIOS

Em 31/12/2015 e em 31/12/2014, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Mercadorias	17.446,32	19.053,82
Materias primas subsidiárias e de consumo	20.329,89	7.644,72
Produtos acabados	0,00	0,00
Obras em curso	0,00	0,00
	37.776,21	26.698,54
Perdas por imparidades de inventários	0,00	0,00
	37.776,21	26.698,54

(1) Estão registados em existências finais 9 serviços de mesa e 9 serviços de café da Vista Alegre no montante de Euros 17.446,32 €, à guarda da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra e do Palácio Nacional de Mafra.

NOTA 8. RÉDITO

Foi reconhecido um rédito, no valor de 3.639,79 € relativo à venda de dois serviços Vista Alegre (1 de Jantar e 1 de chá). Este rédito foi reconhecido porque as condições mencionadas, na NCRF20 Norma Contabilística de Relato Financeiro, se encontravam todas satisfeitas.

NOTA 9. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Sapadores	35.000,00	35.000,00
IEFP	3.938,22	333,36
	38.938,22	35.333,36

NOTA 10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O cálculo do imposto, estimado a pagar no montante de 12.503,77 €, inclui o IRC à taxa de 21% e a Derrama Municipal, que se estimou venha a ser de 1,5%, a este valor estimado a pagar á a deduzir o valor de 4.604,26 € de Pagamentos Especiais por Conta de IRC, sendo valor a pagar final estimado de 7.899,51 €.

NOTA 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**NOTA 11.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

A Entidade é associada da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra com uma quota no valor de 498,80€ contabilizada na conta de investimentos financeiros – partes de capital.

NOTA 11.2 CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A conta de Caixa e Depósitos Bancários apresentava em 31/12/2015 e 31/12/2014 os seguintes saldos respetivamente:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Caixa	217,65	95,00
Depósitos à ordem	40.507,07	56.989,72
	<u>40.724,72</u>	<u>57.084,72</u>

NOTA 11.3 CLIENTES CONTAS A RECEBER

A conta de clientes apresentava a seguinte composição em 31/12/2015 e 31/12/2014 respetivamente:

	<u>31-Dez-15</u>		<u>31-Dez-14</u>	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes conta corrente	0,00	55.110,65	0,00	100.799,60
Clientes conta títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes factoring	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	52.476,96	0,00	52.476,96
	<u>0,00</u>	<u>107.587,61</u>	<u>0,00</u>	<u>153.276,56</u>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	52.476,96	0,00	52.476,96
	<u>0,00</u>	<u>55.110,65</u>	<u>0,00</u>	<u>100.799,60</u>

NOTA 11.4 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

A conta de Fornecedores apresentava a seguinte composição em 31/12/2015 e 31/12/2014 respetivamente:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Fornecedores conta corrente	10.717,24	19.463,81
Fornecedores conta títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores receção e conferência	0,00	0,00
Fornecedores outros	0,00	0,00
	<u>10.717,24</u>	<u>19.463,81</u>

O detalhe de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição em 31/12/2015 e 31/12/2014 respetivamente:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Remunerações a liquidar(Acresc. Féri:	0,00	32.909,17	0,00	32.624,66
Acréscimos de FSE	0,00	357,35	0,00	1.491,40
Outras contas a pagar	0,00	463,40	0,00	766,35
	0,00	33.729,92	0,00	34.882,41

O detalhe de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição em 31/12/2015 e 31/12/2014 respetivamente:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
IEFP	0,00	44,93	0,00	182,45
SAPADORES	0,00	1.750,00	0,00	1.750,00
Outros acréscimos de proveitos	0,00	2.445,12	0,00	0,00
QREN	0,00	49.065,68	0,00	0,00
IEFP - Emprego Inserção	0,00	54,50	0,00	0,00
Florest	0,00	6.339,88	0,00	0,00
	0,00	59.700,11	0,00	1.932,45
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	59.700,11	0,00	1.932,45

NOTA 11.5 CAPITAL REALIZADO

A conta de capital social a 31 de dezembro de 2015 tem a seguinte composição:

Entidade	Número	%	Valor
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária	8.160	51	40.800,00 €
Câmara Municipal de Mafra	3.520	22	17.600,00 €
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	960	6	4.800,00 €
Direcção Regional da Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo	480	3	2.400,00 €
D.G.T.F.- Direcção Geral do Tesouro e Finanças	480	3	2.400,00 €
Clube Português de Monteiros	480	3	2.400,00 €
Liga dos Amigos de Mafra	480	3	2.400,00 €
Federação dos Arqueiros e Besteiros de Portugal	480	3	2.400,00 €
Evasão Sem Limites - Aventura e Lazer, Lda. (1)	480	3	2.400,00 €
Associação de Agricultores do Concelho de Mafra	480	3	2.400,00 €
Total	16.000	100	80.000,00 €

(1) Quota penhorada pelas finanças na Conservatória do Registo Comercial em 02/11/2005, de acordo com a Certidão Permanente da Tapada Nacional de Mafra.

NOTA 11.6 DIFERIMENTOS

O detalhe da conta diferimentos apresentava a seguinte composição em 31/12/2015 e 31/12/2014:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	0,00	0,00
Seguros pagos antecipadamente	2.346,48	2.533,32
Juros a pagar	0,00	0,00
Outros gastos a reconhecer	3.669,29	2.056,14
	<u>6.015,77</u>	<u>4.589,46</u>
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	3.669,29	0,00
Outros rendimentos a reconhecer	54,50	718,18
	<u>3.723,79</u>	<u>718,18</u>

NOTA 12. BENEFÍCIO DOS EMPREGADOS

O número de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de 15.

Remunerações dos Órgãos Sociais

	2015	2014
Direção	43.769,74 €	43.058,81 €

NOTA 13. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" no ativo e no passivo, apresentava-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Activo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	4.604,26	4.417,08
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros impostos e taxas	373,25	373,25
	<u>4.977,51</u>	<u>4.790,33</u>
Passivo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	12.503,77	17,37
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	11.616,04	21.530,46
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	2.737,20	2.036,75
Segurança Social	6.374,42	4.908,36
Outros impostos e taxas	0,00	0,00
	<u>33.231,43</u>	<u>28.492,94</u>

A rubrica "Vendas e Prestações de Serviços", nos períodos de 2015 e de 2014, apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	11.416,55	0,00	11.416,55	0,00	0,00	0,00
Prestação de serviços	506.694,12	0,00	506.694,12	364.420,76	0,00	364.420,76
	<u>518.110,67</u>	<u>0,00</u>	<u>518.110,67</u>	<u>364.420,76</u>	<u>0,00</u>	<u>364.420,76</u>

A Rubrica "Outros Rendimentos e Ganhos", nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 apresentou-se com os seguintes valores:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Indemnização/Renda da PT	0,00	3.600,00
Renda da Vodafone	1.646,40	2.066,40
Carbono Zero	0,00	18.646,62
Imputação de Subsídios Para Investim	44.447,84	53.338,09
Outros Rendimentos e ganhos	24.909,99	62.400,20
Venda Intracomunitária	0,00	1.200,00
Donativo - Vieira de Almeida & Assoc	5.000,00	4.065,04
Outros rendimentos e ganhos	25.000,00	25.000,00
	<u>101.004,23</u>	<u>170.316,35</u>

A repartição dos gastos com vendas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	31-Dez-15			31-Dez-14		
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Saldo inicial em 1 de Janeiro	7.644,72	19.053,82	26.698,54	12.819,04	19.053,82	31.872,86
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compras	39.899,67	0,00	39.899,67	32.055,30	0,00	32.055,30
Custo de vendas	27.214,50	1.607,50	28.822,00	37.229,62	0,00	37.229,62
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>20.329,89</u>	<u>17.446,32</u>	<u>37.776,21</u>	<u>7.644,72</u>	<u>19.053,82</u>	<u>26.698,54</u>

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

050

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Electricidade	8.148,28	9.357,32
Combustíveis	13.419,15	14.108,03
Gás	551,92	796,66
Água	4.950,94	1.905,14
Ferramentas e Utensílios	1.458,63	4.486,32
Material de Escritório	3.525,99	1.707,27
Outros Serviços	4.052,49	808,30
Comunicações	6.308,63	5.338,68
Seguros	4.053,91	3.607,51
Deslocações e estadas	860,63	1.037,97
Honorários	31.827,14	29.421,30
Comissões	758,78	
Contencioso e Notariado	133,00	585,00
Conservação e reparação	20.454,47	11.331,72
Publicidade e Propaganda	18.327,68	6.309,79
Limpeza Higiene	5.090,91	3.850,01
Trabalhos Especializados	8.122,45	58.788,80
SubContratos	107.330,62	8.937,02
	<u>239.375,62</u>	<u>162.376,84</u>

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 foi a seguinte:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Remunerações dos órgãos sociais	43.769,74	43.058,81
Remunerações do pessoal	169.721,67	161.191,19
Benefícios pós-emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre remunerações	43.945,85	42.013,54
Seguros	3.722,77	4.611,79
Gastos de acção social	0,00	0,00
Outros gastos com pessoal	1.110,56	493,08
	<u>262.270,59</u>	<u>251.368,41</u>

A repartição dos outros gastos e perdas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 assumiu os seguintes valores:

	<u>31-Dez-15</u>	<u>31-Dez-14</u>
Impostos	565,15	1.039,97
Descontos de pronto pagamento concedidos	12,95	0,00
Dividas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	401,81
Ganhos e perdas em subsidiárias e associadas	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	44,60	0,00
Gastos e perdas em inv. não financeiros	0,00	0,00
Outros gastos e perdas	1.420,14	4.391,23
	<u>2.042,84</u>	<u>5.833,01</u>

NOTA 14. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A Direcção informa que a Tapada Nacional de Mafra não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 209.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direcção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados, não existindo qualquer acordo de pagamento prestacional.

O CONTABILISTA CERTIFICADO


JOSÉ MOURATO

Contabilista Certificado Nº. 40261

168814099

40261

A DIREÇÃO



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '782' and several illegible signatures.

Agradecimentos

A Direção da Tapada Nacional de Mafra gostaria de deixar, aqui expresso, o agradecimento a todos os funcionários, colaboradores externos e parceiros privados pela forma dedicada, exemplar e polivalente, como desenvolvem as suas atividades, contribuindo, indubitavelmente, para o reconhecimento e sucesso da Tapada Nacional de Mafra.

Expressamos, igualmente, o nosso agradecimento a todas as entidades cooperantes e, respetivos representantes e dirigentes, pelo permanente apoio e colaboração demonstrada.

Por fim, agradecemos a todas as entidades abaixo identificados por se terem associado à Tapada Nacional de Mafra, ajudando a contribuir ativamente ou financeiramente para o cumprimento da nossa missão e concretização dos nossos objetivos estratégicos.



05.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



5 H de
J. F.
J. S.
J. S.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos membros da Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada da Tapada Nacional de Mafra:

1. O Conselho Fiscal vem submeter a V. Exas. o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas da Tapada de Mafra – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, referentes ao exercício de 2015, dando cumprimento à alínea c), do artigo 61º do Código Cooperativo;
2. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas, tendo-se recebido, da parte da Direção, toda a colaboração e esclarecimentos solicitados;
3. Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis;
4. Considerando todos os dados que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos do parecer que a Assembleia Geral:
 - a) Aprove o Relatório da Direção e as Contas relativas ao exercício do ano de 2015;
 - b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no Relatório da Direção.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a colaboração recebida da Direção e dos Serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 14 de Março de 2016

Presidente do Conselho Fiscal - Drº Diogo Faria



A Vogal – Drª Dália Ribeiro





Tapada Nacional de Mafra
Portão do Codeçal
2640-602 Mafra
261 817 050
geral@tapadademafra.pt
www.tapadademafra.pt
www.facebook.com/tapadanacionalmafra



A2S

ASSOCIAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SALOIA

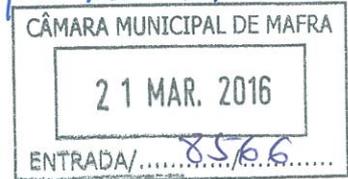
À reunião:

A tendo em data do AG,
deverá ser votada favoravelmente o
relatório de Atividade e Contas 2015.
Esta decisão deverá ser notificada na próxima
sessão da Câmara

ASSUNTO: Convocatória para Assembleia-Geral da A2S

À consideração do
Exmo. Senhor Presidente,
a representação e o sentido de voto
do Município de Mafra na AG da
Associação A2S
a realizar no
dia 31/ Março/2016.
2016/03/28

053 / 1.4 DM



Exmo/a Senhor/a
Presidente do/da
Câmara Municipal de Mafra
Pç. do Município
2644-001 MAFRA

[Signature]
29.03.16

Exmos/as Senhores/as Representante/s

Venho por este meio convocar os sócios da A2S para a Assembleia-Geral, que se vai realizar no próximo dia 31 de Março de 2016, pelas 17h00, na sede social, sita à Rua da Junta de Freguesia, 2640-749 S. Miguel de Alcainça, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

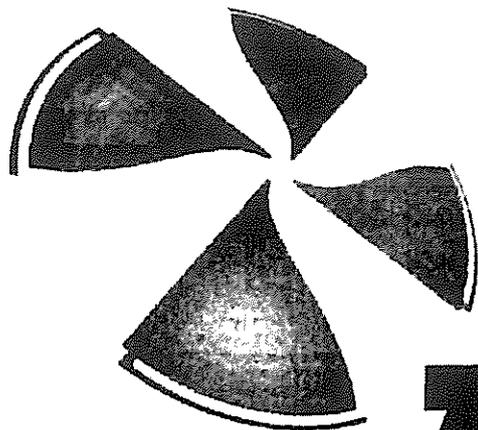
1. Aprovação da Ata da última Assembleia-Geral
2. Análise e aprovação do Relatório de Atividades e Contas 2015
3. Outros Assuntos

Se à hora marcada não se verificar o número legal de sócios, será a mesma realizada em 2ª convocatória, 30 minutos depois, com qualquer número de sócios presentes, tornando-se as decisões desta definitivas.

Alcainça, 24 de fevereiro de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia-Geral

[Signature]
(José Manuel A. Costa e Oliveira)



054

*M
COP
d
H
V.
r
D*

A2S

ASSOCIAÇÃO PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SALOIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2015

Sede Social
Rua da Junta, Edifício da Junta
2640-749 S. Miguel de Alcaíça
Contactos
+ 351 219 662 036
+ 351 962 732 280
e-mail
a2saloia@saloia.pt

Handwritten initials or marks in the top left corner.

Aprovado pela Direção, em reunião do dia 10 de março de 2016

Presidente - Câmara Municipal de Loures - António Pombinho

António Pombinho

Secretário (Vice-Presidente) - Câmara Municipal de Mafra - Joaquim Sardinha

Joaquim Sardinha

Tesoureiro - Câmara Municipal de Sintra - Pedro Ventura

Pedro Ventura

Vogal - Comissão Vitivinícola da Região de Lisboa - Vasco d'Avillez

Vasco d'Avillez

Vogal - Associação Empresarial do Concelho de Sintra - Vítor Conceição / Olga Figueiredo

Vítor Conceição / Olga Figueiredo

Vogal - Associação de Agricultores do Concelho de Mafra - David Sardinha

David Sardinha

Vogal - Cooperativa Agrícola de Loures - José Barreira

José Barreira

Aprovado pela Assembleia-Geral, em reunião do dia 31 de março de 2016

Presidente - AGROCQI - José Manuel A Costa e Oliveira

José Manuel A Costa e Oliveira

Secretário - Frutoeste - Cooperativa Agrícola de Hortofruticultores do Oeste, CRL - Domingos Santos / Pedro Bernardes

Domingos Santos / Pedro Bernardes

2º Secretário - Associação Empresarial de Comércio e Serviços dos Concelhos de Loures e Odivelas - Mário Saramago / Alcindo Almeida

Mário Saramago / Alcindo Almeida

Índice	053
NOTA DE ABERTURA	4
A2S	5
PREPARAÇÃO DAS CANDIDATURAS DLBC	6
Candidatura DLBC Rural	7
Candidatura DLBC Costeiro	8
Territórios de Intervenção	10
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2015	12
1. Situação pré constituição legal da A2S	12
2. Constituição Legal da A2S	12
3. Assinatura do Acordo de Parceria (DLBC rural).....	12
4. Assinatura do Acordo de Parceria (DLBC costeiro)	12
5. Submissão das pré-candidaturas DLBC rural, costeiro e urbano (1ª fase).....	12
6. Criação de logótipo.....	12
7. Colaboração e apoio na constituição legal da Confraria do Queijo Fresco Saloio.....	13
8. Circuitos Curtos Agroalimentares.....	13
9. Lançamento Público da A2S e comunicação da aprovação da pré-candidatura aos DLBC rural	13
10. Adesão à Rede Rural	13
11. Adesão à Federação Minha Terra	14
12. Participação em eventos organizados pela Federação Minha Terra	14
13. Participação em outros eventos	14
14. Apresentação da A2S em iniciativas organizadas por outras entidades	15
15. Submissão das candidaturas DLBC rural e DLBC costeiro (2ª fase).....	15
16. Submissão da candidatura ao PDR 2020 – Operação 10.1 – Apoio Preparatório.....	15
17. Submissão da candidatura ao PDR 2020 – Operação 10.4 – Implementação da EDL da A2S - custos de financiamento e animação	15
18. Assembleias-Gerais	16

M
 COP
 H
 2
 9
 S
 D

Handwritten marks and symbols on the left margin, including a large stylized 'C', a vertical line, a cross-like symbol, a circle with a dot, and other illegible scribbles.

19.	Reuniões de Direção	16
20.	Reuniões com potenciais promotores de projetos	16
21.	Visitas a potenciais promotores	16
22.	Organização de sessões de divulgação	16
23.	Formação	17
	RELATÓRIO DE CONTAS 2015.....	18
	PARECER DO CONSELHO FISCAL	19

Nota de Abertura

056

O ano de 2015 fica assinalado pela criação e consolidação da parceria da A2S. A parceria surge da organização informal de vinte e duas organizações públicas e privadas, maioritariamente de natureza privada (82%), representativas dos concelhos de Loures, Mafra e Sintra e tem por objetivos reduzir as assimetrias locais e sociais e promover o desenvolvimento económico, social e cultural dos concelhos que constituem a sua área de atuação.

O presente relatório de atividades e contas visa apresentar o exercício de 2015, ano de início da atividade da associação. O ano de 2015 foi essencialmente marcado por todo o processo de elaboração de candidaturas ao Portugal 2020 no âmbito da medida DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária e pela afirmação da associação como ator relevante no território com vista ao desenvolvimento local.

A conjugação destes fatores fez com que fosse possível preparar a associação para a implementação das Estratégias de Desenvolvimento Local e para a constituição dos Grupos de Ação Local propriamente ditos que dependerá da data da contratualização com as Autoridades de Gestão, prevista para o primeiro trimestre de 2016.

M
C
P
e
H
A
D

u

A2S

A A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia é uma associação sem fins lucrativos, constituída por escritura pública, a 21 janeiro de 2015.

Enquanto organização promotora da região saloia, a A2S propôs-se a implementar e gerir projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados para dar resposta aos desafios e objetivos definidos nas respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL), designadamente:

- Contribuir para a sustentabilidade das economias locais;
- Facilitar a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das populações;
- Apoiar a diversificação das atividades nas explorações agrícolas e ligadas ao mar;
- Estimular a promoção, preservação e valorização dos recursos ambientais, culturais e patrimoniais endógenos;
- Promover o crescimento e desenvolvimento do turismo local;
- Incentivar ao empreendedorismo e a criação de postos de trabalho;
- Apoiar a qualificação e capacitação do capital humano.

A intervenção da A2S assenta em lógicas de proximidade e de coesão territorial, experimentação e inovação e, sobretudo, em metodologias participativas com o envolvimento dos atores locais com o objetivo de criar respostas para os desafios sociais, ambientais e económicos do território de intervenção.

Preparação das Candidaturas DLBC

No quadro do seu objeto e das suas atribuições e tendo em vista a otimização e maximização de meios e recursos, a A2S formalizou duas candidaturas às medidas DLBC rural e costeiro, no âmbito dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) PORTUGAL 2020.

Estas duas candidaturas DLBC surgem da criação de duas parcerias distintas, designadamente:

- uma parceria orientada para as questões rurais e que engloba todos os membros fundadores da A2S;
- uma parceria orientada para as questões costeiras, constituída por atores locais relevantes nas áreas do mar e das pescas pertencentes aos concelhos de Mafra e Cascais. Nesta parceria a A2S surge já enquanto parceiro, tendo-lhe sido delegada pelos restantes parceiros a responsabilidade de entidade gestora da candidatura ao DLBC costeiro.

Para dar início ao processo de preparação das candidaturas, ambas as parcerias tiveram de se organizar e estruturar. Começaram por definir os respetivos territórios de atuação para a implementação das EDL tendo em conta o horizonte temporal 2014-2020.

A elaboração das duas EDL foi baseada na aplicação da metodologia participativa LEADER reconhecida como um importante instrumento para o desenvolvimento local e como o modelo mais apropriado para o estabelecimento e funcionamento de parcerias ascendentes.

Partindo do pressuposto de que as estratégias de desenvolvimento são mais eficazes se forem decididas e implementadas a partir da base, numa lógica *bottom up*, as parcerias procuraram elaborar os diagnósticos dos territórios a partir de reflexões e debates conjuntos entre os seus membros e com os serviços públicos e comunidades locais, assegurando o pleno envolvimento e participação de todos os *stakeholders* relevantes.

Os diagnósticos realizados foram documentados e fundamentados por análises estatísticas e pesquisas bibliográficas tendo sido validados pelos parceiros e pelas comunidades locais em reuniões de trabalho.

Numa primeira fase, foram dinamizadas reuniões informais com cada um dos parceiros de cada parceria e só após a aceitação de todos os parceiros, foram realizadas reuniões conjuntas.

Paralelamente, os municípios organizaram reuniões internas com os respetivos serviços com o objetivo de os sensibilizar para as candidaturas DLBC e de os incentivar a participarem ativamente no processo, solicitando-lhes contributos com vista à elaboração dos diagnósticos das situações dos territórios de incidência e perspetivar ações estratégicas a incluir nas EDL.

Ambas as parcerias (rural e costeira) organizaram conferências de lançamento, dirigidas às comunidades locais dos respetivos municípios, em que apresentaram a intenção de formalizar as candidaturas ao DLBC rural e costeiro e a consequente necessidade de se constituírem os respetivos Grupos de Ação Local. Nestas conferências foi solicitado a todos os interlocutores que participassem em futuros eventos e que apresentassem os seus

M
C
P
X
W
6
D
D

contributos sustentados nas suas experiências e conhecimentos dos territórios para a realização de diagnósticos sobre as zonas de intervenção tendo particular atenção a cinco setores essenciais, designadamente: rural, costeiro, património, turismo e social.

Seguidamente, iniciou-se o processo de diagnóstico territorial por setor através da organização e realização de ateliês de diagnóstico que contaram com o envolvimento dos parceiros, da população em geral, das entidades públicas e privadas representativas dos diferentes setores bem como de grupos de interesse específicos.

Os ateliês basearam-se na elaboração de matrizes SWOT, analisando segundo as vertentes interna e externa, e, dentro de cada um dos setores, os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades.

Estes ateliês foram realizados em diversos momentos e nos diferentes concelhos, deram origem à recolha de dados sobre os recursos territoriais (população, atividades, paisagem, património e saber-fazer) e permitiram obter diagnósticos com informação pormenorizada sobre os territórios de intervenção rural e costeiro.

Após a análise e identificação destes elementos foi necessário validá-los com a comunidade e com os atores locais tendo-se seguido a organização e realização de ateliês prospetivos com vista à apresentação formal dos resultados dos ateliês de diagnóstico e tendo por objetivo delinear princípios orientadores, objetivos, prioridades estratégicas e ações a planear e a introduzir nas duas EDL (rural e costeira) para o período de programação 2014-2020.

A partir deste método de análise participativa definiram-se as opções estratégicas para os diferentes territórios e identificaram-se as linhas de ação e os projetos prioritários para os quais deve ser obtido apoio financeiro, o que se veio a consubstanciar nas duas candidaturas DLBC apresentadas.

Candidatura DLBC Rural

No quadro abaixo, identificam-se as diferentes iniciativas levadas a cabo pela parceria prévias à apresentação da candidatura:

Data	Local	Ação	Objetivo	Nº de participantes
Março de 2014	Loures, Maфра e Sintra	Reuniões entre municípios e respetivos atores locais	Apoiar a constituição da parceria	3
01-04-2014	Casa da Cultura da Malveira	Reunião de Lançamento da EDL	Informar sobre a possibilidade do território se poder candidatar ao um DLBC rural	53
Mês de Abril	Loures, Maфра e Sintra	Reuniões internas de sensibilização com os serviços	Divulgar a ideia de projeto e a intenção de apresentar candidatura ao DLBC rural	45
07-05-2014	Maфра	Ateliê de Diagnóstico	Efetuar um diagnóstico do território de intervenção no âmbito dos diferentes sectores: rural, turismo, património e social com todos os atores locais relevantes	35 + 37 = 72

27-05-2014	Loures	Reunião de sensibilização com os serviços da CM de Loures	Divulgar a ideia de projeto e a intenção de apresentar candidatura ao DLBC rural	10
09-05-2014	Sintra	Ateliê de Diagnóstico	Vide acima	30
17-06-2014	Loures	Reunião com todos os convidados a membros fundadores da A2S	Convite às entidades estratégicas que atuam no concelho de Loures para participarem enquanto membros fundadores da A2S	5
18-06-2014	Loures	Ateliê de Diagnóstico	Vide acima	42
04-07-2014	Sintra	Ateliê de Diagnóstico	Vide acima	32
17-07-2014	Malveira	Reunião com os membros da parceria	Preparação dos estatutos da A2S e diagnóstico sobre os desafios para o território	24
04-09-2014	Alcainça	Reunião com os membros da parceria	Discussão e aprovação da proposta de estatutos da A2S	22
02-10-2014	Loures	Ateliê Prospetivo	Obter propostas de ação a incluir na EDL	67
30-01-2015	Loures	Reuniões com os vereadores responsáveis	Validar a candidatura ao DLBC rural	3
3-2-2015	Alcainça	Reunião com os membros da parceria	Validar a candidatura ao DLBC rural sua apresentação pública	26

058

Handwritten notes and signatures:
 Mr. [unclear]
 [unclear]
 [unclear]
 [unclear]
 [unclear]
 [unclear]

Candidatura DLBC Costeiro

Data	Local	Ação	Objetivo
24-26-06-2014	Cascais	Mercado do Mar (Semana do Polvo)	Semana gastronómica dedicada a esta marca registada de Cascais - "Polvo Cascais"
11-13-07-2014	Cascais	Mercado da Sardinha	Semana gastronómica dedicada a esta espécie de pescado
15-24-8-2014	Cascais	Festas do Mar	Crença e Tradição nos mais emblemáticos festejos de Cascais associados ao Mar
18-09-2014	Mafra	Lançamento da Marca "E", associada à Ericeira e à economia do mar - Mafra	Dar a conhecer aos parceiros a existência de uma marca e como poderiam utiliza-la
Setembro	Mafra	Reuniões internas de sensibilização com os serviços	Divulgar a ideia de projeto e a intenção de apresentar candidatura ao DLBC Costeiro
24-09-2014	Ericeira	Apresentação da Primeira Incubadora de Empresas dedicadas ao Mar - Ericeira Business Factory - Ericeira	Divulgação da ideia e apresentar o projeto referente à incubadora
24-09-2014	Ericeira	Ericeira Business Meeting - Tema. MAR	Encontro de Empresas e Empresários do Município de Mafra - Ericeira
30-31-10-2014	Cascais	5th Bio Marine	International Business Convention
12-01-2015	Ericeira	Sessão Plenária - "Assuntos do Mar" com a Docapesca	Apresentação projeto de constituição do GAL

M
X
H
9
1
05

22-01-2015	Ericeira	Ateliê de Diagnóstico com os atores locais relevantes do território	Efetuar um diagnóstico do território de intervenção no âmbito dos diferentes sectores: Atividade Piscatória, Turismo e Património (ambiental cultural) e Social e Associativismo
04-02-2015	Cascais	Ateliê de Diagnóstico com os atores locais relevantes do território	Efetuar um diagnóstico do território de intervenção no âmbito da Atividade Piscatória
05-02-2015	Ericeira	Ateliê Prospetivo com atores locais relevantes do território	Apresentação da análise de diagnóstico, cruzamento da informação para identificar vantagens competitivas, capacidades de defesa, necessidades de reorientação e vulnerabilidades; Preparação e discussão do acordo de parceria.
13-02-2015	Ericeira	Reunião com parceiros	Assinatura do acordo de Parceria

Adicionalmente, a A2S procurou obter informação adicional, relevante no âmbito dos principais setores de atuação, com vista ao conhecimento das opções estratégicas locais, regionais e mesmo nacionais através da participação nos seguintes eventos:

Data	Evento	Objetivos
28-05-2014	Workshop Digital PME	Conhecer informação útil que poderá vir a ser prestada aos potenciais promotores
06-06-2014	Mostra de Projetos – ADREPES	Conhecer os projetos financiados no quadro comunitário 2007-2014
19-06-2014	Semana da Responsabilidade Social - Sessão "Os Circuitos Curtos e a Distribuição Alimentar"	<ul style="list-style-type: none"> - Promover o debate e a reflexão em torno da temática da Responsabilidade Social; - Potenciar o diálogo multistakeholder e divulgar as iniciativas nacionais e internacionais neste domínio; - Sensibilizar as Organizações para a necessidade de evidenciar compromissos com os valores da Ética e da Responsabilidade Social numa economia global com desafios acrescidos
20-06-2014	Congresso sobre agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Celebrar o Ano Internacional da Agricultura Familiar: Importância e objetivos - Caracterização da Agricultura Familiar Nacional
24-06-2014	Seminário sobre a Floresta	<ul style="list-style-type: none"> - Rede de contactos na área da floresta - Nova estratégia da UE para a floresta e para o setor florestal
30-09-2014	Oportunidades Horizonte 2020	- Divulgar as oportunidades de financiamento que este programa comunitário de apoio à investigação e inovação oferece aos agricultores e às empresas do sector agrícola, agroalimentar e florestal para melhorarem os seus níveis de produtividade e sustentabilidade
09-10-2014	Workshop TURISMO 2020: Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal Turismo e Fundos Comunitários. Que futuro?	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer um quadro estratégico para o desenvolvimento do turismo do país e das regiões no âmbito do ciclo de programação comunitária 2014-2020; - Assegurar um alinhamento entre estratégia e financiamento, nomeadamente entre os instrumentos de política pública para o desenvolvimento do turismo e os Programas Operacionais do Acordo de Parceria 2014-2020
30-10-2014	Seminário sobre Agricultura Familiar e circuitos curtos	- Refletir sobre a importância da agricultura familiar e da comercialização de proximidade enquanto vetores de desenvolvimento e crescimento social, económico e ambiental
20-11-2014	Portugal Agro	- Evento sobre produção nacional para os sectores agrícola e agroalimentar

M
C
F
H
V
10
E
M
D

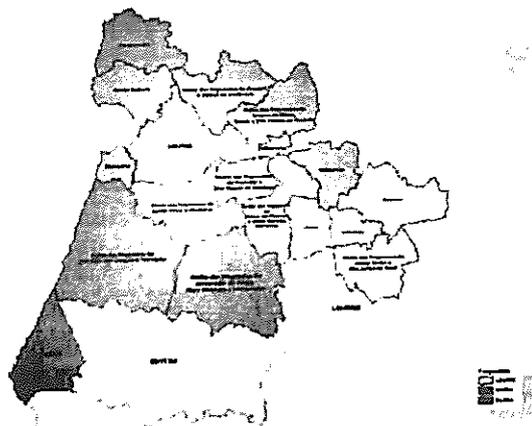
Territórios de Intervenção

DLBC RURAL

Se se analisarem as características da região saloia poder-se-á dizer que existe uma coerência em termos de identidade territorial, inúmeras potencialidades com vista ao desenvolvimento económico e condições favoráveis ao investimento.

Assim, para a implementação da EDL no âmbito do DLBC rural, o território de intervenção seleccionado considerou as seguintes freguesias:

Concelho	Freguesia	População	Rural (s-n)	Litorâneo (s-n)
Loures	Bucelas	4.663	Não	Não
Loures	Lousa	3.169	Não	Não
Loures	Fanhões	2.801	Não	Não
Loures	UF de Santo Antão e São Julião do Tojal	8.053	Não	Não
Mafra	UF de Igreja Nova e Cheleiros	4.384	Sim	Não
Mafra	UF de Enxara do Bispo, Gradil e Vila Franca do Rosário	3.837	Sim	Não
Mafra	UF de Azueira e Sobral da Abelheira	4.316	Sim	Não
Mafra	Santo Isidoro	3.814	Sim	Sim
Mafra	Encarnação	4.798	Sim	Sim
Mafra	Carvoeira	2.155	Sim	Sim
Mafra	Milharado	7.023	Sim	Não
Mafra	UF de Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés	9.855	Sim	Não
Mafra	Mafra	17.986	Sim	Não
Mafra	UF de Malveira e São Miguel de Alcainça	8.257	Sim	Não
Sintra	UF de São João das Lampas e Terrugem	16.505	Não	Sim
Sintra	Colares	7.628	Não	Sim
Sintra	UF de Almargem do Bispo, Pêro Pinheiro e Montelavar	16.788	Não	Não



DLBC COSTEIRO

O âmbito territorial do DLBC Costeiro é circunscrito às freguesias litorâneas do município de Mafra (Ericeira, Santo Isidoro e Encarnação) e do concelho de Cascais (UF Cascais e Estoril) abrangendo uma área de 94,69 Km² e uma população de 80.680 habitantes.

Tendo como âncora o Porto de Cascais (União de Freguesias de Cascais e Estoril) e o Portinho da Ericeira (freguesia da Ericeira), estes territórios possuem dependências funcionais comuns associadas à atividade piscatória e costeira (jurisdição da autoridade marítima do Porto de Cascais e gestão das zonas portuária por parte da Docapesca), bem como de dependências funcionais administrativas no âmbito da Área Metropolitana de Lisboa (como municípios integrantes desta região).

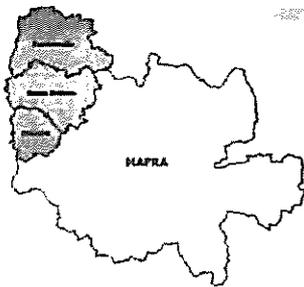
4
3
2
1
0

Acresce o facto que o contínuo territorial no Mar se quantifica entre pontos de abrigo (portos e portinhos), resultando dessa análise que entre Cascais e Ericeira não existe mais nenhuma estrutura portuária.

Cascais e Ericeira são também os únicos locais na Área Metropolitana de Lisboa, zona norte, que possuem locais de vendagem de pescado, sendo comum a interação de ambas as comunidades piscatórias na venda dos seus produtos e utilização dos mesmos bancos de pesca para a fauna.

Ao nível da atividade costeira relevante, na área territorial do Município de Mafra, as três freguesias abrangidas têm em comum a única Reserva Mundial de Surf na Europa, reconhecida internacionalmente pela entidade gestora das reservas mundiais de surf – a *Save the Waves Coalition*.

Concelho	Freguesia	População	Rural (s-n)	Litorâneo (s-n)
Mafra	Santo Isidoro	3.814	Sim	Sim
Mafra	Encarnação	4.798	Sim	Sim
Mafra	Ericeira	10.260	Sim	Sim
Cascais	UF Cascais e Estoril	61.808	Não	Sim



Relatório de Atividades de 2015

060

1. Situação pré constituição legal da A2S

Entre Junho de 2014 e Janeiro de 2015, a parceria informal de entidades que se viria a constituir legalmente como A2S contou com o apoio e colaboração da ADREPES (entidade congénere da área sul da AML).

A ADREPES foi a organização que apoiou todo o processo prévio à elaboração da candidatura DLBC rural, que se consubstanciou num grande número de atividades com os atores locais do território.

Da mesma forma, e dando cumprimento à legislação em vigor, foi necessário assegurar uma série registos junto das autoridades (Autoridade Tributária, Segurança Social, Registo Nacional de Pessoas Coletivas, etc.).

2. Constituição Legal da A2S

A 23 de janeiro de 2015, foi legalmente constituída a A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia através a realização de escritura pública. Esta formalização legal atribuiu personalidade jurídica à A2S facilitando assim a apresentação das candidaturas no âmbito do PORTUGAL 2020.

3. Assinatura do Acordo de Parceria (DLBC rural)

A 3 de Fevereiro de 2015 a parceria informal A2S formalizou a sua intenção de apresentar uma candidatura DLBC rural através da assinatura do Acordo de Parceria.

4. Assinatura do Acordo de Parceria (DLBC costeiro)

A 13 de Fevereiro de 2015 a parceria informal para o DLBC costeiro formalizou a sua intenção de apresentar uma candidatura DLBC através da assinatura do Acordo de Parceria, tendo nomeado a A2S, enquanto entidade gestora da candidatura.

5. Submissão das pré-candidaturas DLBC rural, costeiro e urbano (1ª fase)

A 14 de Fevereiro, a A2S fez a submissão formal de três candidaturas aos DLBC rural, costeiro e urbano na plataforma PORTUGAL 2020.

6. Criação de logótipo

Em colaboração com os departamentos de comunicação das Câmaras Municipais de Loures Mafra e Sintra procurou-se criar uma imagem e identidade para a A2S. Para tal, lançou-se o desafio aos departamentos das diferentes CM e foram apresentadas à Assembleia-Geral três propostas de logótipo tendo sido escolhido o logótipo proposto pelo departamento da CM de Loures.

M
C
C
P
4
H
12
D
D

Handwritten notes on the left margin: a vertical list of symbols including a stylized 'A', 'H', 'C', 'K', and 'D'.

7. *Colaboração e apoio na constituição legal da Confraria do Queijo Fresco Saloio*

Entre Fevereiro e Abril de 2015, em colaboração com a Junta de Freguesia de Lousa, com a União das Freguesias da Venda do Pinheiro e Santo Estevão das Galés e com os produtores de queijo fresco da região saloia, a A2S apoiou a constituição legal da Confraria do Queijo Fresco Saloio.

Todo o processo burocrático inerente à constituição legal da Confraria foi apoiado pela Diretora Executiva da A2S, nomeadamente a elaboração dos estatutos e do regulamento interno tendo culminado com uma apresentação da A2S na escritura pública realizada no passado dia 30 de Abril.

8. *Circuitos Curtos Agroalimentares*

Durante o ano de 2015, a A2S procurou criar sinergias e redes de colaboração com os atores locais, nomeadamente do concelho de Loures (Cooperativa Agrícola de Loures), com vista à dinamização dos circuitos curtos agroalimentares.

Os circuitos curtos agroalimentares são um modo de comercialização dos produtos agroalimentares que se efetua por venda direta do produtor ao consumidor ou por venda indireta através de um único intermediário. A ele associa-se uma proximidade geográfica (concelho de produção e concelhos limítrofes) e relacional entre produtores e consumidores.

A A2S reuniu diversas vezes com a Cooperativa Agrícola de Loures e com os produtores da região no sentido de elaborar projetos conjuntos no âmbito desta temática.

9. *Lançamento Público da A2S e comunicação da aprovação da pré-candidatura aos DLBC rural*

Para celebrar a pré-qualificação da candidatura ao DLBC rural e em parceria com a CM de Loures e com a Quinta do Vale, a A2S organizou a sua apresentação pública à comunidade local. O evento intitulou-se "Salóio com muito gosto" e decorreu no dia 21 de Maio pelas 17h.

Esta iniciativa contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local, dos representantes dos três municípios envolvidos (Loures, Mafra e Sintra), da Diretora Regional de Agricultura e Pescas da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do Vice-Presidente da Federação Minha Terra bem como de todos os associados e atores locais do território.

Esta data foi um marco para a história da A2S na medida em que a mesma se assumiu como o rosto do desenvolvimento local para região saloia e como elo de ligação e de apoio às comunidades locais no âmbito dos fundos comunitários DLBC e dos projetos de investimento para o território.

10. *Adesão à Rede Rural*

A Rede Rural Nacional (RRN) é uma estrutura de ligação entre agentes com papel ativo no desenvolvimento rural, para a partilha de experiências e conhecimentos e melhoria do desempenho.

Trata-se de uma plataforma de divulgação e partilha de informação, de experiências e de conhecimentos e pressupõe a participação em atividades de cooperação com o objetivo de

melhorar a implementação dos programas e de medidas de política de desenvolvimento rural bem como a qualificação da intervenção dos agentes.

A A2S solicitou a sua adesão à Rede Rural em Março de 2015 tendo este pedido sido oficialmente aceite em Outubro de 2015.

11. Adesão à Federação Minha Terra

A Federação Minha Terra é uma entidade privada de interesse público e sem fins lucrativos, Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local (ADL), constituída no ano 2000, por iniciativa de um grupo alargado de ADL, institucionalizando uma rede de trabalho conjunto no desenho e implementação de soluções e intervenções em prol do desenvolvimento dos espaços rurais nacionais.

Em Junho de 2015, a A2S fez um pedido de adesão para integrar a Federação Minha Terra, pedido esse que foi aceite em Novembro de 2015.

12. Participação em eventos organizados pela Federação Minha Terra

Sendo o interlocutor privilegiado dos Grupos de Ação Local com as Autoridades de Gestão, a Federação Minha Terra organiza regularmente reuniões para os Coordenadores-Diretores Executivos.

Em 2015, a A2S teve oportunidade de se apresentar formalmente às restantes associações e de receber informação adicional sobre a medida DLBC rural, tendo participado nas seguintes iniciativas:

Data	Local	Iniciativa
02-07-2015	Fátima	Reunião de Coordenadores - Federação Minha Terra
09-09-2015	Fátima	Reunião de Coordenadores - Federação Minha Terra
16-12-2015	Loures	Assembleia-Geral da Federação Minha Terra

13. Participação em outros eventos

Sempre que se considerou que o assunto tinha relevância para as suas atribuições, a A2S fez-se representar em diferentes iniciativas. A participação da A2S nestes fora permitiu que a mesma se desse a conhecer e adquirisse mais conhecimentos sobre as matérias em causa. Durante o ano de 2015, a A2S participou nos seguintes eventos:

Data	Local	Iniciativa	Objetivo
27-05-2015	Lisboa	Reunião na AML	Discussão do processo de candidatura DLBC
05-06-2015	Lisboa	Blue Week Lisbon 2015	Apresentação da Região Saloia
29-07-2015	Loures	Reunião com Oikos	Discussão sobre circuitos curtos agroalimentares
26-08-2015	Rede Social	Reunião Rede Social	Discussão do processo de candidatura DLBC
25-09-2015	Santarém	Reunião na DRAP - LVT	Preparação da potencial participação na Portugal Agro
13-10-2015	Oeiras	Infoday Horizon 2020	Recolha de informação sobre outros financiamentos disponíveis
11-11-2015	Lisboa	Reunião Agrobio	Reunião após a adesão à A2S
11-11-2015	Lisboa	Reunião na AdC - Intereg	Recolha de informação sobre outros financiamentos disponíveis

M
col
f
H
h
14
OS
h
03

14. Apresentação da A2S em iniciativas organizadas por outras entidades

Durante o ano de 2015, a A2S participou igualmente em eventos organizados por outras organizações com o objetivo de dar a conhecer e apresentar as tipologias de intervenção que irá apoiar, designadamente:

Data	Local	Iniciativa
13-06-2015	Bemposta	CM Loures - Loures em Congresso - Apresentação A2S
09-09-2015	Loures	OIKOS - Apresentação da A2S no seminário Integrar para alimentar
23-09-2015	Lousa	JF Lousa - Apresentação da A2S na Feira de Emprego - GIP

15. Submissão das candidaturas DLBC rural e DLBC costeiro (2ª fase)

Na sequência da pré-qualificação dos DLBC rural e costeiro, a A2S fez a submissão formal das candidaturas aos DLBC rural, costeiro na plataforma PORTUGAL 2020 (2ª fase) a que se seguiram outras submissões na sequência do processo de negociação com as diferentes Autoridades de Gestão, nomeadamente:

Data	Iniciativa
24-07-2015	Submissão formal da candidatura DLBC rural
24-07-2015	Submissão formal da candidatura DLBC costeiro
31-08-2015	Submissão formal da alteração às metas definidas na candidatura (2ª fase) no âmbito do fundo FEADER - DLBC rural
21-09-2015	Submissão formal da alteração às metas definidas na candidatura (2ª fase) no âmbito do fundo FEAMP - DLBC costeiro
16-12-2015	Submissão formal da alteração às metas definidas na candidatura (2ª fase) no âmbito do fundo FSE e FEDER relativo ao DLBC rural
16-12-2015	Submissão formal da alteração às metas definidas na candidatura (2ª fase) no âmbito do fundo FSE e FEDER relativo ao DLBC costeiro

16. Submissão da candidatura ao PDR 2020 - Operação 10.1 - Apoio Preparatório

Na sequência da submissão da EDL rural, o PDR2020 lançou um convite à apresentação de candidaturas à operação 10.1.1 - **Preparação e Reforço das Capacidades, Formação e Ligação em Rede dos GAL**.

Esta operação tinha como objetivo apoiar os custos de preparação, que cobrem a criação de capacidades, a formação e a ligação em rede com vista à preparação e execução de uma estratégia de desenvolvimento local de base comunitária.

A A2S apresentou a respetiva candidatura a **24 de Agosto de 2015**, tendo a mesma sido aprovada a 15 de Setembro de 2015 com a atribuição de um apoio no valor de **25.000,00 €**.

No âmbito da operação 10.1.1 do PDR 2020, a 3 de outubro a A2S assinou o termo de aceitação disponibilizado no Portal do IFAP tendo recebido o respetivo pagamento a 30 de outubro.

17. Submissão da candidatura ao PDR 2020 - Operação 10.4 - Implementação da EDL da A2S - custos de financiamento e animação

Na sequência da submissão da EDL rural, o PDR2020 lançou um convite à apresentação de candidaturas à operação 10.4 - **Implementação da EDL da A2S - custos de financiamento e animação**.

Esta operação tem como objetivo o apoio ao desempenho das funções dos GAL relativas à implementação da estratégia de desenvolvimento local e funções de gestão, acompanhamento e avaliação, enquanto órgão intermédio de gestão e de animação do território.

A A2S apresentou a respetiva candidatura a 30 de dezembro de 2015 e a aprovação formal foi comunicada no passado dia 16 de março.

18. Assembleias-Gerais

A 30 de março de 2015, realizou-se a primeira reunião da Comissão Instaladora da A2S que teve por objetivo eleger os órgãos sociais da associação.

Durante o ano de 2015 realizou-se apenas mais uma Assembleia-Geral cujo conteúdo se encontra registado em ata.

19. Reuniões de Direção

Após a eleição dos órgãos sociais da A2S, a 30 de março de 2015, foram realizadas oito reuniões de Direção. Estas reuniões tiveram sempre por base a gestão das candidaturas DLBC bem como a gestão da estrutura da A2S. Os conteúdos destas reuniões encontram-se registados em ata.

20. Reuniões com potenciais promotores de projetos

Durante o ano de 2015, a Diretora Executiva da A2S teve oportunidade de receber cerca de 50 potenciais promotores que apresentaram as suas respetivas ideias de projeto. Atualmente, a A2S tem uma bolsa de ideias de projeto que poderão vir a concretizar-se aquando da implementação das EDL.

21. Visitas a potenciais promotores

Numa lógica de acompanhamento e de proximidade, e sempre que solicitado, a Diretora Executiva da A2S fez-se representar junto de potenciais promotores. Estas visitas proporcionaram à A2S um contacto direto com os agentes do território e deram origem a um processo de animação territorial. Em 2015, foram realizadas as seguintes visitas:

Data	Local	Sessão
23-09-2015	Bucelas	Visita Cocete
24-09-2015	Mafra	Visita ao ILIDH
01-10-2015	Mafra	Visita à Quinta do Arneiro

22. Organização de sessões de divulgação

Tendo por objetivo a divulgação da A2S e das suas estratégias de desenvolvimento local rural e costeira, foram igualmente organizadas as seguintes iniciativas:

Data	Local	Sessão
26-06-2015	Sintra - S. João das Lampas	Reunião de esclarecimento A2S com potenciais promotores
02-07-2015	S. Antão do Tojal	Reunião de esclarecimento A2S com potenciais promotores
03-07-2015	Ericeira	Reunião de esclarecimento A2S com potenciais promotores
03-07-2015	Mafra	Reunião de esclarecimento A2S com potenciais promotores

M
C
S
H
16
D
M
D

25-09-2015 S. João das Lampas Receção de promotores e associados da A2S para levantamento de ideias de projeto

23. Formação

Tendo em conta que a A2S é uma GAL novo e que surge pela primeira vez no território, torna-se fundamental dotar a sua equipa técnica de ferramentas de apoio à implementação das EDL.

A Diretora Executiva da A2S, participou nas seguintes iniciativas de formação:

Data	Local	Iniciativa de Formação	Organizador
12-05-2015	Lisboa	Avaliação das Estratégias de Desenvolvimento Local	Rede Rural
21 e 22-10-2015	Quinta do Anjo	Código do Procedimento Administrativo	ADREPES
29-07-2015	Loures	Análise de candidaturas às medidas de pequenos investimentos e sistemas de informação do PDR	Rede Rural

Relatório de Contas 2015

Considerando que a A2S foi constituída legalmente no ano de 2015, importa referir que as receitas provenientes das quotizações foram contabilisticamente consideradas como "capital inicial" e não como receitas, razão pela qual o valor das receitas corresponde apenas ao apoio no âmbito da medida 10.1 do PDR2020.

Sucintamente apresenta-se um mapa de "caixa" identificando as verbas e o apuramento de resultados.

2015	
RECEITAS	
QUOTIZAÇÕES*	
Associados	14.400,00€
Quotizações em dívida	(600,00 €)
SUBSIDIOS EXTERNOS	
Apoio Preparatório (10.1 – PDR)	25.000,00 €
DESPESAS	
DESPESAS COM PESSOAL	
Remunerações	24.759,17 €
Encargos com remunerações	4.350,42 €
Outros gastos com pessoal – Formação	40,00 €
AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	
Escritura + comunicações	1.159,33€
Material de Escritório (Livros de atas)	188,24 €
Deslocações em viatura própria	2.107,88 €
OUTROS GASTOS	
Multas Fiscais	150,43 €
GASTOS E PERDAS	
Gastos e Perdas (despesas bancárias)	105,53 €
TOTAL DE DESPESAS	32.861,00 €
SALDO	(7.861,00 €)

Fazem parte integrante do presente relatório as seguintes peças:

1. Balanço;
2. Demonstração de Resultados por Naturezas;
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa;
4. Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais;
5. Anexo às Demonstrações Financeiras;
6. Balancete final de exercício

mi
of
e
1
9
M
D

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e nove dias do mês de março de 2016, pelas dezoito horas, reuniu-se o Conselho Fiscal da A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia, na sua sede social, para análise do Relatório de Atividades e Contas, apresentado pela Direção, relativo ao exercício de 2015.

Dando cumprimento ao articulado nos Estatutos, o Conselho Fiscal analisou as contas de 2015, tendo realizado nesse sentido um trabalho de verificação documental dos relatórios contabilísticos apresentados.

Concluiu o Conselho Fiscal que as Demonstrações Financeiras que lhe foram apresentadas representam a atividade ocorrida no exercício, embora se destaque os seguintes comentários:

- O facto de, no ano de constituição da Associação, a receita relativa às quotizações ter sido contabilizada como fundo patrimonial faz com que se verifique um resultado negativo no valor de 7.861,00 €. Porém, como se pode observar na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais ainda se verifica um saldo positivo 5939,00 € relativo ao exercício.
- O Conselho Fiscal destaca o rigor e a clareza do Relatório de Atividades apresentado e agradece a colaboração da estrutura técnica da Associação para a realização do seu trabalho.

Nestes termos e com base nos princípios de prudência com que foi elaborado, o Conselho Fiscal emite um parecer favorável ao documento apresentado, considerando, por isso, que o mesmo merece ser aprovado.

O CONSELHO FISCAL

Presidente – Adegas Cooperativas da Azueira – João Moreira

João Moreira

Vogal – Associação de Beneficiários de Loures – Vítor Calíça

Vítor Calíça

Vogal – Adegas Regionais de Colares – José Vicente-Paulo

José Vicente-Paulo

15209-A2S-ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeiro

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31 15 2015

Mes Final

Pag 1

(Handwritten marks and signatures)

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		Saldo
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	
11	CAIXA	0 00	0 00	0 00	47 42	45 39	2 03 D
111	Caixa Principal	0 00	0 00	0 00	47 42	45 39	2 03 D
12	DEPOSITOS A ORDEM	0 00	0 00	0 00	46 400 00	38 919 89	7 480 11 D
1252	Cx Cred Agricola de	0 00	0 00	0 00	46 400 00	38 919 89	7 480 11 D
12521	CCAM Matra 13216001	0 00	0 00	0 00	46 400 00	38 919 89	7 480 11 D
	Total da Classe 1	0 00	0 00	0 00	46 447 42	38 965 28	7 482 14 D
22	FORNECEDORES	0 00	0 00	0 00	176 04	176 04	0 00
221	Fornecedores C/C	0 00	0 00	0 00	176 04	176 04	0 00
2211	Fornecedores Gerais	0 00	0 00	0 00	176 04	176 04	0 00
22111	Fornecedores C/C-Nac	0 00	0 00	0 00	176 04	176 04	0 00
221110001	Gestecla - Gab Tec F	0 00	0 00	0 00	176 04	176 04	0 00
23	PESSOAL	0 00	0 00	0 00	13.698 55	13.698 55	0 00
231	Remuneracoes a Pagar	0 00	0 00	0 00	13.698 55	13.698 55	0 00
2312	Remun A Pagar-Ao Fe	0 00	0 00	0 00	13.698 55	13.698 55	0 00
24	ESTADO E OUTROS ENTE	0 00	0 00	0 00	11 475 78	13 163 76	1 687 98 D
242	Retencao Impostos So	0 00	0 00	0 00	5.904 00	6 659 00	755 00 D
2421	Trabalho Dependente	0 00	0 00	0 00	4.404 00	5 159 00	755 00 D
2421101	Trabalho Dependente	0 00	0 00	0 00	4 172 00	4 889 00	717 00 D
2421102	Trab Dependente Sobr	0 00	0 00	0 00	232 00	270 00	38 00 D
2422	Trabalho Independent	0 00	0 00	0 00	1.500 00	1 500 00	0 00
2422102	Empresariats e Profi	0 00	0 00	0 00	1 500 00	1 500 00	0 00
245	Contribuicoes pr a S	0 00	0 00	0 00	5 441 28	6 348 16	906 88 D
247	Fundos Compens Garan	0 00	0 00	0 00	130 50	156 60	26 10 D
2471	Fundo Compensacao do	0 00	0 00	0 00	120 70	144 84	24 14 D
2472	Fundo Garantia e Com	0 00	0 00	0 00	9 80	11 76	1 96 D
25	FINANCIAMENTOS OBTID	0 00	0 00	0 00	8 400 00	8 400 00	0 00
251	Instit de Credito e	0 00	0 00	0 00	8 000 00	8 000 00	0 00
2511	Emprestimos Bancario	0 00	0 00	0 00	8 000 00	8 000 00	0 00
25111	Emprestimos Bancario	0 00	0 00	0 00	8 000 00	8 000 00	0 00
2511152	Empresr Banc Corrent	0 00	0 00	0 00	8 000 00	8 000 00	0 00
25111529	CCAM Conta Cauconad	0 00	0 00	0 00	8 000 00	8 000 00	0 00
253	Participantes de Cap	0 00	0 00	0 00	400 00	400 00	0 00
2532	Out Participant Supr	0 00	0 00	0 00	400 00	400 00	0 00
	2532 Transportar	0 00	0 00	0 00	400 00	400 00	0 00

15209-A2S-ASSOC. P/DESENV. SUST. REGIAO SALOIA

Balanço Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31 15 2015

Mes Final

Pag

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0.00	0.00	0.00	79.797.79	74.003.63	5.794.16 D
2532015	Coop. Agr Loures	0.00	0.00	0.00	400.00	400.00	0.00
26	FUNDADORES PATR DOAD	0.00	0.00	0.00	15.200.00	14.600.00	600.00 D
261	Fundad., Associad. Mem	0.00	0.00	0.00	14.400.00	13.800.00	600.00 D
2611	Entidades Publicas	0.00	0.00	0.00	3.600.00	3.600.00	0.00
2611018	Municipio de Loures	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2611019	Municipio de Loures	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2611020	Municipio de Sintra	0.00	0.00	0.00	1.200.00	1.200.00	0.00
2612	Entidades Privadas	0.00	0.00	0.00	10.800.00	10.200.00	600.00 D
2612001	Adega Coop. Azueteira C	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612002	Adega Reg de Colares	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612003	Ass. de Agric. C. Mafra	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612004	Ass. Benef. de Loures	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612005	ACISM - Ass. Com. Ind	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612006	Ass. P. F. T. R. Colares	0.00	0.00	0.00	600.00	0.00	600.00 D
2612007	Ass. Emp. C. S. C. Loures	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612008	Ass. Emp. Conc. Sintra	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612009	CCAM Loures Sintra e	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612010	CCAM Mafra Crf	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612011	Cenintel-Centro I. F.	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612012	Centro S. P. Sao Joao	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612013	Centro S. P. Sao Pedro	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612014	Comis. Vitiv. R. Lisboa	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612015	Coop. Agric. de Loures	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612016	Fruloste-Coop. A. H. d	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612017	MARL-Mercado A. R. Lis	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
2612021	Santa Casa da Mis. Ma	0.00	0.00	0.00	600.00	600.00	0.00
263	Patrocinadores	0.00	0.00	0.00	800.00	800.00	0.00
26301	Eng. Jose Barreira	0.00	0.00	0.00	800.00	800.00	0.00
	Total da Classe 2	0.00	0.00	0.00	48.950.37	50.038.35	1.087.98 D
41	INVESTIMENTOS FINANC	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
415	Outros Investimentos	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
4158	Outros	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
41584	Fundos	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
415841	Fundo Compensacao do	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
	Total da Classe 4	0.00	0.00	0.00	144.84	0.00	144.84 D
	>>A Transportar	0.00	0.00	0.00	95.542.63	89.003.63	6.539.00 D

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

065
 H. COP
 M
 B

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cnt - 31.15.2015

Mes Final

Pag 3

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0 00	0 00	0 00	95.542 63	89.003 63	6.539 00 D
51	FUNDOS	0.00	0 00	0.00	0.00	14.400 00	14.400 00 C
511	FUNDAD.ASSOCIAD.MENB	0 00	0 00	0 00	0 00	14.400 00	14.400 00 C
5111	ENTIDADES PUBLICAS	0 00	0 00	0 00	0 00	3.600 00	3.600 00 C
5111018	MUNICIPIO DE LOURES	0 00	0 00	0 00	0 00	1.200 00	1 200 00 C
5111019	MUNICIPIO DE MAFRA	0 00	0 00	0 00	0 00	1.200 00	1.200 00 C
5111020	MUNICIPIO DE SINTRA	0 00	0 00	0 00	0 00	1.200 00	1.200 00 C
5112	ENTIDADES PRIVADAS	0 00	0 00	0 00	0 00	10.800 00	10.800 00 C
5112001	ADEGA COOP. AZUEIRA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112002	ADEGA REG DE COLARES	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112003	ASS.DE AGRIC.C.MAFRA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112004	ASS.BENEF.DE LOURES	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112005	ACISM-ASSOC.COM.I.S.	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112006	ASS.P.F.T.R.COLARES	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112007	ASSOC.E.C.S.C.LOURES	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112008	ASSOC.E.C.SINTRA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112009	CCAM LOURES SINTRA E	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112010	CCAM MAFRA CRL	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112011	CENINTEL-CENTRO I.F.	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112012	CENTRO S.P.SAO JOAO	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112013	CENTRO S.P.SAO PEDRO	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112014	COMSS.VITIV.R.LISBOA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112015	COOP.AGRIC.DE LOURES	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112016	FRUTOESTE-COOP.A.H.O	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112017	MARL-MERC.A.R.LISBOA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
5112021	SANTA.C.M.MAFRA	0 00	0 00	0 00	0 00	600 00	600 00 C
	Total da Classe 5	0 00	0 00	0 00	0 00	14.400 00	14.400 00 C
62	FORNECIMENTOS E SERV	0 00	0 00	0 00	3.455 45	3.455 45	0 00
623	Materiais	0 00	0 00	0 00	188 24	188 24	0 00
6233	Material de Escritor	0 00	0 00	0 00	188 24	188 24	0 00
62339	Mat.Escritorio s/Ded	0 00	0 00	0 00	188 24	188 24	0 00
625	Deslocacoes,Estadas	0 00	0 00	0 00	2.107 88	2.107 88	0 00
6251	Deslocacoes e Estada	0 00	0 00	0 00	2.107 88	2.107 88	0 00
62512	Deslocacoes,Estadas-	0 00	0 00	0 00	2.107 88	2.107 88	0 00
625122	Dsl.Vial.Pr.Art21-Ba	0 00	0 00	0 00	2.107 88	2.107 88	0 00
626	Servicos Diversos	0 00	0 00	0 00	1.159 33	1.159 33	0 00
6262	Comunicacao	0 00	0 00	0 00	6 75	6 75	0 00
	>>A Transportar	0 00	0 00	0 00	97.038 75	105.699 75	7.861 00 C

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros

Cal - 31 15 2015

Mes Final

Pag 4

Handwritten notes and signatures:
 A circled '9' at the top left.
 A large signature 'H. M. C. P.' on the right.
 A smaller signature below it.
 A circled '0)' at the bottom right of the page.

Conta	Descricao	MES			ACIMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
	>>Transporte	0 00	0 00	0 00	97.838 75	105.699 75	7.861 00 C
62621	Correio	0 00	0 00	0 00	6 75	6 75	0 00
626216	Correio-Isento Arto.	0 00	0 00	0 00	6 75	6 75	0 00
6265	Contencioso e Notari	0 00	0 00	0 00	1.152 58	1.152 58	0 00
62656	Contencioso e Notari	0 00	0 00	0 00	1.152 58	1.152 58	0 00
63	GASTOS COM O PESSOAL	0 00	0 00	0 00	29.149 59	29.149 59	0 00
632	Remuneracoes do Pess	0 00	0 00	0 00	24.759 17	24.759 17	0 00
6321	Escritorio	0 00	0 00	0 00	24.759 17	24.759 17	0 00
632101	Remuneracoes Normais	0 00	0 00	0 00	21.658 38	21.658 38	0 00
632102	Subsidios Férias-Esc	0 00	0 00	0 00	1.304 87	1.304 87	0 00
632103	Subsidios Natal-Escr	0 00	0 00	0 00	1.304 87	1.304 87	0 00
632106	Subsid Alimentacao-E	0 00	0 00	0 00	491 05	491 05	0 00
635	Encargos s/Remunerac	0 00	0 00	0 00	4.350 42	4.350 42	0 00
6352	Pessoal	0 00	0 00	0 00	4.350 42	4.350 42	0 00
63521	Escritorio	0 00	0 00	0 00	4.350 42	4.350 42	0 00
635211	Taxa Social Unica -E	0 00	0 00	0 00	4.338 66	4.338 66	0 00
635217	Fundos Compens Garan	0 00	0 00	0 00	11 76	11 76	0 00
6352172	Fundo Garantia Compe	0 00	0 00	0 00	11 76	11 76	0 00
638	Outros Gastos com o	0 00	0 00	0 00	40 00	40 00	0 00
6382	Pessoal	0 00	0 00	0 00	40 00	40 00	0 00
63821	Escritorio	0 00	0 00	0 00	40 00	40 00	0 00
638213	Isentos de Iva	0 00	0 00	0 00	40 00	40 00	0 00
63821302	Form.Tecnica-Isentos	0 00	0 00	0 00	40 00	40 00	0 00
68	OUTROS GASTOS E PERD	0 00	0 00	0 00	150 43	150 43	0 00
688	Outros Gastos e Perd	0 00	0 00	0 00	150 43	150 43	0 00
6888	Outros nao Especific	0 00	0 00	0 00	150 43	150 43	0 00
68885	Multas e Outras Pena	0 00	0 00	0 00	150 43	150 43	0 00
688851	Multas Fiscais	0 00	0 00	0 00	150 43	150 43	0 00
69	GASTOS E PERDAS DE F	0 00	0 00	0 00	105 53	105 53	0 00
699	Encargos Bancarios s	0 00	0 00	0 00	105 53	105 53	0 00
6991	Juros	0 00	0 00	0 00	21 33	21 33	0 00
6992	Servicos	0 00	0 00	0 00	84 20	84 20	0 00
	Total da Classe 6	0 00	0 00	0 00	32.861 00	32.861 00	0 00
75	SUBSIDIOS.DONACOES E	0 00	0 00	0 00	25.000 00	25 000 00	0 00
751	Subsidios das Entida	0 00	0 00	0 00	25.000 00	25 000 00	0 00
	>>A Transportar	0 00	0 00	0 00	128.403 63	136.264 63	7.861 00 C

15209-A2S-ASSOC.P/DESENV.SUST.REGIAO SALOIA

Balancete Geral Financeira

Mensal e Acumulado.

Moeda - Euros
 Cat - 31 15 2015

Mes - Final

Pag 5

Conta	Descricao	MES			ACUMULADO		
		Debito	Credito	Saldo	Debito	Credito	Saldo
7511	>>Transporte	0 00	0 00	0 00	128.403 63	136.264 63	7.861 00 C
	PDR-2020	0 00	0 00	0 00	25.000 00	25.000 00	0 00
	Total da Classe 7	0 00	0 00	0 00	25.000 00	25.000 00	0 00
81	RESULTADO LIQUIDO DO	7.861 00	7.861 00	0 00	40.722 00	32.861 00	7.861 00 D
811	Resultado Antes de I	0 00	7.861 00	7.861 00 C	32.861 00	32.861 00	0 00
818	Resultado Liquido	7.861 00	0 00	7.861 00 D	7.861 00	0 00	7.861 00 D
	Total da Classe 8	7.861 00	7.861 00	0 00	40.722 00	32.861 00	7.861 00 D
	>>Total	7.861 00	7.861 00	0 00	194.125 63	194.125 63	0 00

Licenciado a Gestecia-Gab.Tec Fiscal Contab Lda/Software Sage Portugal



ANEXO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A2S-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA
REGIÃO SALOIA

ANO : 2015

RUBRICAS	NOTAS	DATAS
		2015
ATIVO		
Ativo não corrente		
Outros ativos financeiros	18	144,84
		144,84
Ativo corrente		
Caixa e depósitos bancários	18	7.487,14
		7.482,14
Total do ativo		7.626,98
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Fundos	15	13.800,00
Resultado líquido do período	14	(7.861,00)
Total do fundo de capital		5.939,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Passivo corrente		
Estado e outros entes públicos	14	1.687,98
		1.687,98
Total do passivo		1.687,98
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7.626,98

Administração / Gerência

M. COP U. N. @ > R. e



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12-
2015**

**A2S-ASSOCIACAO PARA
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
DA REGIÃO SALOIA**

(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS
		2015
Subvencões, doações e legados à exploração	17	25.000,00
Fornecimentos e serviços externos	18	(3.455,45)
Gastos com o pessoal	16	(29.149,59)
Outros gastos e perdas	8,18	(255,96)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(7.861,00)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7.861,00)
Resultado antes de impostos		(7.861,00)
Resultado líquido do período		(7.861,00)

Administração / Gerência

Handwritten signatures and initials:
 MA, COP, f, 47, OS, TA, M, ra

%gestecia
 Habilitado Certificado N.º 59659
 Paulo Jorge Franco de Almeida
 TOC N.º 68659

Demonstração dos Fluxos de Caixa - (modelo para ESNL) do período findo em 31-12-2015 (montantes em euros)

A25-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

068

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO
		2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Pagamentos a fornecedores	18	3.750,72
Pagamentos ao pessoal	16	29.149,59
Caixa gerada pelas operações		(32.900,31)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	14	(1.687,98)
Outros recebimentos/pagamentos	12	25.000,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(6.212,33)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Recebimentos provenientes de:		
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	8	8.400,00
<i>Realização de fundos</i>	18	13.800,00
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	8	8.400,00
<i>Juros e gastos similares</i>	8	105,53
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		13.694,47
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		7.482,14
Caixa e seus equivalentes no início do período		7.482,14
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7.482,14

A Associação A25

M. COP... 17 21

%gestecia
 Contabilidade Social - N.º 5.559
 Paulo Jorge Filipe de Almeida
 TCC - N.º 59659

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

A25-ASSOCIACAO PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA

DESCRIÇÃO	Fundos	Excedentes Membros	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015											
2 ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
3 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											
4=2+3 RESULTADO EXTENSIVO								(7.861,00)	(7.861,00)		(7.861,00)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Outras Operações	13.800,00								13.800,00		13.800,00
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015											
6=1+2+3+5											

A Associação A25

Handwritten signature: m COP e H n. 03 B e

gestecia
Contabilista Certificado Nº 59659
Paulo Jorge Frede de Almeida
TOC Nº 59659

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em 31-12-2015
(montantes em euros)

A25-ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALO

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Reservas	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	13.800,00							(7.861,00)	5.939,00		5.939,00
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
7												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								(7.861,00)	(7.861,00)		(7.861,00)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(7.861,00)	(7.861,00)		(7.861,00)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Outras Operações		13.800,00								13.800,00		13.800,00
10												
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8+10	13.800,00							(7.861,00)	5.939,00		5.939,00

A Associação A25

Handwritten signature and initials

069

Contabilista Certificado N° 56

ÍNDICE

- 1 - Identificação da entidade**
 - 1.1 Dados de identificação
- 2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
 - 2.1 Referencial contabilístico utilizado
- 3 - Principais políticas contabilísticas**
 - 3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras
- 8 - Custos de empréstimos obtidos**
 - 8.1 Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos
 - 8.4 Outras divulgações
- 12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo**
 - 12.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras
 - 12.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:
- 14 - Impostos e contribuições**
 - 14.1 Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:
 - 14.3 Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições
- 16 - Benefícios dos empregados**
 - 16.1 Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas
 - 16.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade
- 18 - Outras informações**
 - 18.1 Discriminação dos fornecimentos e serviços externos
 - 18.2 Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Mr. Conf. A. V. @

[Handwritten signature]



- 070

Notas às Demonstrações Financeiras

Mr. W. F. de A. R. - @ >
R

1 - Identificação da entidade**1.1. Dados de identificação**

Designação da entidade: A25-ASSOCIAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SALOIA
Sede social: RUA JUNTA DE FREGUESIA, EDIFÍCIO DA JUNTA
Endereço eletrónico: a25salvia@gmail.com
Página da internet:
Natureza da atividade: Outras atividades associativas, n.e.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1. Referencial contabilístico utilizado**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice versa.

Comparabilidade

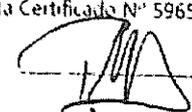
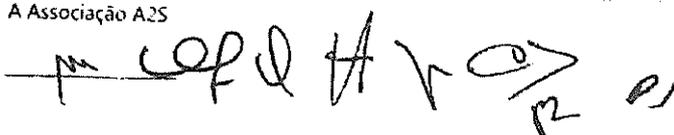
As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras.

3 - Principais políticas contabilísticas**3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço,



são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transações em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transação para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transações.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Ativos intangíveis

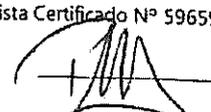
À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de ativos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros





Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método do custo

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição sendo subsequentemente ajustadas por perdas por imparidade. Os dividendos recebidos e as coberturas de prejuízos efetuadas são registadas diretamente em rendimentos e gastos, respetivamente.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Entidade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15000 euros, e à taxa de 21% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

As Entidades do Setor Não Lucrativo poderão beneficiar da isenção de alguns destes impostos e/ou redução de taxas.

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com a subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativas de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]



As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações

Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com o ponto 9 - Locações das Entidades do Sector Não Lucrativo, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de ativo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios" são transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Os subsídios a exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

8 - Custos de empréstimos obtidos

8.1. Política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos

A Associação tem uma conta corrente caucionada na CCAM Mafra.

No final do exercício não tinha qualquer valor utilizado.

8.4. Outras divulgações

Descrição	Valor Período
Juros e rendimentos similares obtidos	
Juros e gastos similares suportados	
Juros de contas correntes caucionadas	105.53
Outros juros de financiamentos obtidos	(105.53)

12 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

12.1. Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

De acordo com o Aviso nº 8259/2015, os subsídios obtidos foram reconhecidos após existir a segurança de:

- a) a entidade cumprirá as condições a ele associadas;
- b) os subsídios serão recebidos.

12.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo de que diretamente se beneficiou:

A entidade beneficiou da verba inserida na medida 10.1 no montante total de €25.000.

Esta medida está legislada na Portaria 245/2015 de 14 de Agosto.

Refere o seu artº 7º:

O apoio previsto na presente portaria assume a forma de subvenção não reembolsável, na modalidade de custos simplificados, tendo em conta os objetivos previstos no artigo 2º, no montante fixo de 25 000 euros por beneficiário.

O Decreto Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, que estabeleceu o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento (FEEI), entre os quais se inclui o Fundo Europeu Agrícola e de Desenvolvimento Rural (FEADER), determinou a estruturação operacional deste fundo em três programas de desenvolvimento rural (PDR), um para o continente, designado PDR 2020, outro para a Região Autónoma dos Açores, designado PRORURAL+, e outro para a Região Autónoma da Madeira,

designado PRODERAM 2020.

O PDR 2020 foi aprovado formalmente pela Comissão Europeia através da Decisão C (2014) 9896 final, de 12 de dezembro de 2014.

A medida n.º 10 Leader do PDR 2020 visa promover o desenvolvimento de atividades económicas criadoras de riqueza e de emprego, permitindo fixar a população e aproveitar recursos endógenos, transformando -os em fatores de competitividade.

Descrição	Valor Anual 2015	Debitos Antes do Período	Debitos Vencidos no período Período	Valor Anual 2015	Créditos Vencidos no período Período	Créditos Antes do Período	Créditos Vencidos no período Período	Valor Anual 2015
Subsídios ao investimento								
Para ativos fixos tangíveis								
Para ativos intangíveis								
Para outras naturezas de ativos								
Subsídios à exploração				25.000,00	25.000,00		25.000,00	25.000,00
Valor das reembolsos efetuados no período								
De subsídios ao investimento								
De subsídios à exploração				25.000,00	25.000,00		25.000,00	25.000,00
Total				25.000,00	25.000,00		25.000,00	25.000,00

14 - Impostos e contribuições

14.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período
Resultado antes de impostos do período	(7.861,00)
Imposto corrente	
Imposto diferido	
Imposto sobre o rendimento do período	
Tributações autônomas	
Taxa efetiva de imposto	

14.3. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		755,00		755,00
Contribuições para a Segurança Social		906,88		906,88
Outras tributações		26,10		26,10
Total		1.687,98		1.687,98

16 - Benefícios dos empregados

16.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Handwritten signature: M. Lopes

Handwritten signature: [Illegible]



Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	1,00	1.213,00		
Pessoas remuneradas	1,00	1.213,00		
Pessoas não remuneradas				
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	1,00	1.213,00		
Pessoas a tempo completo	1,00	1.213,00		
(das quais pessoas remuneradas)	1,00	1.213,00		
Pessoas na tempo parcial				
(das quais pessoas remuneradas)				
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	1,00	1.213,00		
Masculino				
Feminino	1,00	1.213,00		
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços				
Pessoas colocadas por agências de trabalho temporário				

16.2. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período
Gastos com o pessoal	29.149,59
Remunerações do pessoal	24.759,17
Encargos sobre as remunerações	4.350,42
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	40,00
- formação	40,00

18 - Outras informações

18.1. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período
Materiais	188,24
Material de escritório	188,24
Deslocações, estadas e transportes	2.107,88
Deslocações e estadas	2.107,88
Serviços diversos	1.159,33
Comunicação	6,75
Contencioso e notariado	1.152,58
Total	3.455,45

18.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

Em outros gastos e perdas tem incluído a verba de €150,43 referente a despesas fiscais com alterações necessárias na Autoridade Tributária.

M. COP

[Handwritten signature]



Outros Ativos Financeiros, total de €144,84, refere-se a Fundos de Compensação Salarial

Caixa e Depósitos Bancários, total de €7.482,14, refere-se ao saldo na conta à ordem da CCAM Mafra.

M. Lopes

[Handwritten signature]



J.S.

075

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

**Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos**

DESPACHO

Concordo.

À reunião de Câmara

28 MAR 16

INFORMAÇÃO Interno/2016/4582

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE FRAÇÕES AUTÓNOMAS DO PRÉDIO URBANO PARA INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Na sequência da proposta apresentada e aprovada em reunião de Câmara Municipal realizada em 5 de fevereiro de 2016, foi, em sessão da Assembleia Municipal, realizada em 25 do mesmo mês, deliberado, nos termos do disposto na alínea i), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, autorizar a aquisição das frações autónomas designadas pelas letras "C", "D" e "E" do prédio urbano sito no Largo da Boavista-Mafra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o n.º 8025, desta Freguesia e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3420, pelo valor global de € 638.658,12, cujo proprietário é a empresa ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A., a fim de serem instalados serviços municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

Tendo em vista a instrução do processo de obtenção do visto junto do Tribunal de Contas, foi, por despacho exarado pelo Exmo. Senhor Presidente em 22 de março de 2016, aprovada a minuta da escritura de compra e venda dos referidos imóveis, conforme documento que se anexa, devendo, a presente decisão ser submetida a ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Departamento de Administração Geral e Finanças, 28 de março de 2016.

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Aprovo a presente minuta, a qual irá a ratificar na próxima reunião de Câmara, nos termos do n.º 3, do art. n.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

22/03/2016
O Presidente

Hélder Sousa Silva

076

DOCUMENTO AUTÊNTICO EUROPEU

ESCRITURA PÚBLICA

COMPRA E VENDA

___ No dia ***** de Março de dois mil e dezasseis, no Cartório Notarial de Mafra, sito na Rua Moreira, número 4, rés-do-chão, na vila, freguesia e concelho de Mafra, perante mim, Délia de Fátima Vasconcelos de Freitas Negrelli, respectiva Notária e **Oficial Público**, compareceram como outorgantes: _____

___ **PRIMEIRO:** _____

___ FRANCISCO ANTÓNIO LOBO BRANDÃO RODRIGUES CAL, ***** , natural da freguesia de ***** , concelho de *****; e _____

___ MARIA JOÃO ALVES SINEIRO CANHA, ***** , natural da freguesia de ***** , concelho de ***** , _____

___ ambos com domicílio profissional na Avenida Defensores de Chaves, número 6, 4º andar, em Lisboa, os quais outorgam na qualidade de *Administradores* em representação da sociedade comercial anónima, que usa a firma “ESTAMO – PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS, S.A.”, com sede na Avenida Defensores de Chaves, número 6, 4º andar, freguesia de Arroios, concelho de Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 152 544, com o capital social de oitocentos e cinquenta milhões de euros, qualidade e poderes que verifiquei por uma certidão permanente consultada hoje, com o Código de Acesso: 3073-8770-8638. _____

___ **SEGUNDO:** _____

___ Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engº **HÉLDER ANTÓNIO GUERRA DE SOUSA SILVA**, casado, natural da

freguesia e concelho de Mafra, onde reside, o qual outorga na qualidade de Presidente e em representação, do **MUNICÍPIO DE MAFRA**, com sede na Praça do Município, C.P. 2644-001, Mafra, pessoa colectiva número 502 177 080, qualidade que verifiquei por conhecimento pessoal e respectivos poderes pela proposta de aquisição de fracções autónomas de prédio urbano para instalação de serviços municipais, de 05 de Fevereiro de 2016, que resultou na reunião da Assembleia Municipal de Mafra, datada de 25 de Fevereiro de 2016, com o ponto de ordem “Aquisição de Fracções Autónomas de Prédio Urbano para Instalação de Serviços Municipais”, de que arquivo certidão. _____

_____ **DISSERAM OS PRIMEIROS OUTORGANTES, na dita qualidade em que outorgam:** _____

_____ Que pela presente escritura e pelo preço global de **SEISCENTOS E TRINTA E OITO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO EUROS E DOZE CÊNTIMOS**, vendem, ao **MUNICÍPIO DE MAFRA**, aqui representado pelo segundo outorgante, livre de quaisquer ónus ou encargos, os seguintes bens imóveis: _____

_____ **UM** – Pelo preço de **cento e setenta mil duzentos e noventa e quatro euros e noventa e sete cêntimos a fracção autónoma** designada pela letra “**C**”, que corresponde ao segundo piso constituído por três divisões, uma das quais destinada a casa forte e vestíbulo de distribuição, instalações sanitárias para homens e mulheres, duas divisões destinadas a vestiários e terraço com vinte e três metros quadrados, com o valor patrimonial correspondente à fracção de 120.610,00 euros; _____

_____ **DOIS** - Pelo preço de **trezentos e treze mil duzentos e setenta e cinco euros e quinze cêntimos a fracção autónoma** designada pela letra “**D**”, que

corresponde ao terceiro piso e quatro piso, tendo no terceiro piso duas casas, instalações sanitárias para homens e mulheres, duas divisões para vestiários e um terraço com dez metros quadrados e no quarto piso duas casas, instalações sanitárias para homens e mulheres e duas divisões destinadas a vestiário, com o valor patrimonial correspondente à fracção de 291.570,00 euros ; e _____

_____ **TRÊS** - Pelo preço de **cento e cinquenta e cinco mil e oitenta e oito euros a fracção autónoma** designada pela letra “E”, que corresponde ao quinto piso, constituído por uma divisão, com o valor patrimonial correspondente à fracção de 59.830,00 euros, _____

_____ que fazem parte do prédio urbano sito no Largo da Boavista, na vila, freguesia e concelho de Mafra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra, sob o número *oito mil e vinte e cinco*, freguesia de Mafra, submetido ao regime de propriedade horizontal pela Apresentação – **vinte e quatro** de dezassete de Setembro de mil novecentos e setenta e nove, com a aquisição das mencionadas fracções definitivamente registadas a favor da sociedade vendedora, pela Apresentação – **setecentos e oitenta e dois** de trinta de Julho de dois mil e doze, inscrito na respectiva matriz sob o **3420**. _____

_____ Que do referido preço global de **seiscentos e trinta e oito mil seiscentos e cinquenta e oito euros e doze cêntimos**, declaram já ter recebido, nesta data, para a sociedade que representam, o montante **CENTO E VINTE E SETE MIL SETECENTOS E TRINTA E UM EUROS E SESSENTA E DOIS CÊNTIMOS**, correspondente a vinte por cento do preço global, do qual dão, desde já, a correspondente quitação. _____

_____ **DECLARAM OS OUTORGANTES, NAS REFERIDAS QUALIDADES EM QUE OUTORGAM:** _____

_____ Que a parte restante do preço, correspondente a oitenta por cento do valor global, no montante de **QUINHENTOS E DEZ MIL NOVECENTOS E VINTE E SEIS EUROS E QUARENTA E OITO CÊNTIMOS**, será paga, da seguinte forma: _____

_____ 1 - No prazo de quatro anos, na sede da identificada sociedade vendedora, representada pelos primeiros outorgantes; _____

_____ 2 - Em prestações constantes anuais de **cento e vinte e sete mil setecentos e trinta e um euros e sessenta e dois cêntimos**, cada uma, vencendo-se a primeira prestação no dia quinze de maio de dois mil e dezassete, e a última no dia quinze de maio do ano de dois mil e vinte; _____

_____ 3 - Que sobre a restante parte do preço, não vencem quaisquer juros. _____

_____ **PELO SEGUNDO OUTORGANTE, EM NOME DO MUNICÍPIO QUE REPRESENTA, FOI DITO:** _____

_____ Que, aceita a presente venda nos termos exarados. _____

_____ Que o valor global pelo qual é feita a aquisição dos bens acima referidos será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: classificação orgânica – 031; classificação funcional – 1.1.1/10; classificação económica – 07010399, com a dotação global de um milhão quinhentos e noventa e cinco mil duzentos e trinta euros e saldo disponível de um milhão trezentos e trinta e sete mil quatrocentos e vinte euros, conforme demonstra a informação de cabimento com o n.º 534 e na informação de compromisso com o n.º 928, ambas datadas de dezasseis de Fevereiro de dois mil e dezasseis, onde é referido o mesmo valor de dotação global e o saldo disponível é de um milhão trezentos e oitenta e nove mil cento e noventa e três euros e dezasseis cêntimos. _____

DISSERAM OS OUTORGANTES:

Que este acto não foi objecto de intervenção de mediadora imobiliária.

Que para a fracções autónomas ora transmitidas, foi passado o Certificado de Desempenho Energético e da Qualidade do Ar Interior, com o número, SCE120060413, emitido pelo perito qualificado com o n.º PQ00199, válidos até 25 de Fevereiro de 2025.

ASSIM O OUTORGARAM.

Informei os outorgantes da obrigatoriedade de submeter a Registo Predial o presente acto, no prazo de dois meses a contar desta data.

Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 15/2013, de 8 de Fevereiro, adverti os intervenientes do dever de fazerem constar, no presente título, menção da intervenção de empresa de mediação imobiliária neste negócio, bem como de que incorrem na pena de desobediência prevista no artigo 348.º do Código Penal se, omitirem a informação relativa à sua intervenção.

ARQUIVO:

a) Respectivos comprovativos de:

1- Cobrança de IMT com o DUC, número, 160.*****, o qual não deu lugar ao pagamento de qualquer montante, conforme estipulado no artigo 11º do Código IMT ; e e

2- Liquidação do Imposto de Selo, relativo à verba 1.1. da TGIS, onde consta que o mesmo, não deu de igual forma lugar ao pagamento de qualquer montante, conforme declaração número 2016/*****, para liquidação dos referidos Impostos apresentada em **** de ***** de 2016, no Serviço de Finanças de Mafra;

b) Verifiquei as referidas descrições e inscrições prediais pelas certidões

D

permanentes do registo predial on-line, consultadas hoje, com os Códigos de Acesso: PP-1215-77848-110909-008025, PP-1215-77856-110909-008025 e PP-1215-77830-110909-008025. _____

EXIBIRAM: _____

_____ a) Três cadernetas prediais urbanas emitidas, pelo Serviço de Finanças de Mafra, obtidas via Internet, em 01 de Fevereiro de 2016; _____

_____ b) Fotocópia Certificada em ** de ***** de ****, pela Câmara Municipal de Mafra, do Alvará de Licença de Utilização número ***** emitido em *** de ***** de *****, por despacho de *** de **** de *****, passado pela referida Edilidade. _____

_____ Verifiquei a identidade do segundo outorgante por conhecimento pessoal e a dos primeiros outorgantes pela exibição dos Cartões de Cidadão, respectivamente, números, *****, válido até ** de ***** de **** e *****, válido até ** de ***** de ****, ambos emitidos pelas autoridades competentes da República Portuguesa. _____

_____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, à qual confiro fé pública.

.
. .

A Notária,

Estatística - verbete nº: .

Conta registada sob o nº _____/001/2016.



16.

- 079

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA
Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

DESPACHO

Concordo.

À reunião de Câmara

28 MAR 16.

INFORMAÇÃO Interno/2016/4580

ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE PRÉDIO RÚSTICO PARA INSTALAÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO DA VENDA DO PINHEIRO - APROVAÇÃO DA MINUTA DA ESCRITURA - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

Na sequência da proposta apresentada e aprovada em reunião de Câmara Municipal realizada em 19 de fevereiro de 2016, foi, em sessão da Assembleia Municipal, realizada em 25 do mesmo mês, deliberado, nos termos do disposto na alínea i), n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, autorizar a aquisição do prédio rústico designado de "Quinta de Santo António", inscrito na respetiva matriz sob o artigo 282, da Secção E, da Freguesia do Milharado e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra, sob o n.º 1074/19880725, com a área de 57124m², pelo valor de €1.000.000,00, cuja proprietária é a empresa MAFRIOBRA – Construção e Urbanizações, Lda., a fim de ali ser instalado o futuro Parque Ecológico da Venda do Pinheiro.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças
Divisão de Administração Geral e Assuntos Jurídicos

Tendo em vista a instrução do processo de obtenção do visto, junto do Tribunal de Contas, foi, por despacho exarado pelo Exmo. Senhor Presidente em 22 de março de 2016, aprovada a minuta de escritura de compra e venda do referido imóvel, conforme documento que se anexa, devendo, a presente decisão ser submetida a ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

Departamento de Administração Geral e Finanças, 28 de março de 2016.

A Diretora de Departamento,

(Ana Viana)

Aprovo a presente minuta, a qual irá a ratificar na próxima reunião de Câmara, nos termos do n.º 3, do art. n.º 35 do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

22/03/2016
O Presidente

Hélder Sousa Silva

DOCUMENTO AUTÊNTICO EUROPEU

ESCRITURA PÚBLICA

COMPRA E VENDA

_____ No dia ***** de Março de dois mil e dezasseis, no Cartório Notarial de Mafra, sito na Rua Moreira, número 4, rés-do-chão, na vila, freguesia e concelho de Mafra, perante mim, Délia de Fátima Vasconcelos de Freitas Negrelli, respectiva Notária e **Oficial Público**, compareceram como outorgantes: _____

_____ **PRIMEIRO:** _____

_____ ROGÉRIO RODRIGUES, casado, natural da freguesia e concelho de Mafra; _____

_____ MANUEL DUARTE ACÚRCIO NETO, casado, natural da freguesia de Cheleiros, concelho de Mafra; e _____

_____ MARIA DA CONCEIÇÃO SILVESTRE NETO, casada, natural da freguesia de Igreja Nova, concelho de Mafra, _____

_____ todos com domicílio profissional no Terreiro D. João V, número 10, rés-do-chão, na vila, freguesia e concelho de Mafra, os quais outorgam na qualidade de *gerentes* em representação da sociedade comercial por quotas, que usa a firma “**MAFRIOBRA – CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÕES LDA**”, com sede no Terreiro D. João V, número 10, rés-do-chão, freguesia de e concelho de Mafra, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Mafra, sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva 503 384 003, com o capital social de cinco mil euros, qualidade e poderes que verifiquei por uma certidão permanente consultada hoje, com o Código de Acesso: 0372-2327-4863. _____

_____ **SEGUNDO:** _____

_____ Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Engº

HÉLDER ANTÓNIO GUERRA DE SOUSA SILVA, casado, natural da freguesia e concelho de Mafra, onde reside, o qual outorga na qualidade de Presidente e em representação, do **MUNICÍPIO DE MAFRA**, com sede na Praça do Município, C.P. 2644-001, Mafra, pessoa colectiva número 502 177 080, qualidade que verifiquei por conhecimento pessoal e respectivos poderes pela proposta de aquisição de prédio rústico para instalação do parque ecológico da Venda do Pinheiro, de 16 de Fevereiro de 2016, que resultou na reunião da Assembleia Municipal de Mafra, datada de 25 de Fevereiro de 2016, com o ponto de ordem “Aquisição de Prédio Rústico para Instalação do Parque Ecológico da Venda do Pinheiro”, de que arquivo certidão. _____

_____ **DISSERAM OS PRIMEIROS OUTORGANTES, na dita qualidade em que outorgam:** _____

_____ Que pela presente escritura e pelo preço de **UM MILHÃO DE EUROS**, que declaram já ter recebido, para a sociedade que representam, em nome desta, vendem, ao **MUNICÍPIO DE MAFRA**, aqui representado pelo segundo outorgante, livre de quaisquer ónus ou encargos, o *prédio rústico*, composto por cultura arvense, horta e macieiras, com a área de cinquenta e sete mil cento e vinte e quatro metros quadrados, sito na Quinta de Santo António, freguesia de Milharado, concelho de Mafra, descrito na Conservatória do Registo Predial de Mafra sob o número **mil e setenta e quatro**, freguesia de **Milharado**, nela registado definitivamente a favor da sociedade vendedora pela Apresentação – **cinquenta e um** de nove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e nove, com uma servidão de passagem - para carro e peões por uma faixa de terreno com o comprimento de duzentos e trinta e seis metros e a largura de quatro, virgula, cinquenta metros, junto à extrema nascente deste prédio, desde o sul até ao

nascente da estrada nacional e que circunda pela parte poente do prédio mil cento e setenta e quatro - registada a favor do prédio descrito sob o número mil cento e setenta e quatro, pela Apresentação – cinco de dezanove de Julho de mil novecentos e noventa, inscrito na respectiva matriz sob o artigo 282 da Secção 1E, da União de Freguesias de Venda do Pinheiro e Santo Estêvão das Galés, o qual teve origem no artigo 281, Secção E da freguesia de Milharado, pendente de reclamação, desde *****, ao qual atribuem o valor de ***** euros. _____

_____ Que a sociedade não é proprietária de outros terrenos aptos para cultura, contíguos ao rústico atrás identificado, nem o mesmo se encontra de qualquer forma limitado na sua livre alienação. _____

_____ **PELO SEGUNDO OUTORGANTE, EM NOME DO MUNICÍPIO QUE REPRESENTA, FOI DITO:** _____

_____ Que, aceita a presente venda nos termos exarados. _____

_____ Que o valor global pelo qual é feita a aquisição do imóvel acima identificado será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Mafra sob a seguinte rubrica orçamental: classificação orgânica – 0102; classificação funcional – 1.1.1/0201; classificação económica – 070101, cuja dotação global é de um milhão cento e cinquenta mil euros e o saldo disponível é de um cento e quarenta e dois mil duzentos e oitenta e seis euros, conforme informações de cabimento e de compromisso com os números 654 e 929, ambas datadas de dezasseis de Fevereiro de dois mil e dezasseis. _____

_____ **DISSERAM OS OUTORGANTES:** _____

_____ Que este acto não foi objecto de intervenção de mediadora imobiliária. _____

_____ **ASSIM O OUTORGARAM.** _____

_____ Informei os outorgantes da obrigatoriedade de submeter a Registo Predial o presente acto, no prazo de dois meses a contar desta data. _____

_____ Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º da Lei n.º 15/2013, de 8 de Fevereiro, adverti os intervenientes do dever de fazerem constar, no presente título, menção da intervenção de empresa de mediação imobiliária neste negócio, bem como de que incorrem na pena de desobediência prevista no artigo 348.º do Código Penal se, omitirem a informação relativa à sua intervenção. _____

_____ **ARQUIVO:** _____

_____ a) Respectivos comprovativos de: _____

_____ 1- Cobrança de IMT com o DUC, número, 160.*****, o qual não deu lugar ao pagamento de qualquer montante, conforme estipulado no artigo 11º do Código IMT; e _____

2- Liquidação do Imposto de Selo, relativo à verba 1.1. da TGIS, onde consta que o mesmo, não deu de igual forma lugar ao pagamento de qualquer montante, conforme declaração número 2016/*****, para liquidação dos referidos Impostos apresentada em **** de **** de 2016, no Serviço de Finanças de Mafra; _____

_____ b) Certidão permanente do registo predial on-line, consultada hoje, com o Código de Acesso: PP-1221-44872-110911-001074, pela qual verifiquei a descrição e inscrições prediais respectivas. _____

_____ **EXIBIRAM:** _____

_____ a) Caderneta predial rústica, emitida pelo Serviço de Finanças de Mafra, obtida via Internet, em 17 de Fevereiro de 2016; _____

_____ b) Duplicado da referida reclamação cadastral, entregue em *** de **** no Serviço de Finanças de Mafra. _____

_____ Verifiquei a identidade do segundo outorgante por conhecimento pessoal e a dos primeiros outorgantes pela exibição dos Bilhetes de Identidade, respectivamente, números 1 143 553 de 25 de Março de 1998, 1 053 448 de 23 de Novembro de 2005 e 4 985 458 de 13 de Dezembro de 2005, todos emitidos pelos SIC de Lisboa. _____

_____ Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, à qual confiro fé pública.

.
. .
. .
. .
. .

A Notária,

Estatística - verbete nº: _____ .

Conta registada sob o nº _____/001/2016.



J.7.
083

CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

PARECER

Concordo. Propenho que o assunto seja reunido à reunião do Orçamento Executivo.

DESPACHO

2016/03/28

O Vereador,

concordo com o parecer apresentado.

28/3/2016

A Diretora de Departamento,

concordo com a Intimação submetida à consideração.
28/03/2016

A Chefe de Divisão

29/03/16

O Presidente da Câmara,

(Hélder Sousa Silva)

INFORMAÇÃO Interno/2016/4482

ASSUNTO: ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DO ESTABELECIMENTO LAVANDARIA SELF-SERVICE "WASHSTATION", EM MAFRA

Relativamente ao assunto em epígrafe, informo o seguinte:

- Em 15-02-2016, a entidade exploradora do estabelecimento de lavandaria self-service "Washstation" em Mafra solicitou, através do requerimento Entrada/2016/4566, alargamento do horário de 24 horas para conseguir servir os clientes com horários diferentes visto que se trata de um serviço self service e autónomo e com câmaras de vigilância com toda a segurança e não tem vizinhos ao redor.

O n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Município de Mafra estabelece que aos estabelecimentos de venda ao público, de prestação de serviços, de restauração ou de bebidas, designadamente, aos cafés, às cervejarias, às casas de chá, aos restaurantes, aos snack-bares e a outros estabelecimentos análogos, é aplicável o horário de



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

funcionamento compreendido entre as 6 horas e as 2 horas do dia seguinte, todos os dias da semana e durante todas as épocas do ano.

De acordo com o n.º 1 do artigo 9.º do mesmo Regulamento a Câmara Municipal pode, em circunstâncias específicas, nomeadamente ocasiões festivas, alargar temporária e excecionalmente, o horário de funcionamento dos estabelecimentos previstos nos artigos 3.º e 4.º do presente Regulamento, ouvidos os sindicatos, as forças de segurança territorialmente competentes, as associações de empregadores, as associações de consumidores e a junta de freguesia onde o estabelecimento se situe. Prevê o n.º 2 do mesmo artigo que a prática do horário alargado depende de requerimento do interessado, apresentado nos termos estabelecidos no Código do Procedimento Administrativo, através de formulário próprio, disponibilizado pelos Serviços, do qual deve constar o período de funcionamento pretendido e os fundamentos dessa pretensão. O n.º 3 do referido artigo refere que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos está sujeito ao pagamento de taxa, cujo valor é fixado na Tabela de Taxas do Município de Mafra, em vigor.

O artigo 10.º do citado Regulamento indica que o alargamento excecional do horário de funcionamento dos estabelecimentos, previsto no artigo anterior, dependerá da observância dos seguintes requisitos:

- a) Considerar-se tal medida justificada face aos interesses dos consumidores, nomeadamente quando a mesma venha a suprir carências no abastecimento de bens ou de prestação de serviços, contribua para a animação e revitalização do espaço urbano ou contrarie tendências de desertificação da área em questão;
- b) Situarem-se os estabelecimentos em locais onde os interesses de determinadas atividades profissionais o justifiquem, designadamente zonas com forte atração turística ou zonas de espetáculos e/ ou animação cultural;
- c) Sejam rigorosamente respeitados, quer a proteção da segurança dos cidadãos, nomeadamente na via pública, quer os níveis de ruído impostos pela legislação em vigor, tendo em vista a salvaguarda do direito dos residentes à tranquilidade e ao repouso;
- d) Sejam respeitadas as características socioculturais e ambientais da zona, bem como as condições de circulação e estacionamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

084

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

Neste sentido, foram consultadas as seguintes entidades para emissão de parecer no prazo de 8 dias úteis: **DECO** – Associação Portuguesa para Defesa do Consumidor, **Destacamento Territorial da G.N.R. de Mafra**, **ACISM** – Associação do Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Mafra, **CESP** – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Escritórios e Serviços de Portugal, **Junta de Freguesia de Mafra** e a **Polícia Municipal**, tendo sido rececionados os seguintes pareceres:

- ✓ **ACISM** – Apresenta parecer favorável;
- ✓ **G.N.R. de Mafra** – *"O estabelecimento em referência encontra-se integrado na malha urbana da localidade de À-da-Perra, sem qualquer edifício de habitação contíguo, em zona caracterizada pela predominância de comércio.*

O estabelecimento já se encontra em funcionamento e até esta data não há registo de reclamações sobre o funcionamento do mesmo, ruído ou outro.

Não estão identificados elementos que possam pôr em causa a segurança e ordem pública.

Assim, por parte desta Guarda, tendo em conta o local e as características do estabelecimento, o parecer para o alargamento do horário é favorável desde que seja acautelado o cumprimento dos seguintes pontos:

- *Cumprimento dos horários estipulados;*
- *Controlo do ruído para o exterior das instalações;*

Recomenda-se a adoção de um sistema de segurança, nomeadamente videovigilância nos termos fixados em legislação própria.

- ✓ **DECO** – Considera que na defesa dos interesses dos consumidores, o horário de funcionamento deve ser o mais amplo possível e abranger todos os dias da semana, considerando igualmente que caberá às Câmaras Municipais decidir qual o período de funcionamento dos estabelecimentos;
- ✓ **SPM (Serviço de Polícia Municipal)** – Apresenta parecer favorável *"quanto à pretensão do responsável do estabelecimento designado "Washstation", por não existir conhecimento por parte desta Polícia de queixas e antecedentes processuais relativos a incomodidade, bem como julgar que não é susceptível de colocar em causa a tranquilidade e repouso dos residentes."*
- ✓ **Junta de Freguesia de Mafra** – Apresenta parecer favorável;



CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA

Departamento de Administração Geral e Finanças

Divisão de Gestão Financeira e Património

✓ **CESP** – Não apresentou parecer.

Face ao exposto, submete-se à Consideração Superior, a decisão do alargamento de horário de funcionamento em apreço, em reunião do executivo camarário.

Área de Licenciamentos Diversos, 23 de Março de 2016

A Assistente Técnica

Sónia Jorge

Conferirme informações supra, face ao pretendido, submete-se à Consideração do executivo camarário a decisão do alargamento do horário de funcionamento em apreço.

23/03/2016

A Técnica Superior

Rita Cosme

À Consideração Superior